



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ANA MARIA PRESTES RABELO

A participação política em tempos de globalização: O Fórum Social
Mundial inaugura o movimento social global.

Belo Horizonte, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ANA MARIA PRESTES RABELO

A participação política em tempos de globalização:
O Fórum Social Mundial inaugura o movimento social global.

Dissertação apresentada ao
Curso de Mestrado em Ciência
Política da Universidade
Federal de Minas Gerais como
requisito parcial para obtenção
do Título de Mestre em Ciência
Política.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Avritzer

Belo Horizonte, 2006.

ANA MARIA PRESTES RABELO

A participação política em tempos de globalização:
O Fórum Social Mundial inaugura
o movimento social global.

Data da Defesa: 27 de janeiro de 2006.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Leonardo Avritzer (orientador – UFMG)

Prof. Dr. Juarez Guimarães (UFMG)

Prof. Dra. Cristina Almeida Cunha Filgueiras (PUC-MG)

Aprendi que estar entre os que amo é o bastante.

(Walt Whitman)

Este trabalho é dedicado
ao Kerison, meu companheiro de todas as horas
e à pequena Helena,
que está a caminho...

“Nada lhe posso dar que já não exista em você mesmo. Não posso abrir-lhe outro mundo de imagens, além daquele que há em sua própria alma. Nada lhe posso dar a não ser a oportunidade, o impulso, a chave. Eu o ajudarei a tornar visível o seu próprio mundo, e isso é tudo”.

(Hermann Hesse)

Agradeço à paciência do meu orientador,
Prof. Dr. **Leonardo Avritzer**,

ao estímulo constante dos meus pais,
José e Ermelinda,

ao apoio dos queridos **Sebastião e Kenia**,
que me adotaram como filha e irmã desde que cheguei em BH,

ao amigo **Pedrinho Leão** pelas intermináveis conversas,

à amiga **Natália Chagas** pela imprescindível ajuda com o português,

à amiga **Renata Peixoto** pela ajuda com o inglês,

ao **Plínio**, à **Kathia**, à **Salette**, à **Manu**, à **Titi** e a todos com
quem dividi as vivências de cada Fórum Social Mundial

às amigas **Daniela Mateus**, **Clarice Barreto**, **Áurea Motta** e **Luciana Santana**
com quem pude compartilhar “as dores e as delícias” da trajetória do mestrado

aos colegas da turma do mestrado 2004, **Vanuzia**, **Ana Flávia**, **Marta**, **Izabela**,
Edite, **Sérgio**, **Wagner**, **Dawisson** e **Marco**, pela especial relação de
companheirismos que conseguimos criar

e ao **CNPq** pelo apoio financeiro.

RESUMO

O mundo vive um acelerado processo de estreitamento de suas fronteiras, físicas, econômicas, políticas e culturais. Ao mesmo tempo em que se aprofundam desigualdades sistêmicas, dividindo o mundo em Norte e Sul. A este processo chamamos globalização, que por seu caráter contraditório possui facetas hegemônicas e contra-hegemônicas. A emergência de um sistema de governança global, liderado pelos estados centrais do capitalismo e agências internacionais, de forma simultânea com o surgimento de um amplo movimento de participação política antiglobalização, nos levou a questionar a relação entre os dois fenômenos. Através da análise de dados do Fórum Social Mundial, buscamos entender como tem se dado a globalização da participação política e qual o seu papel na formação de uma globalização contra-hegemônica.

Palavras-chave: globalização, movimentos sociais, sociedade civil global, participação política, democracia, Estado-nação.

ABSTRACT

The world lives in an accelerating narrowing process of its boundaries, physical, economic, political and cultural ones. At the same time the systemic inequalities are deeper, dividing the world in North and South. This process is called globalization, and its contradictory character has hegemonic and counter hegemonic faces. The global governance system emergence, led by the capitalism central states and international agencies, simultaneously with the surging of a vast antiglobalization political participation movement, made us ask about the relationship between the two phenomena. Throughout the World Social Forum data analysis, we intend to understand the globalization of the political participation and its role to a counter-hegemonic globalization.

Key words: globalization, social movements, global civil society, political participation, democracy, National-State.

SUMÁRIO

Introdução – <i>A participação política ganha novas fronteiras</i>	08
Capítulo 1 – <i>Para entender a globalização da participação política</i>	15
Capítulo 2 – <i>Um olhar sobre o Movimento Social Global</i>	49
Capítulo 3 – <i>Fórum Social Mundial, de Porto Alegre a Mumbai</i>	94
Conclusão – <i>Qual democracia? Para que mundo novo?</i>	137
Referências Bibliográficas	142
Lista de Abreviaturas e Siglas	149
Anexos	150

* INTRODUÇÃO *

A participação política ganha novas fronteiras

“Na vida, o que aprendemos mesmo é a sempre fazer maiores perguntas”.

João Guimarães Rosa

A crescente internacionalização ou globalização, como se convencionou denominar, das esferas econômicas, políticas e sociais que regem a atual dinâmica de existência e convivência da humanidade é debate corrente na ciência política contemporânea¹. As mudanças provocadas no sistema mundial de Estados nacionais, a formação de uma sociedade civil que exerce pressão por um protagonismo global e os crescentes desafios apresentados à democracia perante a globalização são alguns dos sintomas da nova Era Global.

Entendemos como atualidade a fase inaugurada com a queda do Leste Europeu. Denominação genérica para uma região do planeta que, durante boa parte do século XX, representou o exercício da experiência prática de um modelo socialista, através do regime soviético. A derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas trouxe o fim da bipolaridade, popularmente conhecida como *Guerra Fria*, e a ascensão hegemônica dos Estados Unidos da América como potência econômica, política e militar do período que se instaurava.

Podemos dizer que já vivemos há uma década e meia sob esta nova condição mundial e que somos testemunhas, desde então, de um aprofundamento das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de forma globalizada. Compreender como as sociedades vêm se organizando desde então, e quais as mudanças provocadas nas relações internacionais, nos

¹ Ver: FALK, 1999; SANTOS, 2000; HIRST & THOMPSON, 2001; WALLERSTEIN, 2002.

Estados Nacionais, nas democracias e na forma de participação política são tarefas fundamentais para os cientistas sociais no presente momento.

É com este entendimento que procuraremos decodificar os sinais emitidos pelos movimentos sociais hoje organizados, pela expressão de novas formas de comunicação e participação política, pelas novas práticas de exercício da democracia e pelas mudanças no papel dos Estados Nacionais na contemporaneidade. O Fórum Social Mundial, entendido como um processo muito maior que o evento de seis dias que se dá anualmente, será nosso principal fornecedor de material empírico para a investigação.

O objetivo da presente pesquisa é demonstrar que existem novidades importantes no âmbito da participação política. Impulsionadas e “facilitadas” por um crescente desenvolvimento das tecnologias de comunicação, tal como apontado no estudo *Contested Space: The internet and the global civil society* (NAUGHTON, 2001), estas novidades são dificilmente enquadradas nas teorias democráticas existentes. Isto se dá, principalmente, porque os estudos sobre democracia têm se dedicado a entendê-la no âmbito do Estado territorial e as novas formas de participação política a que nos referimos extrapolam os limites do Estado-nação e vão buscar a democratização das decisões supranacionais. Isto vem exigindo uma constante atualização e um cuidado elaborador e formulador por parte dos cientistas políticos da contemporaneidade.

Destacamos como principais novidades, as manifestações mundiais simultâneas, como o 15 de fevereiro de 2003, contra a instalação da guerra no Iraque; as reuniões mundiais paralelas às reuniões de cúpulas estatais, tais como a recente “Cumbre de los Pueblos” em Mar del Plata na Argentina (nov/2005) durante a Cúpula das Américas; os encontros mundiais como o Fórum Social Mundial (2001 – 2005); a formação de redes globais de experiências

democráticas inovadoras locais, como o Orçamento Participativo. Tais mudanças acompanham importantes alterações no sistema mundial de tomadas de decisões com uma crescente internacionalização de instâncias de debates e deliberações governamentais multilaterais.

Faremos esta investigação dialogando com os conceitos de democracia, sociedade civil, hegemonia, globalização e Estado Nacional. Formulações sobre estes conceitos e as discussões decorrentes são encontradas de forma ampla na literatura das Ciências Sociais, faremos escolhas que são inevitáveis e tentaremos combinar interpretações que não se excluem. Buscaremos utilizar também formulações geradas no seio dos próprios movimentos sociais que produzem interpretações sobre as situações que estão vivenciando.

Buscaremos evidenciar que existem novidades no campo da democracia e como elas se manifestam, quais são suas características principais, como estão correlacionadas com as mudanças sofridas no âmbito da política, da economia, da cultura e das relações sociais nos últimos anos. Buscaremos demonstrar ainda como se sustentam na nova condição mundial, globalizada, e qual é a coerência interna e externa do que se propõe a fazer. Responder estas questões faz parte do objetivo da pesquisa desenvolvida. Nosso “campo de trabalho” será o processo Fórum Social Mundial, com seus antecedentes, eventos e processos por ele desencadeados.

A hipótese central que nos guiou foi colocar à prova a assertiva de que a crescente internacionalização dos fóruns decisórios criou um déficit democrático² entre os cidadãos

² O conceito de déficit democrático é encontrado em Habermas, no livro *La Constelacion Posnacional*, em que o autor identifica a criação de um alto déficit democrático, acentuado pelo processo de internacionalização de decisões centrais para a vida de trabalhadores e cidadãos em geral especialmente na Europa. Segundo o autor: “devido a que até agora a idéia de uma sociedade democrática que pode atuar sobre si mesma somente foi levada a cabo de forma convincente em um marco nacional, uma constelação pós-nacional suscita este alarmismo que tudo paralisa ou este desconcerto ilustrado que podemos observar nos fóruns políticos. A paralisante perspectiva,

nacionais e órgãos multilaterais de deliberação, não preenchido pela participação das representações governamentais. A criação deste déficit democrático gerou uma demanda de organização de uma sociedade civil global capaz de criar consensos mundiais sobre temas que afetam grande parte da humanidade. Tal situação não aponta para a extinção do Estado nacional, mas para sua reconstituição em novas bases e para uma articulação com uma forma pós-nacional de participação.

Da hipótese central, derivaram algumas hipóteses secundárias sugerindo primeiramente que, a busca por atender a uma demanda participativa gerou os movimentos antiglobalização e os Fóruns Sociais Mundiais; a reorganização dos movimentos sociais no nível global se deu de uma forma casada a uma onda de inovações democráticas e participativas locais, como podemos observar no Brasil e na Índia e, por fim, que a dinâmica global de participação política alimenta as dinâmicas nacionais e locais de organização da sociedade civil através dos movimentos sociais.

Tais hipóteses surgiram principalmente da observação sobre a escalada de uma dinâmica global de tomada de decisões políticas e econômicas, principalmente, que se distancia cada vez mais dos seus principais atingidos, os cidadãos nacionais. Ao mesmo tempo em que o mundo vive a difusão do modelo liberal de democracia representativa, apresentada pela globalização hegemônica como a melhor forma de organização das sociedades humanas, as pessoas se vêem cada vez mais afastadas da possibilidade de opinar e influir em decisões que atingem diretamente suas vidas. Tal fenômeno pode ser notado pela multiplicação de encontros internacionais da ONU (Organização das Nações Unidas), OMC (Organização

segundo a qual a política nacional se reduzirá no futuro a um mais ou menos inteligente *management* da forçosa adaptação aos imperativos que as economias nacionais devem cumprir para preservar sua posição dentro de uma economia global, esvaziando o debate político de seu último resquício de substância”.

Mundial do Comércio), BM (Banco Mundial), FMI (Fundo Monetário Internacional), G8 (Grupo dos oito países mais ricos do mundo) e de corpos regionais como a União Europeia, a APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) e o Mercosul.

O vácuo, criado entre o que se discute e aprova nos encontros multilaterais ou globais e o entendimento e a opinião dos cidadãos nacionais sobre tais decisões, gerou um espaço político a ser preenchido. As movimentações de uma globalização contra-hegemônica expressam uma pressão participativa latente no seio das sociedades nacionais. As mobilizações e manifestações populares do dia 15 de fevereiro de 2003, contra a instalação da guerra no Iraque, configuram o melhor exemplo. Um conjunto expressivo de organizações e cidadãos de várias partes do mundo se sentiu privado da possibilidade de opinar sobre a deflagração ou não de uma guerra promovida por uma frente de Estados Nacionais e encontrou uma forma de expressar sua opinião:

Protestos contra uma ação militar dos EUA no Iraque reuniram ontem milhões de manifestantes em cerca de 60 países, marcando ação global inédita, articulada principalmente via Internet, foi a maior mobilização antiguerra da história. Segundo agências internacionais, ao menos 5 milhões de pessoas foram às ruas. Os maiores atos ocorreram na Espanha, na Itália e no Reino Unido, nações cujos governos apoiam os objetivos bélicos americanos. Barcelona reuniu 1,3 milhão de militantes; Roma, 1 milhão; e Londres, 750 mil. Em Berlim, mais de 600 mil ativistas ergueram cartazes contra a guerra. Em Paris, cerca de 250 mil marcharam. Nos EUA, a principal passeata, com 250 mil pessoas, ocorreu em Nova York (Folha de São Paulo, 16/02/2003).

Tras una histórica jornada de movilizaciones, el presidente Bush está dispuesto a desplegar toda la maquinaria mediática necesaria para convencer a los miles de ciudadanos que ayer gritaron no a la guerra (El País, 16/02/2003).³

In cities worldwide, marchers demand peaceful solution: Millions join rallies against a war (...) Millions of people in hundreds of cities from Hollywood to Baghdad demonstrated over the weekend in an attempt to turn back the tide toward a war in Iraq (Herald Tribune, 17/02/2003).⁴

³ Depois de uma histórica jornada de mobilizações, o presidente Bush está disposto a empregar toda a maquinaria midiática necessária para convencer os milhões de cidadãos que ontem gritaram não à guerra.

⁴ Em várias cidades ao redor do mundo, manifestantes exigem uma solução pacífica: milhões integraram os protestos contra a guerra (...) Milhões de pessoas em centenas de cidades, de Hollywood a Bagdá protestaram durante o final de semana em uma tentativa de evitar uma guerra no Iraque.

Tal situação gera a discussão sobre o papel do Estado Nacional na atualidade. A partir do momento em que a globalização pressiona o Estado-nação a se tornar um ator fundamental no jogo de decisões internacionais, são colocados em perigo os acordos estabelecidos entre governos e seus cidadãos. Tais cidadãos e suas organizações também sofrem pressão para se globalizar e expressar sua opinião em uma esfera supranacional, por muitas vezes não se sentirem representados pelo governo de seus Estados, como visto acima. Ao mesmo tempo, internamente, seguem fortes as tradições políticas nacionais, os Estados buscam governar com base na soberania e na legitimidade garantidos pelos preceitos da territorialidade e do uso da força coercitiva. Não sem sofrer as consequências das políticas impostas pela onda neoliberal, que varreu o mundo na década passada e impôs sérias restrições ao exercício dos governos nacionais e à manutenção da soberania.

Todas estas questões serão amplamente discutidas nas páginas que se seguem. Buscando contextualizar o mundo em que vivemos, cada vez mais globalizado, e responder às perguntas que nos moveram a empreender esta pesquisa no universo dos movimentos antiglobalização e do Fórum Social Mundial.

* CAPÍTULO 1 *

Para entender a globalização da participação política

“É a teoria que decide o que podemos observar”.

Albert Einstein

Qual Globalização?

Já tivemos a oportunidade de discutir de forma mais detalhada o fenômeno da globalização no trabalho final de graduação em Ciências Sociais (UFMG, 2003), intitulado *A participação política na Era Global: O Fórum Social Mundial*. Durante o estudo, identificamos três tendências de interpretação da globalização através da análise de pelo menos três dos campos em que seus aspectos se destacam: a política, a cultura e a economia. Cada tendência, seja a dos “globalistas”⁵ - que enxergam a globalização como um fenômeno absolutamente novo; a dos “céticos” - que não percebem muita diferença dessa fase para as fases anteriores do imperialismo; ou a dos que interpretam a globalização como uma fase que sintetiza a continuidade da expansão do capitalismo com novidades significativas, será tratada a seguir.

Uma primeira tendência é a dos defensores da globalização como uma etapa completamente nova em que estaríamos obrigados a repensar todas as categorias econômicas, sociais e culturais que balizaram nosso esforço de entendimento da realidade até aqui (HARDT & NEGRI, 2001; GIDDENS, 1991). O livro *Império*, de Hardt & Negri (2001), é um forte expoente da tendência que considera o atual estágio de globalização, não como um produto histórico, mas como algo espetacularmente novo que se instaurou no planeta:

⁵ David Held, em seu livro *Prós e contras da globalização* sugere essa diferenciação entre os campos de intérpretes da globalização: “globalistas” e “céticos”. A que nós acrescentamos uma terceira tendência que preferimos não rotular.

(...) o conceito de Império apresenta-se não como um regime histórico nascido da conquista, e sim como uma ordem que na realidade suspende a história e dessa forma determina, pela eternidade, o estado de coisas existente (HARDT & NEGRI, 2001).

Para os autores dessa tendência, a globalização não é sinônimo do imperialismo ocidental, mesmo não negando que a globalização possa servir aos interesses de poderosas forças sociais do Ocidente. A realidade social seria composta por diversos processos inter-relacionados seja na área econômica, tecnológica, política, cultural, natural, etc. Sem um padrão fixo ou pré-determinado de desenvolvimento histórico.

O centro governante do Império não estaria vinculado a nenhuma nação, apesar de nascer na Europa e se estender posteriormente para os EUA, sua base territorial seria o mundo como um todo. As forças contestatórias deste sistema também não teriam territorialidade, sua geografia ainda estaria sendo escrita com resistência, luta e desejos de uma “multidão”. No aspecto político a globalização teria transformado o Estado em uma arena fragmentada de formulação de decisões políticas, permeada por redes transnacionais e órgãos ou forças internas. De forma semelhante, a dinâmica transnacional estaria penetrando a sociedade civil e alterando sua forma.

Ao abordar o aspecto cultural, a tese do “império” identifica que as pessoas de toda parte estão expostas como nunca aos valores culturais de outras culturas. Em um mundo em que nada, nem mesmo a diferença lingüística, pode deter o fluxo de idéias e culturas. Nesse processo de globalização cultural as empresas teriam substituído os Estados na produção e distribuição cultural. As fronteiras geográficas são assim superadas, na medida em que os indivíduos e coletividades vivenciam acontecimentos e fenômenos fora de seu espaço territorial. Junto com esse descolamento territorial estaria surgindo uma consciência global,

em que valores universais de respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente estariam se globalizando.

No aspecto econômico, é identificada uma interação econômica global sem precedentes e a tendência é de uma intensificação da integração nas e entre as regiões. As economias nacionais já não estariam funcionando como sistemas autônomos de criação de riqueza, uma vez que as fronteiras nacionais estariam perdendo terreno para multinacionais e organismos multilaterais na condução e organização da atividade econômica.

Uma segunda tendência, radicalmente oposta à primeira, seria expressa por um ceticismo quanto a real novidade do fenômeno da globalização. Hirst e Thompson, autores de *Globalização em questão* (2001) atribuem o atual fenômeno da Globalização a uma continuidade do processo evolutivo do capitalismo, que sempre esteve em busca da constituição de uma economia mundial. Este não seria um momento sem precedentes, encontrando suas origens no início do capitalismo, e forte semelhança com o período que se inicia em 1860, com a internacionalização do capital e formação dos primeiros monopólios. Além de ter forte identidade com os anos pré-primeira grande guerra, nos quais já se firmavam eficientes sistemas de comunicação a longa distância, meios de transporte industrializados e maior liberdade de migração do trabalhador. A globalização seria, portanto, muito mais um mito e uma construção ideológica que ajudaria a justificar e legitimar um projeto neoliberal global, com a criação de um livre mercado e a consolidação do capitalismo anglo-americano.

O fim do século XX, para os autores dessa tendência, apontou para a consolidação da era do Estado-nação moderno. Os Estados reivindicaram cada vez mais o monopólio do uso legítimo

da força e da regulamentação das leis, investiram em seu contingente militar como símbolo nacional, consolidaram seus regimes fiscais e procuraram organizar sua comunicação nacional. Do mesmo modo foram reforçados os pactos e acordos entre governos e cidadãos, fundamentando sua legitimidade. Poucos são os Estados dispostos a abrir mão de tal legitimidade e principalmente do princípio de soberania, mesmo que suas possibilidades de realizar escolhas políticas nacionais sejam cada vez mais restritas.

As condições encontradas na criação do Estado moderno foram também condições que geraram o sentimento de nacionalidade. O que se observa no período recente, segundo Hirst e Thompson, é um fortalecimento dos símbolos nacionais, no interior do Estado, e do nacionalismo, invalidando a tese da globalização generalizada da cultura. A luta pela identidade nacional e pela consolidação das nações foi tão forte que os autores dessa tendência duvidam que possam ser desgastadas por forças transnacionais e pela cultura global de massas. O surgimento de novas redes eletrônicas de comunicação e de tecnologia de informação estaria contribuindo para intensificar e reavivar os laços de identidade étnica e nacional e não para esgarçá-los.

No campo econômico, Hirst e Thompson tentam demonstrar que apesar do aprofundamento da internacionalização do mercado econômico empresas genuinamente transnacionais não existem, todas tem uma base nacional muito forte. A mobilidade do capital, que passa a ser mais volátil, não significa a transferência de investimentos e empregos dos países avançados para os em desenvolvimento. Não se poderia dizer que a atual economia é realmente global, pois seu “pólo concêntrico” segue sendo EUA, Europa e Japão. E tal pólo influencia significativamente a economia global, demonstrando que não está desregulamentada e muito menos livre de doutrinas econômicas encabeçadas pelas elites políticas de cada país. Seja no

aspecto financeiro, tecnológico, laboral ou produtivo, os dados não confirmam a existência ou a emergência de uma economia global única, até as empresas multinacionais continuam majoritariamente dependentes dos mercados nacionais ou regionais, ao contrário do que se apregoa sobre o capital absolutamente volátil. O que há de fato é uma internacionalização significativa da economia global com precedentes, e uma intensificação dos vínculos entre as diferentes economias nacionais. A imensa maioria da população humana continua excluída do mercado global e cresce a defasagem entre o norte e o sul.

Existe uma terceira tendência analítica do fenômeno da globalização que se diferencia das duas apresentadas anteriormente por considerar a globalização como o prosseguimento de um longo processo de acumulação e expansão do capital, mas com novidades importantes e significativas quando comparada a momentos anteriores de desenvolvimento do capitalismo global. Não ficaria, portanto, entre os que consideram estarmos vivendo um momento absolutamente novo e sem relação com estágios anteriores de desenvolvimento do capitalismo, e também não figuraria entre os absolutamente céticos quanto à singularidade dos aspectos inovadores da atual etapa de desenvolvimento da globalização neoliberal (SANTOS 2000; AMIN 1997; WALLERSTEIN 2002; ROBERTSON 1992; COX 1997; CHOMSKY 1994).

Segundo essa posição, a globalização constitui um fenômeno não completamente novo, mas um processo que, tendo como centro os países do norte, com seus blocos políticos, agências financeiras, empresas multinacionais, se impõe aos países do sul, promovendo uma globalização neoliberal, segundo os preceitos do Consenso de Washington, não só econômica, mas também política e cultural. Nesse sentido, as principais mudanças ocorridas no atual período da globalização são resultado de uma combinação de alterações sofridas nestes

fatores de forma desigual, mas sistêmica. É possível identificar nas mudanças ocorridas em cada um dos aspectos citados os traços de uma globalização hegemônica que enfrenta distintos níveis e formas de resistência expressas por uma globalização contra-hegemônica, sobre a qual discorreremos mais adiante, e por isso mesmo se apresenta de forma aparentemente desconexa na economia, na política e na cultura.

Apresentando a globalização com duas facetas, uma hegemônica e outra contra-hegemônica aqueles que compartilham da terceira tendência aqui exposta evidenciam uma leitura que leva em conta as contradições presentes nos fenômenos sociais e históricos. Diferenciando-se assim dos teóricos do “império” que, mesmo apregoando uma nova sociedade e uma nova ordem internacional, acabam “naturalizando” o capitalismo e as premissas convencionais do neoliberalismo. A identificação de uma disputa interna (hegemonia x contra-hegemonia) presente no fenômeno da globalização revoga a tese do processo “irresistível e irreversível” que se apresenta de forma implacável perante os Estados democráticos, conforme Hardt & Negri.

Deste modo, há uma aproximação com a análise mais cética quando se percebe a globalização como a continuidade de um processo que pode ser identificada através dos atores, instituições, normas, regras e procedimentos que emergem de uma fase anterior de desenvolvimento do capitalismo. Os atores estratégicos, como as empresas transnacionais, antes de base mais nacional; os países industrializados; instituições decisivas como o FMI e Banco Mundial, criados no pós-segunda guerra mundial e as regras ditadas pelos Estados Unidos e o neoliberalismo global, surgiram em uma fase pré-globalização neoliberal.

O reconhecimento da globalização como a continuidade de um desenvolvimento imperialista da dinâmica capitalista global não exclui uma leitura das “novidades” trazidas, principalmente, para a política e a democracia. Provar o surgimento e a existência destes fenômenos é um dos objetivos do trabalho. Nas linhas que se seguem analisaremos como se distinguem a globalização hegemônica e a contra-hegemônica, e como as disputas inerentes ao seu aspecto contraditório são notáveis, destacadamente nas mudanças vivenciadas pela participação política na contemporaneidade.

Globalização Hegemônica x Globalização Contra-Hegemônica

Para introduzirmos o tema da globalização hegemônica e sua contrapartida contra-hegemônica, precisamos nos deter primeiramente no conceito de “hegemonia”, como ele é entendido na Ciência Política e nas Ciências Sociais de uma forma geral, e como nós o adotaremos na análise da globalização da participação política. A palavra hegemonia vem do grego *eghestai*, que significa “conduzir”, ser “guia”; ou do verbo *eghemoneuo*, “comandar”, “preceder” e dá origem à palavra *eghemonia* que significa o ato de caminhar à frente, liderando⁶.

O pensamento político moderno tem como uma de suas principais fontes para o entendimento do fenômeno da hegemonia a tradição marxista, expressa principalmente através dos escritos de Lênin e Gramsci. Ao buscar entender a fundo como se dá a dominação da classe dominante a partir, principalmente, da afirmação de Marx de que “*as idéias dominantes são as idéias da classe dominante*”, o que mais tarde foi resumido simplesmente como *ideologia da classe dominante*, os teóricos marxistas que se aprofundaram na análise da dinâmica mais prática de

⁶ Gruppi, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci* (1978).

funcionamento de sociedades específicas, como Lênin com a Rússia e Gramsci com a Itália, se depararam com a necessidade de teorizar o fenômeno da hegemonia.

Lênin, no seu exercício de realizar uma “*análise concreta da situação concreta*”, ou seja, através de uma teoria marxista geral do capitalismo compreender a dinâmica específica da sociedade russa, buscou um entendimento sobre a forma em que se dava a dominação e a constituição do poder. A pergunta que guiou Lênin em seu aprofundamento teórico foi: como se produz a luta de classes em uma formação econômico-social? Ele foi percebendo que não era somente com o uso da violência e da repressão do Estado que uma determinada classe buscava a condição de dominação, mas também através da formação de alianças em torno de interesses sociais e experiências políticas:

Em nenhum dos países da Europa continental de 1871, a maioria do povo era constituída pelo proletariado. A revolução capaz de arrastar a maioria do movimento só poderia ser "popular" com a condição de englobar o proletariado e os camponeses, essas duas classes constituíam, então, "o povo". Essas duas classes são solidárias, visto que a "máquina burocrática e militar do Estado" as oprime, as esmaga e as explora. Quebrar essa máquina, demoli-la, tal é o objetivo prático do "povo", da sua maioria, dos operários e dos camponeses; tal é a “condição prévia” da aliança livre dos camponeses mais pobres e do proletariado. Sem essa aliança, não há democracia sólida nem transformação social possível. (LENIN: *O Estado e a revolução*, 1917).

Embora Lênin não tenha se referido explicitamente a este fenômeno como a essência da hegemonia, deixou entendido que, somente quando o proletariado, através da direção política e cultural do seu partido, conseguisse criar um sistema de alianças de classes que permitisse à população trabalhadora se voltar ideologicamente contra o capitalismo e o Estado burguês, seria possível que o poder passasse a ser disputado de fato com a burguesia, através da instituição da ditadura do proletariado. Segundo Gramsci, *a revolução apresenta-se praticamente como hegemonia do proletariado que guia o seu aliado: a classe camponesa* (GRAMSCI: *L'Ordine Nuovo*, 1919 apud BUCI-GLUCKSMANN, Cristine. *Gramsci e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1980).

O italiano Antonio Gramsci retoma as reflexões de Lênin, primeiramente em *A questão meridional* (1926) e em seguida nos *Cadernos do Cárcere* (1929-1935). Gramsci é um dos teóricos marxistas mais controversos e polêmicos dentro da tradição marxista mais ortodoxa. Diferencia-se, por exemplo, dos que retiram dos escritos de Marx a conclusão de que a pura e simples crise econômica final do capitalismo provocará o surgimento do socialismo. Gramsci entende que a superação do capitalismo só virá com a conquista do poder político e que tal poder não está concentrado meramente no aparato estatal, mas é principalmente um sistema de relações, não só econômicas mas também políticas e culturais. Dentro desse complexo de relações, estão as relações culturais de dominação para as quais Gramsci dedicou especial atenção e o ajudou a desenvolver o conceito de hegemonia legado por Lênin:

A tarefa de toda concepção dominante (que, sendo dominante, torna-se, portanto também fé, também ideologia para as grandes massas, não conscientemente vivida em todos os pressupostos e em todos os seus aspectos) consiste em conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que é cimentado precisamente por aquela determinada ideologia (GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, 1999).

Resumir o conceito de hegemonia de Gramsci é uma tarefa inglória e injusta com o teórico, mas algumas vezes o trabalho nos impõe estas arbitrariedades. A grosso modo, poderíamos dizer que, em Gramsci, a hegemonia de um certo grupo social é a representação dos interesses políticos e valores culturais deste mesmo grupo. Através destes interesses, o grupo dominante exerce uma dominação política e cultural sobre outros grupos sociais “aliados” influenciados por ele, restando para os inimigos: a violência e a coerção. A hegemonia não é exercida somente através da produção do consenso, e nunca é aceita de forma passiva, por mais abrangente que tenha se tornado seu campo de influência e dominação. O grupo hegemônico é obrigado, portanto, a estar sempre se renovando e se modificando de modo a neutralizar o adversário, até mesmo incorporando suas reivindicações, de forma maquiada e sem comprometimento dos valores essenciais do grupo hegemônico. Nas palavras de Gramsci,

A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras: como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a “liquidar” ou a submeter também com a força armada; e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governativo (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo se o tem fortemente na mão, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 1978).

Justamente porque o exercício da hegemonia enfrenta resistência é que podemos dizer que ela não constitui um sistema formal fechado, hermético. A todo instante ela se vê ameaçada, seja em sua dimensão cultural, política ou social. Ela está prenhe de contradições e vulnerabilidades. A resistência ou a crítica ao sistema hegemônico configura a contra-hegemonia, à qual a hegemonia se vê permanentemente obrigada a resistir. De outro modo, seria impossível pensar em mudanças nas sociedades. Para os efeitos dessa dissertação, pensamos ser importante vislumbrar a hegemonia e a contra-hegemonia no contexto da globalização, sob seu aspecto político e cultural, sobretudo.

Tendo isto em mente e assumindo os riscos de fazer uma transposição forçosa do entendimento gramsciano de hegemonia em uma dada sociedade para um contexto mundial, além do Estado-nação, buscaremos “traduzir” tal entendimento para continuar nossa leitura da globalização neoliberal em curso e os desafios apresentados à democracia e à participação política.

Um dos autores contemporâneos que mais tem contribuído no exercício de decifrar as características da globalização hegemônica e da sua resistência contra-hegemônica é o sociólogo Boaventura de Sousa Santos. Antes de elucidarmos suas considerações, no entanto, é importante delimitar que para Santos, diferentemente do que encontramos em Gramsci, o exercício contra-hegemônico, no caso global, se caracteriza por resistência e iniciativa pró-ativa não visando a conquista específica de um poder global. Mesmo porque tal poder é ainda

difuso e parcamente interpretado pelo acervo teórico sobre a globalização constituído até aqui. Explicando melhor, para Gramsci a busca pela hegemonia, através da consecução de alianças e a difusão de valores culturais e interesses políticos, não tinha um fim em si mesmo. Só fazia sentido tal busca se estivesse justificando uma ação prática revolucionária de tomada de poder utilizando inclusive os recursos da força militar em seu estágio final. O que queremos deixar claro é que, para Santos, tal tomada de poder revolucionária, em um espectro global, não consta como um fim último da globalização contra-hegemônica e, mesmo que constasse, seria um exercício de absoluta abstração, uma vez que não existe tal coisa como um Estado mundial.

Santos identifica processos hegemônicos e contra-hegemônicos como componentes da globalização neoliberal. As forças representadas em cada um desses processos são as responsáveis pelo conjunto de tensões e disputas características do momento atual. As forças impulsionadoras da globalização hegemônica têm um centro nos países centrais do capitalismo que formam um bloco juntamente com agências financeiras e empresas multinacionais. Suas principais diretrizes estão expressas no Consenso de Washington (Estado fraco, democracia liberal, primazia do direito, ocidentalização cultural) (SANTOS, 2001).

As forças da globalização contra-hegemônica são mais difusas, representadas principalmente pelos países do sul ou periféricas, pelos processos de resistência ativa, mobilizações sociais, iniciativas locais não hegemônicas de experiências democráticas, redes de cooperação, afirmação de culturas e identidades, lutas por direitos. Um forte componente da globalização contra-hegemônica e que nos interessa de modo particular são as iniciativas contra-hegemônicas de participação política, seja no nível local, nacional ou transnacional, como veremos mais adiante.

Antes de avançarmos, no entanto, seria importante demonstrar como Santos compreende o funcionamento dos “processos da globalização”. Para o autor, são quatro as formas de globalização, duas hegemônicas e duas contra-hegemônicas. Uma primeira, hegemônica, ele denomina de localismo globalizado, é o processo através do qual determinado fenômeno local é globalizado com êxito e se difunde pelo mundo. A proliferação do uso da língua inglesa é um exemplo de difusão de um modo de vida anglo-saxão. A consequência desse processo seria a exclusão ou a inclusão subalterna de outros modos de vida, ou outras expressões lingüísticas, conforme o exemplo. Já o globalismo localizado, outro modo de produção hegemônica, reflete o impacto local ou regional de práticas transnacionais. Os exemplos poderiam ser a degradação do meio ambiente, o aquecimento global, o aumento do fluxo de capitais e bens culturais.

Outro componente, fator ou forma de globalização, esse contra-hegemônico, seria o cosmopolitismo, expressando toda forma de resistência ao sistema de trocas desiguais, por parte de grupos de indivíduos, instituições, classes, regiões e mesmo Estados nacionais. As formas cosmopolitas de globalização são contra-hegemônicas, pois propõe lógicas, valores e sistemas diversos de integração mundial das dominantes. Elas podem ser organizadas ou espontâneas. Articuladas através de redes, movimentos identitários, mobilizações mundiais. O Fórum Social Mundial pode ser visto como um exemplo dessa forma de globalização. Por fim, um último modo contra-hegemônico de produção da globalização é o que produz resistência e luta por uma “desmercadorização” de tudo que pode ser considerado patrimônio comum da humanidade, tudo aquilo cuja sustentabilidade só pode ser garantida em escala global, como as reservas de água potável, os oceanos, as fontes de combustível, a biodiversidade das florestas, entre tantos outros exemplos.

Consideramos que a categorização feita por Santos nos ajuda a perceber a manifestação das forças hegemônicas e contra-hegemônicas no processo da globalização. Esta diferenciação entre formas de produção da globalização justifica uma compreensão de que não estamos vivendo uma globalização, mas várias, como diz o autor. Tal compreensão será a base de sua teoria sobre o sistema mundial em transição, por conter elementos do sistema mundial velho e um conjunto de elementos que podem ou não conduzir a um novo sistema mundial ou outra entidade nova, que segundo o autor pode ser sistêmica ou não (SANTOS, 2001). Nesse ponto gostaríamos de nos deter para expressar uma crítica à teoria do autor.

Estamos de acordo que vivemos um momento de transição no sistema mundial, de forma menos pessimista que a visão de Wallerstein. As contradições cada vez mais profundas, manifestadas inclusive por processos distintos de globalização, como vistos anteriormente, evidenciam esse momento de luta do velho contra o novo, característica central dos momentos de transição. Tal compreensão não nos leva, no entanto, à compreensão de que estamos deixando um momento sistêmico e partindo para uma circunstância absolutamente alternativa de processos complexos configurados de forma anárquica. Embora em descompasso, as influências da globalização neoliberal na economia, na política e na cultura configuram um processo sistêmico.

Do mesmo modo, a globalização contra-hegemônica manifesta as investidas e as resistências de forma desigual em cada um dos setores, tanto pelas contingências como pela criatividade e possibilidades de cada setor, mas que almejam de modo geral um novo sistema mundial, com algumas premissas claras, como o estabelecimento da paz, da justiça social e econômica, da preservação do meio ambiente e garantia dos direitos humanos. A busca por evitar uma leitura

economicista do sistema mundial e por tentar demonstrar a importância de suas variáveis culturais não pode nos conduzir à perda do sentido de conjunto do processo. A seguir, iniciaremos uma análise do componente que mais nos interessa analisar: a participação política.

Democracia e participação política em tempos de Globalização

Um dos traços da globalização hegemônica que mais nos interessa desvendar é o da sua relação com a democracia. O discurso em defesa da democracia representativa liberal é um componente importante da globalização neoliberal e um dos seus mais imponentes escudos de resistência à contra-hegemonia. Com a queda do Leste Europeu e o conseqüente descrédito frente às experiências que representaram o campo de pensamento que mais rivalizou com o campo elitista e liberal ao longo do século XX, a supremacia da concepção restritiva de democracia emergiu como algo incontestável e desejável.

A hegemonia do pensamento neoliberal cresceu, principalmente, a partir da derrota das experiências socialistas e dos limites do campo marxista para justificar o autoritarismo e as restrições democráticas, que acompanharam o fim desastroso das experiências do Leste Europeu, como bem aponta Juarez Guimarães,

(...) a ausência de uma alternativa à democracia liberal que desfrutasse de credibilidade alimentou a condição paradigmática desta, elevação à condição de modelo reconhecidamente limitado, mas único e universalmente factível para a democracia (GUIMARÃES, 1999).

Como principais expressões da concepção hegemônica de democracia na Ciência Política, encontramos Joseph Schumpeter (*Capitalism, socialism, and democracy* - 1942), Macpherson (*The Real World of Democracy* - 1966), Samuel Huntington (*Political order in changing societies* - 1968), Anthony Downs (*An economic theory of democracy* - 1956), Arend

Lipjhart (*Democracies. Patterns of majoritarian and consensus government in twenty-one countries* – 1984), Robert Dahl (*A preface to democratic theory* – 1956, *Polyarchy: participation and opposition* – 1971) e Norberto Bobbio (*O Futuro da Democracia* – 1986).

Poderíamos listar como os principais elementos, da concepção hegemônica de democracia, fundamentados por esses autores: a propalada contradição entre mobilização e institucionalização; a valorização da apatia política; a concentração do debate democrático no período meramente eleitoral; a abordagem do pluralismo simplesmente como a diferenciação partidária ou da disputa de projetos em uma eleição; e a restrição do entendimento de participação política (SANTOS & AVRITZER, 2002). A tese de que o único meio viável de viver a democracia na atualidade é relegá-la ao período eleitoral e à representatividade política, com a supressão da ação coletiva em conformidade com uma apatia generalizada, é a tradução atual e neoliberal de uma tese muito bem expressa por Benjamin Constant em *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*, em 1819. Segundo Constant, enquanto para os gregos a liberdade estava em se ver livre das atividades domésticas e privadas para participar plenamente da vida pública e política, para os modernos “quanto mais o exercício de nossos direitos políticos nos deixar tempo para nossos interesses privados, mais a liberdade nos será preciosa”. Daí viria a necessidade do sistema representativo, “uma organização com a ajuda da qual uma nação confia a alguns indivíduos o que ela não pode ou não quer fazer” (CONSTANT, 1819).

Tendo como fundamento uma concepção individualista de liberdade e os elementos da concepção elitista de democracia, apoiada na falência das alternativas surgidas no campo marxista de democracia popular - significando o domínio do partido único e da idéia de inevitabilidade da condução emancipatória do proletariado - a concepção hegemônica

neoliberal de democracia preponderou nas últimas décadas e se demonstrou como um braço político e cultural forte do projeto hegemônico. No entanto, apesar de sua difusão espetacular e midiática pelo mundo, os problemas gerados com a baixa intensidade de participação política, a insatisfação com a qualidade da representação e os impactos criados pela crescente internacionalização das decisões políticas abriram uma fresta de possibilidades para se contrapor a tal hegemonia.

A contraposição vem de muito antes da consolidação da hegemonia democrático-liberal. Por mais que se encontre hoje em situação desfavorável e sem muita credibilidade no imaginário coletivo quanto à possibilidade de representar uma alternativa viável à democracia elitista, a tradição política marxista e o campo criado ao seu redor ao longo do século XX foi imprescindível para uma série de conquistas democráticas hoje defendidas pelo projeto hegemônico. As diversas lutas populares pelo direito ao voto; contra o nazismo e o fascismo; contra os regimes coloniais e racistas; pela universalização dos direitos políticos; pela criação dos direitos trabalhistas e sociais foram promovidas na maioria dos casos por organizações e movimentos de inspiração marxista ou com alguma referência no marxismo (GUIMARÃES, 1999). Assim como, ainda segundo Guimarães:

(...) toda uma cultura de democracia de base, de associativismo, de solidariedade social contraposta ao elitismo liberal vicejou neste século a partir da inspiração do marxismo. E sem estes movimentos sociais, a própria noção de espaço público na democracia liberal, sempre ancorada na ênfase na privatização do Estado e no privatismo civil, careceria de sentido” (GUIMARÃES, 1999).

Portanto, o campo contra-hegemônico atual vem de um acúmulo de experiências, ele também é expressão de um histórico de embates prévios à acentuação da hegemonia da globalização neoliberal. Dentro do campo contra-hegemônico, duas tendências se destacam e nos ajudam na compreensão da globalização da participação política. Uma primeira está inserida na tradição marxista e é encontrada principalmente nas contribuições de Gramsci e suas

elaborações fundamentadas na concepção de hegemonia, como visto em parágrafos anteriores. O raciocínio que fundou a concepção gramsciana de hegemonia dizia que a disputa pela dominação e conquista do poder político se dá não só na esfera do econômico e do uso da violência e da coerção, mas principalmente na disputa ideológica pela influência política e cultural de um determinado arco de grupos aliados sobre outros.

A indeterminação, portanto, está presente, ao contrário da inevitabilidade e linearidade evolucionista que colocou em xeque a credibilidade do marxismo no campo da teoria democrática. A concepção gramsciana aponta, ainda, para a valorização da cultura na luta emancipatória através da busca da realização plena na política, e não somente no procedimentalismo autorizativo da democracia representativa. Neste sentido, há também uma valorização da sociedade civil, pois é através da hegemonização dela que se poderão alterar os valores econômicos, políticos e culturais de uma sociedade. Na busca por hegemonizar a sociedade civil os trabalhadores estabelecem alianças com outros grupos sociais estabelecendo uma relação que agrega força, mas também modifica o próprio campo uma vez que a pluralidade passa a fazer parte da luta pela superação da dominação e na busca por uma democratização da formação da vontade coletiva (GUIMARÃES, 1999). Mais adiante, veremos como esse pluralismo está presente na dinâmica da participação política global contra-hegemônica nos dias atuais.

A outra tendência contra-hegemônica que analisaremos está fora do campo marxista, e disputa o significado do procedimentalismo dentro da teoria democrática. No seu fundamento, está a negação das concepções substantivas de democracia, dos totalitarismos, das homogeneizações, o reconhecimento das pluralidades e a valorização da indeterminação no processo democrático. Entre os autores que mais contribuíram para as formulações desse

campo estão Lefort (*Pensando o político* – 1986); Castoriadis (*As encruzilhadas do labirinto* – 1986); Habermas (*A teoria da ação comunicativa* – 1984, *Between Facts and Norms* - 1995); Lechner (*Los Patios Interiores de la Democracia* – 1988); Bóron (*Estado, capitalismo e democracia na América Latina* –1994) e Nun (*Democracia: gobierno del pueblo o gobierno de los politicos?* - 2000).

A tradição que se formou em torno desse campo traz como um dos seus principais elementos a valorização do discurso argumentativo que possibilita pensar o procedimentalismo associado à idéia de participação (HABERMAS, 1984). Recentemente, tem crescido bastante a produção teórica desse campo através dos estudos de experiências novas que conjugam procedimentalismo, pluralismo, deliberação e inovação institucional, como o Orçamento Participativo no caso do Brasil e os Panchayats na Índia (Avritzer e Santos, 2002). Outro elemento importante é o da ressignificação cultural da prática democrática através da ação dos movimentos sociais. O Brasil tem contribuído muito nesse debate com trabalhos de Escobar e Alvarez (1992); Alvarez, Dagnino e Escobar (1998); Doimo (1995) e Avritzer (2002), que trazem para a discussão a importância do estabelecimento de novas relações entre Estado e sociedade que incorpore as mudanças nas relações de gênero, etnia e uso do espaço público que vem sendo promovidas principalmente através da ação dos movimentos sociais.

As duas tendências demonstradas nos ajudam a desenvolver uma concepção da participação política na globalização contra-hegemônica. Tomaremos emprestado de Santos e Avritzer (2002) a identificação de três pontos de tensão entre a concepção hegemônica e contra-hegemônica e ampliaremos a análise para um espectro global. De forma resumida, são seguintes os pontos de tensão: procedimento x participação; burocracia x gestão participativa; delegação das decisões x representação das diferenças. Segundo os autores, quanto ao

primeiro ponto de tensão, ao propor mudar as bases das relações entre Estado e sociedade a concepção contra-hegemônica de democracia rompe com a idéia de que a democracia é só procedimento e demonstra como a participação pode influenciar nos resultados, aqui acrescentaríamos a visão gramsciana da valorização da cultura na luta emancipatória, e apontaríamos para o crescimento dos movimentos sociais através de redes mundiais como, por exemplo, a Marcha Mundial de Mulheres (gênero) e ATTAC (pela socialização das decisões econômicas) que colocam essa tensão no nível global.

O segundo ponto de tensão tem a ver com a burocratização do exercício político e a incapacidade das instituições de dar respostas criativas a problemas aparentemente genéricos. Frente a isso, segundo Santos e Avritzer, as experiências participativas dos países do sul têm sido um êxito justamente por conseguirem transferir práticas e informações do nível societário para o administrativo demonstrando que a participação política pode contribuir na produção de respostas dinâmicas e criativas. Este ponto de tensão também pode ser identificado no plano global quando a crescente burocratização e especialização das agências internacionais impossibilitam uma maior participação dos governos nacionais e seus cidadãos em decisões políticas importantes. Um exemplo é o período pré-instalação da guerra no Iraque, em que ficou concentrado na mão de uma equipe técnica da ONU o exame da existência ou não de armas proibidas no país, que daria os elementos definitivos para a decisão da instalação ou não da guerra. As massivas mobilizações mundiais de fevereiro de 2003 demonstraram que existe uma pressão participativa pela democratização das decisões políticas mundiais.

O último ponto de tensão aponta para os limites entre a necessidade de delegação das decisões e eleição da representação em sociedades, cada vez mais numerosas, e a deficiência na representação de distintos grupos presentes no seio dessas sociedades. Segundo Santos e Avritzer, somente uma articulação entre democracia representativa e participativa pode

colocar em evidência os interesses dos grupos mais vulneráveis socialmente. Por isso mesmo, é importante, segundo Gramsci, que os diversos grupos sociais que formam uma aliança na busca da hegemonia valorizem a pluralidade e incorpore distintas características em um único projeto de emancipação e democratização da vontade coletiva. Tal fenômeno tem sido fortemente percebido em escala global através do encontro de diversos movimentos sociais com distintos interesses e níveis de representação (local, nacional, mundial) em eventos como o Fórum Social Mundial, e da busca de uma plataforma geral contra-hegemônica. Dando indícios da formação de uma sociedade civil global, como veremos a seguir.

Sociedade civil global

A construção de uma vontade coletiva mundial que representa o exercício das investidas contra-hegemônicas tem se dado no seio de uma emergente sociedade civil global. A idéia da existência de uma sociedade civil global é eminentemente contra-hegemônica, uma vez que o pensamento hegemônico percebe o mundo dividido em Estado e mercado, em que, por um lado, a sociedade civil se dilui no próprio estado, privatizado, e por outro a sociedade civil é a extensão da esfera do mercado:

Se a grande lição a ser extraída do colapso do socialismo é a do penoso erro envolvido na pretensão de construir uma cidadania democrática socialista prescindindo inteiramente do mercado e do princípio do mercado, a experiência dos países capitalistas avançados e de tradição liberal-democrática deixa claro que a construção de uma cidadania democrática no âmbito do capitalismo não pode, por seu turno, prescindir do Estado (Fábio W. Reis, 2000).

Seguindo esta lógica:

(...) o objetivo de “recortar” e definir o lugar específico da sociedade civil não apenas se frustra, como também o esforço por alcançá-lo dilui a crucial dialética entre os aspectos de solidariedade e interesses, consenso e conflito, “comunidade” e “sociedade” que foram anteriormente destacados como perpassando os diferentes planos ou esferas da sociedade (Idem).

A idéia subjacente é a de que a utilização do termo sociedade civil turvaria o exercício de entendimento da realidade, pois seria impossível excluir a idéia de “interesses” do âmbito da sociedade civil, uma vez que a ação dos movimentos sociais, por exemplo, que se desenvolve no seu interior, se dá de forma estratégica na busca de seus objetivos e no exercício da resistência. Sendo, portanto, impossível despojar este universo da idéia de mercado. Dentro do projeto de globalização hegemônica, tal concepção caminha ao lado da difusão da democracia representativa liberal como receitas de sociabilidade contemporânea. Deste modo, espera-se que os cidadãos estabeleçam com a política uma relação utilitarista, visando meramente a realização de interesses individuais e, quando muito, de grupos que representam necessidades específicas e fugazes.

Mas, mesmo com a forte hegemonia do pensamento neoliberal, o que tem se observado é que, na contra-mão deste pensamento, está surgindo uma sociedade civil global, que tem potencializado um projeto contra-hegemônico de globalização, avesso ao esvaziamento da participação política. Para chegarmos a tal concepção, vejamos, primeiramente, como se desenvolveu o conceito de sociedade civil nas Ciências Sociais, pois são pelo menos cinco os entendimentos encontrados.

Para os jusnaturalistas, a sociedade civil se contrapunha à “sociedade natural” adquirindo o significado de “sociedade política”, portanto de Estado. De Hobbes até Kant, é defendida a tese de que a sociedade civil ou o Estado nasce como o contrário do estado primitivo da humanidade. O estado primitivo correspondia à convivência humana baseada nas leis naturais e a violência egoística prevalecia como forma de resolução de conflitos. Dentro dessa mesma tradição, encontramos Rousseau que introduz uma variação ao entendimento da sociedade civil, constituindo o segundo significado, portanto. A sociedade civil de Rousseau não se

contrapõe somente ao estado de natureza, mas também às organizações sociais mais primitivas ou “não civilizadas”. Deste modo, para Rousseau, a sociedade civil é também a sociedade civilizada, mas não é ainda a sociedade política, como em Hobbes ou Locke. A sociedade política, para ele, só surgirá do contrato social e representará uma superação da sociedade civil. Rousseau introduz um entendimento que será encontrado nas futuras teorizações sobre sociedade civil, significativamente em Marx, o da contraposição entre Estado, ou sociedade política, e a sociedade civil.

Já para Hegel, responsável pela introdução de um terceiro significado de sociedade civil, ela estará no meio do caminho entre a forma mais primitiva, ou natural, de sociedade que é a família e o Estado que seria a forma mais ampla e desenvolvida de organização social. O Estado, ou, a sociedade política, superaria e sublimaria as formas anteriores de sociabilidade. A sociedade civil de Hegel é a dissolução da unidade familiar em classes sociais que obedecem à dinâmica das necessidades econômicas e promovem uma primeira tentativa de regulamentação externa dos conflitos humanos, sem a organicidade, porém, característica da forma definitiva de sociabilidade que será o Estado. Assim como Rousseau, Hegel contraria os primeiros jusnaturalistas diferenciando a sociedade civil do Estado e dá ao último um status de excelência e superioridade, e relegando à sociedade civil a condição de reino das necessidades.

Marx retoma as considerações de Hegel, mas dá ao conceito de sociedade civil uma identificação direta com a idéia de sociedade burguesa. A concepção marxista de sociedade civil é histórica e só tem sentido se analisada à luz da passagem da sociedade medieval para a sociedade burguesa, em que o centro é o indivíduo, protagonista da luta de um contra todos, do egoísmo, da propriedade privada, do materialismo. Com a emergência da sociedade

burguesa, cria-se a necessidade da existência do Estado. Por sua vez, este será incapaz de promover os interesses universais e a cidadania, por não suprir as necessidades econômicas de cada indivíduo. Surge, assim, a dicotomia inerente ao Estado moderno. É por isso que, segundo Marx, a essência do Estado será encontrada nas características da sociedade civil ou das relações econômicas burguesas, porque a sociedade civil é o espaço em que tem lugar a estrutura (relações econômicas) de cada sociedade sobre a qual se elevará a superestrutura jurídica e política.

O quinto significado de sociedade civil encontramos em Gramsci. O autor também vai distingui-la do Estado assim como Rousseau, Hegel e Marx, mas fazendo com que o termo se aproxime mais do seu sentido original do que prossiga a trajetória de distanciamento radicalizada por Marx.

A novidade da noção de sociedade civil esboçada por Gramsci consiste no fato de que não foi pensada em função do Estado, em direção ao qual tudo deve ser orientado, como queria Hegel. Nem se reduz ao mundo exclusivo das relações econômicas burguesas, como queriam algumas interpretações das teorias de Marx. Para Gramsci, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não-estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que, com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas, chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico que poderá levar à gestão democrática e popular do poder (SEMERARO, 1999).

Apesar de se encontrar na tradição marxista, Gramsci vai localizar a sociedade civil na superestrutura e não na estrutura como seu antecessor e inspirador teórico. Em momento anterior deste trabalho, já tivemos a oportunidade de expor a concepção central da teoria gramsciana de hegemonia e aqui podemos evoluir na análise do seu pensamento dizendo que a sociedade civil representa justamente o momento da hegemonia, representando não só as relações econômicas como as relações ideológico-culturais. Gramsci não abandona a tese marxista de prioridade da estrutura econômica, mas mostra a importância do momento de formação e transmissão de valores necessários para o exercício da dominação. A sociedade

civil adquire a característica do espaço de disputa ideológica pela manutenção da dominação hegemônica de um determinado grupo que está dirigindo o Estado. Deste modo, a hegemonia organizada na sociedade civil irá proteger o Estado ao mesmo tempo em que este irá fortalecer a hegemonia da classe dominante através do aparelho coercitivo. Gramsci não deixa de lado, no entanto, a idéia marxista de necessidade da abolição do Estado, condenando inclusive a “estatolatria”, porém redefinirá o desaparecimento do aparelho estatal como o resultado do desenvolvimento da auto-regulação da sociedade civil.

Se as considerações a respeito da sociedade civil, como visto, estão desde o princípio referidas à elaboração de uma concepção do Estado e à existência do Estado, seja como resultado da evolução da sociedade civil ou como sua contra-parte, como refletir sobre o surgimento de uma sociedade civil global, se não existe tal coisa como um Estado mundial ou mesmo transnacional?

Mary Kaldor, autora do livro *Global Civil Society – An Answer to War*, propõe uma combinação das teorias sobre sociedade civil desenvolvidas até aqui para fazer uma leitura do que seria uma “sociedade civil global” na atualidade. A autora apresenta três leituras interessantes que seriam fruto de visões contemporâneas já elaboradas sobre a sociedade civil global.

A primeira seria a “ativista” que pressupõe uma radicalização da democracia e a extensão da participação e da autonomia. Uma sociedade civil global ativa precisaria ter uma auto-organização fora dos círculos políticos padrão, e condições de influenciar nas condições de existência, seja pela auto-promoção ou pela pressão política. Para tanto, seria necessária uma

esfera pública global com comunicação livre, com atividades de plataformas internacionais e um reflexo na mídia internacional.

Uma segunda concepção seria a neoliberal. Teria como modelo a sociedade civil estadunidense baseada no ativismo através do voluntariado e do terceiro setor, substituindo várias funções do estado. Esta seria a concepção mais facilmente transportada para uma arena global como contrapartida à globalização econômica. As ONG's assumiriam o papel de um Estado global de forma semelhante à idéia defendida por Negri em *Império*.

Uma terceira e última visão de sociedade civil global seria a pós-moderna. Representando uma universalização da concepção ativista e neoliberal com o princípio básico da tolerância. A sociedade civil seria arena de pluralismo e contestação, ao mesmo tempo de incivilidade e civilidade. Transpondo para a realidade de hoje, segundo a autora, visualizaríamos um espalhamento de campos de contestação, uma pluralidade de sociedades civis globais através de distintas redes.

Acrescentaríamos à sugestão de Kaldor um exercício de análise, através da contribuição gramsciana, da dinâmica de formação de um embrião de sociedade civil global. Para Gramsci, a sociedade civil deveria ser disputada pelas classes subalternas com a burguesia, portanto, mais do que resistir, a missão revolucionária deveria buscar reinventar os termos de uma nova sociedade. Nesta luta, seriam vitais a liberdade de organização e a atividade intensa das massas.

Gramsci refletiu sobre a sociedade civil no momento em que o mundo vivia o fim da segunda guerra mundial. Naquele período, a construção de uma opinião generalizada contra a guerra

contaminou as sociedades civis nacionais e se transformou em um grande movimento pela paz mundial, mesmo entre os povos não diretamente envolvidos na guerra. A disputa pela hegemonia da sociedade civil ganhava contornos mundiais e um grande movimento de massas foi instaurado contra uma elite dominante desmoralizada. Podemos pensar nestes fatos como precursores de uma participação política global contra-hegemônica.

Hoje, 60 anos depois do final da segunda guerra mundial, movimentos organizados, principalmente da Europa, realizam diversas atividades reivindicando o fim da guerra como uma vitória popular internacional. Os movimentos contra a guerra, na época, foram desenvolvidos no âmbito das sociedades civis nacionais, mas sua influência foi valorizada principalmente por se tornar um movimento global capaz de atingir sociedades civis, não diretamente envolvidas com a guerra. Em tempos de globalização, uma maior “democratização” dos meios de comunicação de longo alcance tem possibilitado maior interação entre indivíduos, organismos e grupos de várias partes do planeta, o que contribui para uma maior difusão de idéias e propostas, generalizando valores “cosmopolitas” e difundindo formas de ação e interlocução entre distintas sociedades civis, formando consensos mundiais a respeito de temas que afetam a maioria da humanidade.

O diálogo entre os movimentos sociais do centro e da periferia do capitalismo e sua identidade “contra-hegemônica” tem gerado espaços de diálogo, convergências e apontamento de alternativas como o Fórum Social Mundial. A perspectiva gramsciana de aposta na subjetividade, na inventividade cultural e na capacidade de disputa pela hegemonia da sociedade civil, através da luta de idéias, aliada a condições materiais objetivas dadas no interior do capitalismo, pelas “massas” ou “subalternos” parece estar se confirmando na dinâmica da globalização social.

O Estado Nacional na Era Global

Ao tratar a sociedade civil, de certa forma, já introduzimos a discussão sobre a questão do Estado, outro conceito bastante abalado pela dinâmica da globalização. É objetivo também deste trabalho demonstrar que a compreensão sobre o papel do Estado na atualidade está influenciada pela dinâmica da tensão entre globalização hegemônica e contra-hegemônica.

As evidências têm deixado claro, como discorreremos a seguir, que as mudanças sofridas na estrutura do Estado nacional e no “concerto” entre as nações não tem apontado para seu fim, como sentenciam setores da globalização hegemônica, mas para a sua recomposição em novas bases com aumento do poderio dos Estados centrais do capitalismo e da submissão dos Estados periféricos do sistema, ocorrendo simultaneamente com a criação de um sistema de governança global alvo das demandas da sociedade civil global. Apesar da crescente internacionalização de fóruns decisórios, da crise de representatividade do Estado perante seus cidadãos, da crescente iniciativa pela participação política global e relativa perda de soberania do Estado nacional, não podemos dizer que estamos entrando em uma era pós-nacional ou em um “império”.

A globalização tem colocado em xeque a teoria moderna do Estado soberano que supõe a idéia de uma comunidade nacional de destino, que se governa a si mesma e determina seu futuro. O crescimento das interconexões regionais e globais colocam em dúvida a maneira tradicional de resolver no plano nacional questões centrais da teoria e da prática da democracia territorial (Held, 1991). Conforme David Held,

As implicações desse fenômeno são profundas (...) para todas as idéias-chave do pensamento democrático: a natureza da base político territorial do processo político; o significado da responsabilidade das decisões políticas; a forma e alcance da participação política; e enfim, a relevância do Estado-nação como guardião dos

direitos e deveres dos cidadãos no momento em que ele se vê às voltas com relações e processos nacionais desestabilizadores (Held, 1991).

As implicações da globalização hegemônica sobre a dinâmica dos Estados nacionais têm se manifestado, principalmente, através de uma crescente redução da capacidade de controle sobre o que se passa dentro e fora do território nacional; diminuição do poder de intervenção na economia; estabelecimento de colaboração internacional em responsabilidades essenciais como defesa e comunicação; aumento sucessivo do grau de integração política com outros Estados, ex: OEA (Organização dos Estados Americanos) e UE (União Européia), ou através de agências como FMI, BM e OMC; crescimento de instituições, organizações e regimes que constituem a base de uma governança global.

Tais alterações, no entanto, não nos levam a conclusões como a de Negri, em *Império*, que acredita que estamos vivendo a decadência e a falência final do Estado-nação. Segundo o autor, a soberania anteriormente detida pelos Estados nacionais tem sido transferida a uma nova estrutura global de dominação na qual as decadentes formações estatais têm um papel cada vez mais marginal. O autor inclui no rol de Estados decadentes e totalmente desprovidos de controle sobre a dinâmica de dominação global até mesmo os Estados centrais do imperialismo, como os Estados Unidos da América. Essas conclusões nos parecem absolutamente equivocadas e há fortes indícios de que o processo de globalização, através de suas forças hegemônicas e contra-hegemônicas, tem como principais atores justamente os Estados nacionais. Cabendo aos Estados mais fortes a liderança e a determinação da condução do processo.

Os Estados Unidos da América têm sido o Estado-nação que tem se mostrado mais protagonista na condução da globalização hegemônica estabelecendo, inclusive, padrões de

soberania que utiliza para avaliar seus aliados e seus inimigos. Enquanto a soberania dos primeiros deve ser preservada e defendida a dos segundos deve ser violada e debilitada, como ficou patente durante o último golpe desferido contra a Venezuela em abril de 2002. Quanto a sua própria soberania, os EUA têm repudiado sistematicamente qualquer instrumento jurídico que signifique um mínimo de ameaça à sua autodeterminação. Exemplos claros são a sabotagem à criação do Tribunal Penal Internacional, a recusa em assinar o Protocolo de Kyoto de preservação ambiental, a não assinatura da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, e vários outros casos em que a assinatura implicaria transferência de soberania para um órgão internacional cujo controle poderia escapar de suas mãos.

Outras evidências que demonstram a falácia da idéia de uma decadência final e irreversível do Estado estão nos dados quantitativos disponíveis sobre os gastos públicos e o aumento do aparato estatal nas últimas décadas. Dados de diversas fontes como governos nacionais, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Banco Mundial, FMI, OCDE, demonstram que os Estados centrais do capitalismo foram fortalecidos nos últimos anos apesar da retórica hegemônica neoliberal antiestatal lançada desde a década de 80. Já nos países periféricos do sistema, o processo de globalização hegemônica sob a égide da ideologia do neoliberalismo trouxe debilitação e exposição das economias nacionais aos fluxos de investimentos das grandes empresas transnacionais e às políticas dos países desenvolvidos, em especial os EUA. Tal processo de enfraquecimento dos Estados nacionais periféricos é resultado da pressão exercida por uma coalizão formada por EUA, FMI, BM, OMC e G7, que obrigou as já endividadas nações do sul a aplicar as metas do Consenso de Washington e a orientar suas economias em consonância com os interesses da coalizão dominante (Boron, 2004).

Por outro lado, como aponta Boaventura Santos, também não podemos afirmar a decadência do Estado porque as funções hobbesianas, repressivas, do Estado continuam em vigor tanto na periferia como no centro do sistema. Na periferia, porque os governos são obrigados a usar o aparato repressivo para conter as inevitáveis conseqüências da aplicação de um sistema injusto e desigual com uma numerosa multiplicação dos explorados e dos excluídos, e no centro, porque a manutenção de um sistema equitativo é feita às custas do sofrimento de negros e latinos na América do Norte e de africanos na Europa, criando contextos extremamente tensos como os vistos recentemente nas “revoltas de Paris”. O que está em crise, de acordo com Boaventura, é a capacidade do Estado de promover intercâmbios não-mercantis entre os cidadãos, como veremos a seguir.

Nos próximos capítulos, tentaremos demonstrar como a consecução de um projeto de globalização hegemônica tem suscitado uma reação contra-hegemônica em termos de participação política, através das iniciativas de uma sociedade civil global que se dirige a um sistema “nebuloso” de governação global (Cox, 1997), e de Estados marginalizados, inseridos em uma “concertação” de Estados divididos entre centrais e periféricos, dominadores e dominados, e profundamente abalados no exercício de sua soberania e em busca de reabilitar seu papel protagonista dentro da disputa pela hegemonia global.

O problema não tem sido apenas,

(...) que as decisões rotineiras e extraordinárias dos representantes das nações e Estados-nação afetam profundamente os cidadãos de outros Estados-nação – que muito provavelmente não tiveram a ocasião de dar ou negar o seu consentimento – mas também que a ordem internacional é estruturada por agências e forças sobre as quais os cidadãos têm um controle mínimo, se é que tem algum, e a respeito das quais os cidadãos não têm como sinalizar seu acordo ou desacordo (Held, 1991).

Mas também pela exclusão dos próprios Estados da possibilidade de exercer seu papel no cenário internacional. O Estado está, portanto, ameaçado por cima (dinâmica transnacional) e por baixo (exercício da democracia territorial).

A pressão dos “de baixo” (Falk, 1999) tem criado um novo internacionalismo contra-hegemônico que se manifesta na busca pela globalização da participação política e a democratização do sistema internacional de tomada de decisões. Uma das iniciativas é a busca da influência sobre os representantes governamentais que irão representar a nação nos espaços de decisão transnacional, um exemplo é a campanha contra a ALCA na América Latina, que pressiona os Estados a reverem suas posições nas reuniões da OEA ou nas reuniões de Cúpula das Américas. Outra frente busca a formação de consensos mundiais em torno de temas generalizáveis que possam exercer uma pressão sobre organismos centrais da globalização hegemônica como o Conselho de Segurança da ONU ou o G7, um exemplo foi a campanha mundial contra a instalação da guerra no Iraque em 2003.

De forma simultânea, um complexo de iniciativas locais, nacionais e regionais de tomada de iniciativas participativas; formação de redes e plataformas; difusão de valores em torno de temas como a paz, o meio ambiente, o feminismo, a discriminação racial; promoção de encontros como as reuniões paralelas aos encontros internacionais oficiais, como a Cumbre de los Pueblos, realizada recentemente durante a Cúpula das Américas, ou o Fórum Social Mundial vão tecendo o perfil da globalização contra-hegemônica criando as condições subjetivas para uma mudança de paradigma de organização da humanidade, menos mercantil e mais solidária.

* CAPÍTULO 2 *

Um olhar sobre o movimento social global

“Um grama de ação vale uma tonelada de teoria”

Friedrich Engels

A emergência de um movimento social global

O processo de globalização hegemônica, neoliberal, tal como vimos no capítulo anterior, desencadeou uma série de alterações nas esferas da economia, da política e da cultura. O desenvolvimento da globalização hegemônica e a interação estabelecida com sua interface contra-hegemônica trouxeram alterações para a dinâmica da participação política, criando a possibilidade de se pensar tal participação dentro de uma dinâmica globalizada.

Não seria demasiado ponderar, uma vez mais, que nosso foco de análise se concentra no período inaugurado com o fim da bipolaridade e a emergência de “uma nova ordem mundial” hegemônica, majoritariamente, pela liderança mundial do governo estadunidense. Já tivemos a oportunidade, em trabalho anterior⁷, de fazer o exercício de traçar a trilha percorrida pelo emergente movimento social global a partir da década de 90. Não será necessário repetir o mesmo esforço, mas, ao menos, sublinhar os elementos que consideramos essenciais para que hoje, uma década e meia após o início do movimento, nos aprofundemos nos estudos sobre a dinâmica da participação política globalizada, a emergência de um embrião de sociedade civil global e os desafios apresentados ao Estado-nação na atualidade.

⁷ *A participação política na Era Global: o Fórum Social Mundial*. Monografia de graduação em Ciências Sociais – UFMG, 2003.

No capítulo anterior, enfrentamos alguns debates e assumimos algumas premissas de trabalho. Tais premissas nos conduzirão na tarefa de demonstrar que uma crescente internacionalização dos fóruns decisórios gerou uma demanda de participação política, muitas vezes não satisfeita pela representação governamental, razão pela qual proliferaram nos últimos anos o que aqui denominamos de “as dinâmicas da participação política globalizada”, sem que o Estado-nação perdesse sua centralidade, seja na condução de suas comunidades destino, seja como principal ator no “concerto entre as nações”.

Podemos resumir as já mencionadas premissas da seguinte maneira: estamos vivendo um processo de globalização fruto da expansão do capitalismo global, ou continuidade do imperialismo, mas não sem significativas peculiaridades que lhe conferem o status de uma nova era⁸. Tal processo de globalização tem seu pólo hegemônico e sua contra-face, contra-hegemônica. Enquanto a globalização hegemônica se funda nos princípios do neoliberalismo e da difusão da democracia representativa liberal, a globalização contra-hegemônica difunde o ideário da radicalização da democracia e do despertar da participação política através da ação coordenada de movimentos sociais locais, nacionais e globais. A criação de dinâmicas globais de formulação de iniciativas e consensos entre estes movimentos sociais de várias partes do planeta sugere a emergência de um embrião de sociedade civil global. A emergência desta sociedade civil, coordenada em nível mundial, não se dá em relação a um Estado-mundial ou transnacional, mas em relação a uma governança global hegemônica. Através de alianças firmadas entre Estados centrais do sistema, mega-corporações e agências multilaterais em detrimento de Estados periféricos e subordinados é feita a condução deste pólo hegemônico. Consideramos, portanto, a centralidade do papel do Estado nacional no entendimento dos mecanismos da globalização contra-hegemônica.

⁸ Ver capítulo 1 deste trabalho.

Nas páginas a seguir, estaremos delineando as características do movimento social global, que, conforme dissemos, consideramos ser uma das colunas de sustentação da globalização contra-hegemônica, com forte influência no debate e na consecução de iniciativas no âmbito da democracia e da participação política. A articulação destes movimentos tem o potencial de criar as condições propícias para a emergência de uma sociedade civil global e revelar sua capacidade contra-hegemônica.

A exploração das contradições internas presentes na dinâmica do processo Fórum Social Mundial, que representa uma espécie de síntese dos movimentos da globalização contra-hegemônica, também será objeto deste capítulo, ajudando a compreender a essência dos movimentos que tentam hegemônizar a nascente sociedade civil global. Assim como, para compreender melhor as características do FSM e vislumbrar sua perspectiva futura.

Os novos movimentos sociais

Segundo Richard Falk⁹, os espaços democráticos disponíveis para resistir à globalização “vinda de cima” passaram a estar situados não somente no nível local, mas também no transnacional. Isto ficou bastante evidente a partir da década de 90. Os primeiros indícios desta redefinição surgiram com as movimentações da sociedade civil em eventos organizados por entidades internacionais. Assim foi durante as Conferências Temáticas organizadas pela ONU durante toda a década que findou o século XX, como a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992), a Conferência sobre Direitos Humanos de Viena (1993), a Conferência sobre População e Desenvolvimento no Cairo

⁹ *Globalização Predatória* (1999).

(1994), a Conferência sobre Desenvolvimento Social em Copenhague (1995), a Conferência sobre Mulheres e Desenvolvimento em Beijing (1995), a Conferência sobre Habitação e Desenvolvimento em Istambul (1996) e a Conferência Mundial contra o Racismo em Durban (2001).

De forma simultânea aos encontros e eventos paralelos às reuniões da ONU, e ao mesmo tempo impulsionados pelo seu sucesso, surgiram, através da coordenação de uma série de movimentos de várias partes do mundo, atividades de propósitos mais concretos na tarefa de imprimir derrotas significativas ao campo hegemônico da globalização. Dois eventos específicos são considerados marcos da emergência dos movimentos antiglobalização no final do século XX. A não aprovação do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1998, e o fracasso da “Rodada do Milênio” da OMC em Seattle (1999).

Segundo Emilio Taddei, os anos de 1997 e 1998, dariam a primeira vitória ao nascente movimento antiglobalização neoliberal. Foi uma organização transnacional, a “Global Trade Watch”¹⁰, que deu o alerta para o aparecimento dos primeiros esboços do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) que, em segredo, vinha sendo negociado no interior da OCDE, desde 1995. Com a divulgação desta negociação secreta sobre o que seria a “nova bíblia” do capitalismo mundial, e caracterizado como um “Tratado Internacional dos Direitos dos Investidores”, ou como o “Documento Constitucional da Nova Ordem de hegemonia plena do capital transnacional” (TADDEI, 2001), começava a surgir uma primeira campanha

¹⁰ “O Observatório de Comércio Global (Global Trade Watch/GTW) é uma divisão da Public Citizen, uma organização não governamental (ONG) dos Estados Unidos com 250.000 membros em âmbito nacional concentrada na defesa do consumidor. O GTW promove a democracia através do questionamento da globalização neoliberal, utilizando o argumento que o modelo de globalização atual não é inevitável”. Ver: <http://www.citizen.org/trade/portugues/index.cfm>.

transatlântica e internacional com rápida divulgação pela internet e envolvendo associações e ativistas, norte-americanos e europeus.

Uma coalizão de mais de 600 ONGs e organizações sociais lançou uma campanha de denúncia e pressão contra o acordo, que culminou em abril de 1998, data marcada para aprovação do acordo, na cidade de Paris. A Internet foi uma ferramenta fundamental para a constituição deste movimento. Segundo Naughton, as instituições da sociedade civil foram umas das primeiras a adotar a rede de comunicação digital e a usaram de forma exitosa e intensa para atingir seus objetivos, o que, segundo o autor, não surpreende dada a estrutura libertária e descentralizada da rede. Mantê-la aberta, livre, permissiva e sem controle externo passou a fazer parte do elenco de bandeiras destes movimentos que tanto dependem da rede (NAUGHTON, 2001).

Ativistas de mais de 30 países pressionaram pela não assinatura do acordo e esta foi adiada para o mês de outubro, quando a OCDE decidiu publicamente suspender as negociações, jogando todas as atenções sobre a Rodada do Milênio de Negociações da OMC, que ocorreria em seguida. Tal suspensão não aconteceu sem nenhum tipo de reação, em resposta o presidente da Câmara de Comércio Internacional, também presidente da Nestlé, desabafou:

O surgimento de grupos de ativistas ameaça enfraquecer a ordem pública, as instituições legais e o processo democrático. (...) É necessário estabelecer regras para esclarecer a legitimidade destas organizações não-governamentais ativistas, que se proclamam representantes dos interesses de amplos setores da sociedade civil.¹¹

Após a derrota sobre o AMI, se deu início à iniciativa política que ficou conhecida mundialmente como “A Batalha de Seattle”. Desde o princípio do ano de 1999, começaram os preparativos para o encontro que se daria em novembro, na cidade norte-americana de Seattle,

¹¹ Citação encontrada no texto *De Seattle a Porto Alegre – Passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal*. (TADDEI, 2001).

a OMC realizaria a “Rodada do Milênio”, melhor entendida como um encontro para articulações e negociações entre representantes governamentais com a finalidade de estabelecer a regulamentação do livre comércio para um novo milênio. Uma declaração de membros da sociedade civil, que se posicionavam contra um “mercado global” circulou, basicamente pela internet, através da lista de discussões: *Stop WTO Round* (Pare a Rodada da OMC) e foi impulsionada por um grande número de organizações sociais, mais de 1500 entidades de cerca de 89 países aderiram à carta (TADDEI, 2001). Os preparativos incluíram, inclusive, treinamentos em técnicas de “protesto não violento” organizados pelo coletivo Direct Action Network (Rede de Ação Direta)¹². Encenações e apresentações festivas também deram um tom irreverente ao protesto, que foi antecedido, a partir de 26 de novembro, por uma série de seminários, reuniões, colóquios e encontros, entre ativistas, associações e redes em sua maioria da Europa, Austrália, Índia, EUA, Canadá e com pouquíssima frequência da África, Ásia e América Latina.

A batalha propriamente dita se iniciou no dia 30, em que um gigante protesto tomou as ruas da cidade, bloqueando a entrada de hotéis e, sobretudo, do Centro de Convenções, onde se realizaria a abertura oficial do evento. A polícia reagiu de forma violenta e ficaram famosas as imagens dos manifestantes disfarçados de tartarugas verdes correndo pela cidade. A batalha se prolongou por toda noite e a tentativa de abertura fracassada já anunciava o que ainda estava por vir.

¹² A Direct Action Network (DAN) é “uma coligação de grupos ambientalistas, de defesa dos direitos humanos, de teatro de rua, de justiça social, comprometidos com a ação direta não violenta e políticas radicais e visionárias.” Durante os preparativos de Seattle coordenou workshops de não-violência, de solidariedade nas prisões, bloqueios, construção de bonecos, envio de mensagens para a mídia, primeiros socorros e outros. Contrapõe-se a uma outra tendência existente nos movimentos antiglobalização expressada pelos “Black Block” favoráveis a destruição de propriedades privadas durante os protestos. Para maiores informações acessar: <http://www.geocities.com/projetoperiferia/seattle1.htm>.

As diferenças se exaltaram também no interior da Cúpula quando representantes de países do “Terceiro Mundo” levantaram a voz perante os critérios de negociação impostos pelos países industrializados. Encontramos no relato de Walden Bello (2001) a seguinte citação da representante comercial dos EUA, Charlene Barshefsky,

o processo (...) era um tanto excludente. Todas as reuniões foram realizadas entre 20 e 30 países chaves (...). E isto significou que 100 países nunca entraram na sala (...). Isto levou a um sentimento extraordinariamente ruim de que eles estavam isolados do processo e que os resultados (...) foram ditados pelos 25 ou 30 países privilegiados que, de fato, estavam dentro da sala.¹³

Além disso, Washington se indispôs com a União Européia que queria debater temas como meio ambiente, investimentos, políticas de concorrência, etc. No dia 04 de novembro, foi anunciado, por amplos meios da imprensa mundial, o fracasso das negociações.

Seattle foi um marco na história dos movimentos sociais, primeiro por ter se dado no centro do Império Norte-Americano, colocando lado a lado antigos adversários da luta social norte-americana, como sindicalistas e ambientalistas. Mas, principalmente por colocar em xeque algumas certezas das elites dominantes, dentre elas a de que os únicos inimigos a serem enfrentados seriam os terroristas e os fundamentalistas nacionalistas e religiosos. Segundo Emir Sader, “os rebeldes da mundialização recuperam em Seattle a dimensão internacional da luta atual e abrem caminho para a consolidação de um novo projeto hegemônico”. As movimentações mundiais em torno da aprovação do AMI ou da rodada de negociações da OMC demonstram, de um lado, a tentativa de consolidação de uma espécie de governança global formada por Estados dominantes e agências multilaterais e do outro uma sociedade civil global que descobre seu potencial e dá materialidade para ações mundiais de expressão de seu pensamento e pressão sobre a elite dominante vigente (SADER, 2001).

¹³ Rodada de Imprensa: Seattle-Washington, 1999.

Esta tensão revela como a dinâmica globalização hegemônica x globalização contra-hegemônica se expressa nos encontros globais que tem se tornado palco do conflito de interesses das duas tendências. Percebemos que mesmo dentro dos encontros oficiais, com a contraposição países hegemônicos e países subordinados, é possível apreender o conflito. Do lado de fora a expressão majoritária é dos movimentos sociais de várias matizes e várias partes do mundo que convergem em torno de temas considerados centrais e tentam difundi-los como valores contra-hegemônicos.

Além dos encontros paralelos às reuniões da ONU, das batalhas contra o AMI e a OMC, podemos citar outros eventos importantes que contribuíram para a consolidação de um bloco contra-hegemônico de participação política dentro da globalização e antecederam o surgimento do Fórum Social Mundial, como veremos a seguir na Tabela 1.

Onda de greves	Europa	Grandes manifestações contra o desemprego em todo o mundo, especialmente na França	1995
I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo	La Realidad Chiapas México	Iniciativa da EZLN (Exercito Zapatista de Libertação Nacional). Presença de mais de 40 países	1996
Marcha Européia contra o desemprego	Europa	Partindo de várias cidades européias culmina em Amsterdã com cerca de 50 mil manifestantes	1997
Surgimento da Aliança Social Continental – conjunto de organizações sindicais e sociais de toda a América	Belo Horizonte Minas Gerais Brasil	Por ocasião da III Cúpula Sindical paralela à Cúpula Ministerial da Área de Livre Comércio da América.	1997
Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo	Barcelona Espanha	Dá início à campanha: Ação Global dos Povos	1997
Criação da Coalizão Jubileu 2000.	Várias partes do mundo católico	Dá início à campanha pelo cancelamento da dívida externa dos países dependentes	1997
I Conferência Mundial de Ação Global dos Povos	Genebra – Suíça	Propõe estabelecer uma coordenação e comunicação entre as resistências contra o mercado global	1998

Cúpula dos Povos das Américas	Santiago - Chile	Paralela à II Cúpula Presidencial das Américas que teve como principal debate a criação da ALCA	1998
I Dia de Ação Global dos Povos	Birmingham – Inglaterra	Por ocasião do II Encontro Anual do G8 e do II Encontro ministerial da OMC. São realizadas atividades em várias partes do mundo	1998
Surgimento da ATTAC	Paris – França	Por iniciativa, entre outros, do <i>Le Monde Diplomatique</i>	1998
“Outro Davos”	Zurich – Suíça	Em oposição à reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos	1999
II Dia de Ação Global dos Povos	Várias partes do mundo	Protestos e manifestações em vários países majoritariamente europeus.	1999
Encontro internacional “Um mundo possível”	Paris – França	Por iniciativa da ATTAC, Comitê pela Anulação da Dívida e Fórum Mundial de Alternativas	1999
II Conferência Mundial de Ação Global	Banglore – Índia	Dá prosseguimento a coordenação de campanhas de resistência	1999
Grito Latino-americano dos Excluídos	Vários países da América Latina	Tem como lema: “Por Trabalho, Justiça e Vida”	1999
Cúpula Sul-Sul sobre Dívida Externa	Johanesburgo – África do Sul	Tem como lema: “Para um novo milênio livre da dívida”	1999
III Dia de Ação Global	Seattle – EUA	Por ocasião da reunião da Rodada do Milênio da OMC. Ficou conhecida como a “Batalha de Seattle”	1999
III Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo	Belém – Pará – Brasil	Reúne, majoritariamente, ativistas e organizações de toda a América	1999
Protestos Anti-Davos	Várias partes do mundo	Por ocasião da reunião do Fórum Econômico Mundial	2000
Anti-Cúpula UNCTAD	Bangkok – Tailândia	Por ocasião da 10ª. Cúpula da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento	2000
Marcha Mundial das Mulheres 2000	Várias partes do mundo culminando em Nova Iorque – EUA	Várias atividades e marchas que tem seu ponto máximo diante da sede das Nações Unidas. Dá origem à organização e ao Movimento Marcha Mundial das Mulheres	2000

Mobilizações por Justiça Global	Washington – EUA	Por ocasião da reunião do FMI, participação de cerca de 30 mil manifestantes	2000
IV Dia de Ação Global	Várias partes do mundo	Por ocasião do dia internacional dos trabalhadores	2000
Protestos em oposição à reunião do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD)	Chiang Mai – Tailândia	Durante a reunião anual do BAD	2000
Protestos diante da reunião da OEA	Windsor- Canadá	Por ocasião da reunião da Organização dos Estados Americanos	2000
Manifestações durante reunião da OCDE	Bolonha – Itália	Por ocasião da reunião da Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Econômico	2000
Cúpula Social Alternativa	Genebra – Suíça	Por ocasião da II Cúpula Social das Nações Unidas	2000
Encontro Internacional contra a Mundialização Financeira	Paris – França	Mobilização de massas com cerca de 30 mil pessoas	2000
Reunião Paralela à reunião do G7	Okinawa – Japão	Várias mobilizações reivindicando, entre outras coisas, a anulação da dívida e retirada de bases militares do Japão	2000
Protestos em Nova Iorque	Nova Iorque – EUA	Por ocasião do Encontro do Milênio das Nações Unidas	2000
Protestos contra o Fórum Econômico Mundial	Melbourne – Austrália	Vários dias de protesto com a participação de 10 a 30 mil manifestantes	2000
V Dia de Ação Global	Praga – República Checa	Por ocasião da reunião anual do FMI e Banco Mundial. Realizam-se manifestações em cerca de 40 países.	2000
Mobilizações em Nice	Nice – França	Por ocasião da Cúpula da União Européia	2000
Encontro Internacional Dakar 2000: das Resistências às Alternativas	Dakar – Senegal	Com o objetivo de conquistar a anulação da dívida dos países do Terceiro Mundo	2000
Posse do Presidente Bush	Washington	Protestos.	2001
Anti-Davos	Davos	Por ocasião do Fórum Econômico Mundial	2001
Cúpula das Américas	Quebec	Protestos.	2001

Cúpula da União Européia	Gothenburg	Protestos.	2001
Reunião do G8	Genebra	Protestos.	2001

Tabela 1¹⁴

Ter a dimensão precisa da ocorrência destes eventos nos ajudará a delinear o que estamos entendendo como o extrato da dinâmica estabelecida entre a internacionalização dos fóruns decisórios e a proliferação de espaços e formas de participação política global. Um estudo realizado por Mario Pianta (2001) aponta alguns dados importantes que reforçam nossa perspectiva. Segundo Pianta, as principais características das reuniões e encontros da “governança global” têm sido: a) definição dos temas de maior relevância supranacional, por exemplo a ECO 92, que estabeleceu o meio ambiente como assunto de prioridade mundial; b) estabelecimento de regras para políticas nacionais em áreas de relevância internacional como segurança, comércio, meio ambiente e novas tecnologias, por exemplo a Conferência da OMC de Singapura (1998), que definiu regras para um novo sistema de livre comércio; c) definição de direcionamento a políticas adotadas em nível nacional, como por exemplo o FMI tem orientado a adoção de privatizações de empresas estatais e redução de gastos públicos; d) capacidade de “enforcement” ou “capacidade de fazer cumprir”, principalmente sobre os países menos poderosos e mais dependentes, por exemplo os embargos econômicos ou ações militares contra Cuba e Iraque (PIANTA, 2001).

Ainda segundo Pianta, os participantes oficiais destas conferências são profissionais diplomáticos e representantes oficiais de governos. Sendo que, na maioria das reuniões de “cúpula”, com exceção de algumas da ONU, se reflete um forte desequilíbrio entre os Estados, restando, na maioria das vezes, aos Estados Unidos e aos países mais ricos o domínio sobre vários processos decisórios, o que revela não somente um problema de forma, mas de

¹⁴ Montada com base em dados do livro Resistências Mundiais – De Seattle a Porto Alegre (2001) e pesquisa na internet.

estabelecimento de temas prioritários a serem tratados mundialmente. Em contraposição, têm surgido atores determinantes, através dos movimentos sociais e redes de organizações, em sua maioria, centrados em torno de temas tais como a paz, direitos humanos, solidariedade, desenvolvimento, meio ambientes e mulheres, que desenvolvem uma capacidade de pautar problemas de ordem global, criar redes de informação, encontrar soluções locais autopromovidas e passam a interagir de uma forma nova em espaços de poder supranacionais (PIANTA, 2001).

São estas organizações que criaram as chamadas “reuniões paralelas” e as “contra-cúpulas”, com o objetivo de confrontar as conferências dos Estados e organizações intergovernamentais, tal como visto na Tabela 1. Seu papel tem sido o de configurar eventos desafiantes da legitimidade destas conferências, confrontar delegações oficiais, dar visibilidade à sociedade civil global emergente, resistir às políticas neoliberais e propor soluções alternativas aos problemas globais. Mario Pianta define estes encontros como: a) são organizados por grupos nacionais e internacionais, de forma independente de Estados e empresas; b) coincidem com encontros oficiais de governos e instituições internacionais; c) tratam dos mesmos assuntos dos encontros oficiais, com uma perspectiva crítica às políticas dos governos e empresários; d) utilizam os recursos da informação e análise pública, através de mobilização política, protestos e propostas de alternativas; e) acontecem com ou sem um contato formal com os encontros oficiais (PIANTA, 2001).

O estudo realizado por Pianta, que tomou 61 eventos paralelos às conferências oficiais, revelou mais alguns dados importantes para este trabalho, dos quais destacamos o aumento em 40% de eventos paralelos desde a década de 80 até o ano de 2001, sendo que destes, 30% surgem depois dos eventos de Seattle. Destes encontros, 76% acontecem na Europa (53%) e

América do Norte (23%). A distribuição por tipos de encontros se dá com 27% de atividades em Conferências da ONU, 20% em Cúpulas do G7/G8, 16% em encontros do FMI/BM/OMC, 11% em encontros regionais como os da UE e os da OEA e 26% em outras atividades. As organizações promotoras dos eventos são, em sua maioria, nacionais (grande parte do país-sede do evento), seguidas de organizações internacionais e locais, sindicatos de trabalhadores e autoridades locais. Os principais campos de atividades e concentração destas organizações estão, de forma decrescente, relacionados com: desenvolvimento, economia, meio ambiente, direitos humanos, trabalho e emprego, democracia, paz e resolução de conflitos, gênero, assistência humanitária, estudantes e juventude, imigrantes e refugiados, religião, homossexualismo e outros (PIANTA, 2001).

É interessante notar, no estudo de Pianta, o dado de que as organizações promotoras dos eventos antiglobalização são em sua maioria nacionais, geralmente do país-sede da atividade em curso. Isto indica que os espaços nacionais continuam sendo os cenários concretos da disputa pela hegemonia, mas a análise da correlação de forças passa, obrigatoriamente, por uma percepção da dinâmica transnacional porque, com os encontros entre governança global e ativistas antiglobalização, em determinados momentos uma nação se transforma em arena do jogo global.

Segundo Emir Sader, a análise da correlação de forças entre o campo hegemônico e o contra-hegemônico ganha novas referências, pois nos dias de hoje não será somente através dos critérios tradicionais como representação nos parlamentos nacionais, força dos sindicatos, força dos partidos, número de greves e etc. que se poderá obter um mapa real da força de cada campo. Com a consolidação das instâncias supranacionais de poder dirigidas pela elite mundial, a difusão dos meios de comunicação de forma globalizada e, conseqüentemente,

uma maior facilidade de geração de consensos mundiais passa a ser necessário medir como se dá, também de forma global, o processo de resistência a essa dinâmica e a construção de alternativas, mas não como uma somatória de realidades nacionais (SADER, 2001). Vejamos como o Fórum Social Mundial representa uma espécie de síntese desse processo.

O Fórum Social Mundial

O primeiro evento do Fórum Social Mundial ocorreu entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre, mas o seu processo tem início nos anos anteriores e de forma muito mais sistêmica do que factual, como veremos. O debate sobre sua origem e “paternidade”, que é uma polêmica aparentemente caprichosa, tem muito a nos dizer sobre as tendências que disputam, em seu interior, a sua condução.

No livro *O desafio do Fórum Social Mundial*, de Francisco Whitaker (2005), é feito um relato de como se deu a criação do Fórum Social Mundial, idealizada por ele próprio, o autor, membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz, e Oded Grajew, ex-presidente da Fundação ABRINQ (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), membro do Instituto Ethos e do CIVES (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania). Segundo Grajew, no prefácio do livro, seu mérito não foi o de “ter tido a idéia”, em fevereiro de 2000, de criar o Fórum Social Mundial, mas de dar oportunidade de que “as idéias apareçam”. Foi assim, então, que “apareceu” a idéia de que, se existe o Fórum Econômico Mundial, deveria existir também o Fórum Social Mundial para que cada pessoa pudesse e devesse optar entre as duas visões de mundo expressas por esses encontros. Isto é, uma sociedade em que as pessoas são instrumentos dos interesses econômicos, são apenas produtoras e consumidoras, e uma sociedade em que a economia é um instrumento para promover o bem estar de todos e em que

as pessoas são, acima de tudo, cidadãos. O surgimento do FSM demonstraria, portanto, que as escolhas entre

o “velho” e o “novo” mundo não são apenas entre o neoliberalismo e o socialismo, entre democracia e ditadura, entre guerra e paz, mas também, no nosso universo pessoal e político mais próximo, entre solidariedade e competição, lealdade e traição, respeito e descaso¹⁵.

Foi com essa idéia na cabeça que, Francisco Whitaker e Oded Grajew, em Paris, procuraram Bernard Cassen - diretor do jornal *Le Monde Diplomatique* e presidente da ATTAC - para saber se podiam contar com a adesão das redes implicadas na organização dos eventos antiglobalização, como o de Seattle, para materializar um Fórum Anti-Davos. A idéia era realizar o encontro na França, ao que Cassen reagiu insistindo que fosse na cidade de Porto Alegre no Brasil. Aqui está instalada a polêmica caprichosa a que nos referimos. No seu livro *Tudo começou em Porto Alegre*, Bernard Cassen (2003) faz também um relato sobre essa primeira reunião que teria dado origem ao FSM.

Mas, segundo Whitaker e Grajew, “ele parece assumir toda a autoria da idéia do Fórum”. Cassen faz um relato de que, na verdade, foi ele que teve a idéia de que o Fórum fosse “Social”, organizado na periferia do capitalismo, em uma cidade como Porto Alegre, administrada por um partido de esquerda como o PT, aliando a força da sociedade civil com a de governos comprometidos com o ideário antineoliberal. Enfim, não importa a polêmica instalada sobre qual foi a mente iluminada que gerou a idéia do Fórum e quem inventou qual aspecto do Fórum (local, características, participantes), mas o quanto a existência desta polêmica nos ajuda a observar as tensões presentes no FSM, desde a sua origem, e que são, portanto, constitutivas do seu edifício.

¹⁵ Oded Grajew no prefácio ao livro *O desafio do Fórum Social Mundial* (WHITAKER, 2005).

A primeira tensão, então, será a existente entre os que pensam que o FSM tem paternidade, local de nascimento e consangüinidade, e aqueles que defendem uma paternidade coletiva, já delineada ao longo dos acontecimentos que emergiram na segunda metade da década de 90¹⁶, que criou as condições objetivas para que o encontro nascesse como um dos grandes inventos políticos do início do século. Esta tensão se multiplicará ao longo desses cinco anos de história do Fórum Social Mundial revelando duas tendências claramente distintas que disputam a hegemonia no interior do Fórum e que representa também, na nossa opinião, um enfrentamento existente dentro do bloco contra-hegemônico que disputa com o hegemônico a influência sobre a emergente sociedade civil global. Discutir estas tensões nos ajuda a ter uma concepção mais realista e menos idealizada da sociedade civil, assim como de suas potencialidades e limites na atualidade.

Antes de entrarmos no debate das tensões propriamente ditas, talvez fosse necessário discorrer um pouco sobre as características centrais do FSM. Não o faremos em detalhe dado que este levantamento já foi por nós realizado em trabalho anterior¹⁷ e o terceiro capítulo se dedica à análise das características dos eventos, especialmente das duas últimas edições. Segundo Whitaker, o FSM rapidamente se tornou a principal iniciativa política dos últimos tempos. Seu sucesso estaria na oportunidade de sua proposta: iniciar uma fase “propositiva” de luta. Aliado a esta nova proposta, estaria também o fato do encontro permitir a experimentação de uma prática política coerente com o tipo de sociedade, igualitária e democrática, que se pretende construir como alternativa ao modelo de socialização humana, baseada nas relações de mercado, difundida pela globalização neoliberal. Ainda segundo o autor, o FSM se baseia na “horizontalização” das estruturas, agora em forma de rede, no “desbloqueio” da ação

¹⁶ Ver Tabela 1 neste Capítulo.

¹⁷ *A participação política na Era Global: o Fórum Social Mundial*. Monografia de graduação em Ciências Sociais – UFMG, 2003.

política e no resgate da utopia como fonte do entusiasmo. Para o seu êxito, no entanto, é necessário, em face de uma dominação planetária,

(...) que sua proposta se espalhe pela superfície do planeta e se enraíze localmente em todos os lugares com a urgência exigida pelos riscos que a humanidade corre. É preciso que em todos os países a ação política seja desbloqueada e ganhe, o mais rapidamente possível, uma eficácia realmente transformadora. Só assim poderemos estancar a violência das tendências militarizantes e do terrorismo que pretende combater a dominação e assegurar a continuidade da vida na terra (WHITAKER, 2005).

Seguindo o raciocínio do autor, o FSM estaria cumprindo uma série de funções que somente ele, dado seu modo de organização, poderia cumprir. Em primeiro lugar, estaria abrindo espaço para o surgimento ou a consolidação de um novo ator político: a sociedade civil, em cada país e em nível planetário; e estaria indicando, pelo próprio modo de organizar e realizar os fóruns, o caminho para o fortalecimento da sociedade civil: o estabelecimento de relações horizontais entre as organizações que dela participam, numa prática de reconhecimento e aprendizado mútuo, cooperação e articulação, em vez de competição e disputa por hegemonia. Em segundo lugar, estaria revelando que, para mudar o mundo, são necessárias ações políticas diversificadas, mais além da simples contestação e resistência e da própria tomada do poder. Essas ações devem se desenvolver também e especialmente de dentro para fora e de baixo para cima das sociedades com a participação e a criatividade de todos os seus membros, a partir de suas necessidades concretas.

O autor considera que essas mudanças já estariam em curso, sem a necessidade de esperar por modelos completos e ideais de sociedade propostos ou impostos de cima para baixo. Em terceiro lugar, ele estaria abrindo espaço para o aprendizado de uma ação política que respeita a diversidade e o pluralismo, que não luta pelo poder como poder, mas por seu exercício como serviço, na certeza de que os meios usados moldam os fins alcançados. O FSM ensina, segundo Whitaker, que um mundo novo não pode ser construído com as práticas do mundo

velho que se quer superar e que, portanto, passa a ser necessário construir uma nova cultura política (WHITAKER, 2005).

Deste modo, o FSM cumpriria, na luta pela mudança, um papel unicamente intermediário e a aceitação desse caráter intermediário e instrumental do Fórum seria condição essencial para que sua continuidade possa ser assegurada. O autor apresenta no livro as condições que crê sejam necessárias para que, por intermédio do FSM, surjam, livre e democraticamente, o maior número possível de propostas e iniciativas que possam ajudar a construir o outro mundo possível. Pois, segundo ele, ainda estariam vivas nas cabeças e nos corações das pessoas as práticas políticas até agora utilizadas nas lutas desenvolvidas ao longo do século passado para a superação da dominação do capital. Essas seriam “práticas velhas”, superadas, que não cabem no projeto dos construtores do “outro mundo” da atualidade (WHITAKER, 2005).

Os parágrafos anteriores expressam a concepção de Fórum Social Mundial de um de seus fundadores e que integra, na nossa opinião, a tendência dos “horizontalistas” na disputa interna pela condução do Fórum, como veremos mais adiante. De forma, a nosso ver, mais realista e menos utópica, podemos conceber o FSM como o resultado de um acúmulo de forças do campo contra-hegemônico através da iniciativa política de enfrentar a globalização hegemônica no discurso ideológico, da prática política alternativa e da realização dos diversos encontros antiglobalização como dispostos na Tabela 1. Após sua primeira convocatória oficial, lançada em junho de 2000, durante a “Cúpula Social Alternativa” paralela à “Cúpula Social” das Nações Unidas, em Genebra, surge o encontro Anti-Davos, ou seja, o “anti-Fórum Econômico Mundial”, que acontece todos os anos em Davos na Suíça, reunindo grandes chefes das finanças e da indústria mundial há mais de trinta anos. Outros encontros paralelos a

Davos já vinham ocorrendo ao longo dos últimos anos da década de 90, como vimos anteriormente, mas este, que foi chamado de Fórum Social Mundial, ganhou uma dimensão superior por reunir as características que veremos a seguir.

Segundo Emilio Taddei,

A "primavera" de Porto Alegre se alimentou e deu conta tanto do movimento internacional antineoliberal, (...) como também do crescimento do protesto social na América Latina; e também, o espírito da esquerda social e política brasileira e, neste último caso, em especial da gestão municipal e estadual do PT gaúcho. Estes três fios se juntaram para tornar possível o Fórum (TADDEI, 2001).

O FSM foi concebido, portanto, como uma tentativa de expressão e articulação de todas as lutas em curso na escala mundial. A cidade escolhida para ser a sua sede foi Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, no Brasil, que havia se consolidado mundialmente como modelo de gestão democrática e popular. Através da difusão das características do Orçamento Participativo¹⁸, a cidade se transformou em símbolo da possibilidade de buscar e realizar inovações democráticas participativas, dentro dos marcos da hegemonia da democracia representativa liberal, através do exercício de políticas públicas com a participação da sociedade civil e de partidos políticos.

Outro autor que busca compreender de forma mais sistêmica o fenômeno do FSM é Boaventura Santos, para quem

(...) o FSM é um fenômeno social e político novo. O fato de ter antecedentes não diminui a sua novidade, antes pelo contrário. O FSM não é um evento. Nem é uma mera sucessão de eventos, embora procure dramatizar as reuniões formais que promove (SANTOS, 2005).

¹⁸ Orçamento Participativo é o nome que se dá à política pública implementada por algumas prefeituras no Brasil, que tem como finalidade destinar um montante dos recursos públicos para que a própria população, através de assembléias, decida sobre a sua utilização.

A novidade política do FSM, para Santos, é não estar estruturado de acordo com qualquer dos modelos de organização política moderna, seja ele o do centralismo democrático, o da democracia representativa ou o da democracia participativa. Ninguém o representa ou está autorizado a falar e, muito menos, a tomar decisões em seu nome, ainda que ele seja concebido como um Fórum que facilita as decisões dos movimentos e das organizações que nele participam. O que é novo no FSM é o fato de ser inclusivo, no que diz respeito quer a sua escala, quer à sua temática. O que é novo é o todo que ele constitui, não as partes que o compõem. O FSM é global na forma como acolhe os movimentos locais, nacionais e globais, e no fato de ser intertemático e até trans-temático (SANTOS, 2005).

O problema de estudar estes novos movimentos sociais, aponta o sociólogo, é que, a fim de fazer uma interpretação justa, nós precisamos de uma nova teoria social e de novos conceitos analíticos. O risco da sub-teorização e desvalorização é grande. O autor vai mais longe afirmando que o FSM desafia não só as teorias políticas dominantes, mas as várias disciplinas das Ciências Sociais convencionais ou ainda a idéia de que o conhecimento científico é o único produtor de racionalidade política e social. Entendemos que o autor está se referindo, principalmente, ao arcabouço teórico e científico formulado no “norte” e que, muitas vezes, não se aplica de forma mecânica às distintas realidades dos países do sul. Em seu livro *Fórum Social Mundial: Manual de uso*, Santos busca abordar o FSM como uma utopia crítica, epistemologia do sul e política cosmopolita emergente, tentando romper as barreiras teóricas ao estudo desta nova realidade (SANTOS, 2005).

As tensões presentes no processo Fórum Social Mundial

Escolhemos como foco prioritário de nossa análise, nesse desafio de decifrar a estrutura do FSM e seu caráter de “novidade política” reveladora do potencial de uma sociedade civil global, algumas tensões presentes no seu processo e que se materializam através das seguintes polêmicas: a) o Fórum é “espaço” ou é “movimento”? b) partidos políticos devem ou não participar oficialmente do Fórum? c) o Fórum realmente é mundial?

Escolhemos essas três questões que consideramos mais relevantes no debate em torno do FSM e do seu papel no contexto da contra-hegemonia, mas outras polêmicas existem, como, a já mencionada, sobre o surgimento da “idéia original” do Fórum ou a que versa sobre a sua sustentabilidade ao longo do tempo, ambas estão inter-relacionadas com as polêmicas escolhidas como centrais. Ao nos aprofundarmos no debate sobre estas polêmicas esperamos poder encontrar referências mais sólidas das características da globalização contra-hegemônica. Já sabemos que ela constitui um campo de tensionamento e contradições, a própria existência das polêmicas aponta para isso, agora queremos compreender se é com a consolidação de um Fórum como espaço ou como movimento que o potencial contra-hegemônico desse campo se consolidará. Se a presença ou a ausência dos partidos políticos no Fórum influenciará na sua capacidade mobilizadora e formuladora de contra-hegemonia. Se a representação internacional do Fórum expressa a real mundialização do movimento social global e do embrião de sociedade civil global que conduz a globalização contra-hegemônica.

Em torno das polêmicas, duas tendências principais se posicionam buscando hegemonizar a condução do processo. Denominemos arbitrariamente a primeira de “horizontalista” e a segunda de “movimentista”, apenas para efeito didático de entendimento. A primeira

tendência, horizontalista, se proclama inventora do FSM e representante de uma “nova geração política”, livre dos vícios dos movimentos e organizações sociais e populares que despontaram no século XX - sob a influência do movimento comunista internacional - e autora de uma nova cultura política. Como principais representantes desse campo estão as já citadas organizações brasileiras CBJP e CIVES, e seus pares no plano internacional que são, entre outros, setores da ATTAC, Oxfam Internacional, Public Citizen e várias redes e organizações formadas majoritariamente por ONG’s, e com forte vínculo com o empresariado e o terceiro setor em geral. A linha de pensamento defendida pelos horizontalistas, balizada na idéia do FSM como espaço horizontal, sem participação de partidos e governos e já amplamente mundializado, tem assumido uma posição hegemônica na condução dos encontros e do processo desde o seu princípio. O trunfo da “idéia original”, não raramente, é sacado das mangas no enfrentamento com a outra tendência que tem ameaçado sobremaneira esta liderança.

Portanto, na contramão dos horizontalistas, está o campo dos que denominamos previamente de “movimentistas”. Sua composição não é nada homogênea e abriga todos aqueles, inclusive “horizontalistas”, que apostam em uma maior realização da capacidade propositiva e de resistência ao neoliberalismo engendrada pelo Fórum. Como expressão maior desse campo está a Rede Mundial dos Movimentos Sociais - que surgiu no I FSM de uma iniciativa da CUT e do MST (e, por extensão, da Via Campesina), e de diversos grupos com um papel protagonista na luta mundial contra a globalização, como a CLACSO, alguns comitês da ATTAC, a Confederação Camponesa da França, a Marcha Mundial das Mulheres, as marchas européias de desempregados, o Jubileu sul, a Aliança Social Continental, a OCLAE, a campanha “50 Years is Enough!”, a Focus On The Global South – que, desde o primeiro

Fórum em 2001, potencializa os encontros do FSM discutindo e aprovando documentos em torno de um calendário de lutas, subscrito por centenas de entidades.

O “enfrentamento” das duas tendências se dá nos espaços decisórios do Fórum, destinados principalmente à organização prévia do evento. A formação destes espaços decisórios se deu com o desenvolvimento inicial do FSM. Após a convocação do Fórum lançada em Genebra (2000), a partir das reuniões entre ATTAC, Le Monde Diplomatique, integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil, e outras entidades brasileiras, se constituiu a secretaria internacional do FSM, composta pelas seguintes entidades: Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES); Associação Brasileira de ONG’s (ABONG); ATTAC-Brasil; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Central Única dos Trabalhadores – CUT; Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CNBB – Igreja Católica); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Esta secretaria permanece intacta até hoje. Mesmo com o fato de após o Fórum de Mumbai o comitê organizador indiano também tenha ganhado status de secretaria internacional, a sede oficial do FSM segue sendo coordenada pela secretaria sediada no Brasil e todos os processos de captação financeira e estruturação das reuniões do Conselho Internacional passam pela secretaria internacional “brasileira”.

Durante o ano de 2001 o Fórum Social Mundial se consolidou mais ainda “institucionalmente”, foi criado um Conselho Internacional (CI), do qual fazem parte, entre outros, a ATTAC; a Focus on the Global South; a CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais); o Fórum Mundial de Alternativas; a OCLAE (Organização Continental Latino-americana de Estudantes); a Via Campesina; a Marcha Mundial de Mulheres; a rede 50 years is enough; o Jubileu Sul (Igreja Católica); o Fórum Social de Gênova; o CADTM

(Comitê de Anulação da Dívida do Terceiro Mundo); as centrais sindicais CIOLS e CMT, e outras, completando cerca de 150 organizações (Anexo I). É importante ressaltar que mesmo com a criação do CI e sua posterior ampliação, não se alterou a composição da Secretaria Internacional, de oito entidades brasileiras, acima descrita. A composição do CI continua a mesma até os dias de hoje, com raríssimas inclusões, existe uma fila imensa de entidades e organizações candidatas a ingressarem no conselho. Além do Conselho Internacional, o FSM adotou uma “Carta de Princípios” (Anexo II) que passou a reger as atividades do Fórum.

Espaço ou movimento?

Expressando as linhas mestras do pensamento horizontalista, encontramos, o já citado livro, *O desafio do Fórum Social Mundial – um modo de ver*, de Francisco Whitaker (2005). Em passagem bastante marcante, o autor, ao tentar demarcar com o campo marxista, chega a reconhecer ser desrespeitoso nomear como “práticas do mundo velho” aquelas que levaram muitas pessoas a dedicarem suas vidas, com sacrifício pessoal inclusive, para refletir e agir na tentativa de destruir o monstro capitalista, mas insiste na definição. Fazendo clara alusão ao comunismo e às práticas dos partidos revolucionários, o autor compara as tais “velhas práticas” a um polvo que está embaixo da mesa das novas propostas em curso, sempre ameaçando virar a mesa.

Daí, já é possível extrair o pensamento desse campo a respeito da primeira polêmica enunciada. Um dos braços desse polvo, que ameaça virar a mesa das novas práticas políticas, é a tentativa de transformar o Fórum em movimento, segundo Whitaker. Para o autor, ao transformar o Fórum em movimento se estará jogando fora um poderoso instrumento de luta que “fomos capazes de criar a partir da mais preciosa descoberta política dos últimos tempos:

a força da articulação horizontal livre que explica tanto o sucesso de Porto Alegre, como o de Seattle e o das manifestações de 15 de fevereiro contra a guerra”. Deste modo, o FSM é um espaço e os espaços não tem líderes. Ele é só um lugar, fundamentalmente horizontal, como uma praça sem dono. A própria Carta de Princípios¹⁹ do Fórum expressa bem essa contraposição ao estabelecimento de qualquer tipo de direção ou liderança dentro dele: ninguém pode falar em nome do Fórum, não caberia falar em nome de um espaço, nem de seus participantes. Todos conservam seu direito de se exprimir e de atuar durante e posteriormente ao Fórum, segundo suas convicções, assumindo ou não posições e propostas que tenham apresentado ou sido apresentadas por outros participantes, mas nunca em nome do Fórum e do conjunto de seus participantes (WHITAKER, 2005).

A ênfase dos horizontalistas em demarcar que o Fórum é um espaço e não um movimento se dá principalmente como reação à força das assembléias e das declarações aprovadas pela Rede Mundial dos Movimentos Sociais no interior do FSM. As resoluções aprovadas em suas assembléias têm sido tão expressivas e contundentes que, não raras vezes, suas decisões são divulgadas pela imprensa e assumidas pelos próprios participantes do Fórum como as “decisões” de cada Fórum, causando um verdadeiro frisson entre os “horizontalistas”. Quanto à primeira polêmica, portanto, os “movimentistas” não temem que o Fórum deixe de ser eminentemente um espaço de articulação, caso algumas das decisões gestadas no seu interior sobressaiam como unificadoras e mobilizadoras de ação do conjunto dos participantes e dos que tem no Fórum uma referência. Pelo contrário, segundo eles, o Fórum se fortalece quando transcende os cinco dias de encontro anual, definindo agendas e lutas prioritárias que o mantenham vivo no decorrer do ano no âmbito local, nacional e mundial.

¹⁹ Ver *Carta de Princípios* do FSM no Anexo II deste trabalho.

Santos também defende que o processo FSM será cada vez menos um evento ou conjunto de eventos, para passar a ser cada vez mais um processo baseado no trabalho de articulação, de reflexão e de planificação combinada de ações coletivas levadas a cabo pelas diferentes organizações e movimentos que integram o FSM, tal como faz a Rede Global dos Movimentos Sociais. E é justamente por este aspecto que podemos considerar o FSM como uma componente importante da globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2005).

Reforçando este caráter contra-hegemônico do FSM encontramos no discurso dos movimentistas a crítica de que

os Fóruns Sociais Mundiais giram sobre si mesmos, como extraordinários espaços de reunião de todos os que se opõem à globalização neoliberal, e de intercâmbio de experiências, mas sem capacidade de formular alternativas globais e partir para a construção do "outro mundo possível" (SADER, 2004)²⁰

Portanto, ainda segundo Sader, não basta que o FSM seja reconhecido pelo *New York Times* como “a outra superpotência” no período das manifestações contra a guerra no Iraque em fevereiro de 2003²¹, para que expresse de fato um campo contra-hegemônico. Mas seria necessário ter algum triunfo, demonstrando que as “razões” defendidas no âmbito do Fórum podem ser transformadas em “capacidade material de mudar as coisas no mundo” (SADER, 2004). Para tanto bastaria, definir uma “agenda mínima” que unisse a todos que se reúnem nos FSM (mundial, regionais, nacionais, temáticos) na luta contra o neoliberalismo e contra a globalização hegemônica.

Mas, a não existência de uma “agenda mínima” é uma questão crucial para os horizontalistas. Para Whitaker, o fato do FSM não ter um documento final ou uma “agenda mínima” não se

²⁰ SADER, E. *Transformar a indignação em atos globais*. Jornal do Brasil, 08 de fevereiro de 2004.

²¹ As manifestações contra a instalação da Guerra no Iraque em fevereiro de 2003 ficaram conhecidas mundialmente, especialmente as ocorridas no dia 15 de fevereiro, como a maior mobilização simultânea da história da humanidade.

trata de uma opção pelo não comprometimento com a luta e com a mobilização necessária no enfrentamento do neoliberalismo, como podem querer interpretar os mais preocupados “em transformar o Fórum em movimento”, segundo ele. O que ocorre é que uma “praça” não faz declarações. É evidente que aqueles que nela se encontram possam fazê-lo, mas nunca serão declarações do Fórum como tal. A leitura de uma declaração, defende o autor, faria com que muitos se afastassem do espaço Fórum, por não aceitarem ou não estarem de acordo com líderes que “estivessem ridiculamente pretendendo conduzi-los do alto de suas árvores e colinas”. Para o autor, esta opção foi bem compreendida pelos participantes do Fórum até agora, que nos encontros tem buscado aderir ao mural de propostas de ação a serem adotadas após o encontro (WHITAKER, 2005).

Ainda na defesa do Fórum como a “praça”, unicamente o espaço do encontro, Whitaker defende que ao constituir um espaço aberto, o Fórum tem a possibilidade de assegurar o respeito à diversidade, muito mais do que ocorreria se fosse um “movimento”. Deste modo, a disputa interna por maior visibilidade entre as propostas apresentadas poderia colocar tudo a perder. Segundo o autor, é preciso refletir com cuidado sobre o que vem ocorrendo com as marchas e manifestações de rua que encerram o Fórum, por exemplo. Pois, as bandeiras expostas nestes momentos deveriam ser as bandeiras de todos, como expressão visível final da diversidade e da variedade de propostas que no Fórum se abrigam e dele nascem. O poder de atração do FSM estaria justamente no fato de que seus participantes sentem-se respeitados em suas opções, no seu ritmo e na profundidade do seu engajamento. Segundo o autor, a maioria dos participantes vem ao Fórum por convicção própria de que é importante vir para trocar experiências, aprender, articular-se, mantendo a liberdade que tinham antes e que continuarão a ter, durante e depois de sua participação. “Estes participantes não receberão ordens, nem terão que seguir palavras de ordem, não serão cobrados, nem terão que prestar

contas do que fizeram ou não, não terão que provar fidelidade e disciplina, não serão expulsos se não o fizerem – todo o contrário do que lhe ocorreria se tivessem ido participar de algum encontro de um coletivo organizado!” (WHITAKER, 2005). O autor se preocupa, portanto, com algumas iniciativas, segundo ele, tomadas por um certo número de movimentos que “são auto denominados movimentos sociais” e parecem apontar na direção contrária.

Segundo Whitaker, preocupados, com razão, com a necessidade de mobilização popular para lutar contra o neoliberalismo, tais movimentos buscam absorver o Fórum para dentro da sua dinâmica mobilizatória, colocando-o a serviço dos objetivos que perseguem. Tais movimentos não reúnem todos os participantes, mas consideram que seu próprio documento final poderia ser assimilado e apresentado como documento final do FSM, critica o autor. O comitê organizador de tal movimento tem conseguido incluir na programação do último dia do FSM sua plenária final ganhando, ano após ano, uma imagem de assembléia conclusiva do Fórum²².

Outro ponto falho, segundo o autor, é o de que em um Fórum-espço, as atividades auto-organizadas²³ deveriam ter prioridade na preocupação dos organizadores do evento, uma vez que é através delas que o Fórum funcionaria mais claramente como espaço. Mas, não é isso que vem acontecendo, na avaliação do autor, e os organizadores acabam mais envolvidos na definição de temas e palestrantes das conferências centrais²⁴, Whitaker propõe uma nova metodologia que, na prática, acabou sendo adotada para o FSM 2005, como veremos com detalhe no Capítulo 3 deste trabalho. A prioridade para as atividades auto-organizadas traduz,

²² O autor se refere às assembléias da Rede Mundial dos Movimentos Sociais.

²³ Durante os cinco dias de encontro anual do Fórum Social Mundial são realizadas atividades promovidas pelo Comitê Organizador e outras pelas organizações inscritas que desejarem, são as atividades auto-organizadas ou auto-gestionadas, que podem ser oficinas, seminários, painéis, apresentações culturais, manifestos e etc.

²⁴ Conferências centrais são aquelas cujo tema e palestrantes são decididos pelo comitê organizador e toda a realização da atividade é de responsabilidade deste comitê.

na prática, a opção pelo Fórum-espço e não pelo Fórum-movimento e, segundo o autor, seria favorável para que se atingissem mais efetivamente os objetivos do FSM.

Deste modo, os organizadores de cada evento do FSM deveriam ser “pessoas e entidades dispostas a prestar o serviço de organizar o uso da praça sem interferir nos conteúdos que nela se discutam e, muito menos, na liberdade que deve ser garantida às atividades dos participantes, um trabalho de facilitadores e não dirigentes” (WHITAKER, 2005. pp. 172) A implementação destas sugestões no último FSM (Porto Alegre, 2005) demonstram, na prática, a hegemonia dos horizontalistas na condução do Fórum ao longo de seus cinco anos de existência formal. Como pudemos perceber, a sua influência faz com que as preocupações centrais da disputa pela hegemonia no âmbito de uma sociedade civil global estejam muito mais relacionadas com a “forma” de atuação e a negação das “velhas práticas revolucionárias” do que com o efeito real destas ações sobre a hegemonia neoliberal. Isto faz, na nossa opinião, com que o potencial contra-hegemônico da sociedade civil global seja comprometido.

Na contramão dos horizontalistas, estão os que insistem na materialização dos consensos construídos no interior do FSM. Segundo Leite, o I Fórum, por exemplo, trouxe o movimento mundial contra a globalização neoliberal de forma concreta para o Brasil. Até então, o envolvimento da esquerda brasileira com as iniciativas internacionais tinha sido relativamente pequeno, mas o Fórum permitiu sensibilizar parte significativa do movimento democrático e popular principalmente, por exemplo, para a necessidade de lutar contra a ALCA. Provando que, apesar de ser um “espço”, portanto sem encaminhamentos práticos, o Fórum teve um papel importante na articulação de lutas concretas contra a globalização na América do Sul e principalmente no Cone Sul do continente. Participaram do I FSM, frisa o autor, mais de 700 argentinos de variados movimentos e correntes políticas, pessoas que não atuavam juntas em

seu país e, para as quais o Fórum representou um momento de encontro, de enlace e um ponto de apoio para futuras lutas comuns, como se veria ao longo da crise de 2001 (LEITE, 2003).

Segundo o autor, pareceu claro, desde o princípio, que o Fórum, concebido como espaço amplo de convergência dos que buscavam uma alternativa à globalização neoliberal, podia prosperar se respeitasse a diversidade de seus componentes, mantivesse sua contundência política, tecesse laços mais estreitos com a juventude e ampliasse sua projeção internacional. Mas ele ainda tinha que ser testado nas alianças, mobilizações e iniciativas que gerara em seu interior, na sua capacidade, portanto, de disputar a hegemonia no seio da sociedade civil global. Suas perspectivas se confundiam fortemente com as do movimento global que nascera em meados da década de 90. Um dos maiores testes, segundo o autor, foi o gigante movimento contra a guerra (fevereiro de 2003), que adquiriu, cada vez mais, a feição de um movimento contra o império norte-americano, apontando as potencialidades do movimento global e também do processo FSM no período recente, mas a soldagem entre a agenda de luta contra o neoliberalismo e a de luta contra a guerra tem que continuar sendo refeita em cada contexto, por isso a importância dos encontros, sim, em um “espaço”, mas que não deixa de apontar lutas e mobilizações (LEITE, 2003).

Sobre a polêmica que coloca em confronto os horizontalistas do Fórum-espaço versus os movimentistas do Fórum-movimento, Santos considera que tal “clivagem” além de se reportar às diferenças políticas dos movimentos ou Ongs dentro do FSM, diz respeito às suas diferenças quanto à natureza política do próprio evento, “de fato esta clivagem percorre todas as outras, já que as diferenças sobre objetivos estratégicos e formas de ação nada mais são muitas vezes do que as diferenças sobre o papel do FSM nesses objetivos e ações”, diz o autor. Santos considera que a concepção Fórum-espaço é de longe dominante nas estruturas

organizativas do FSM, tanto na SI (secretaria internacional), como no CI (conselho internacional), embora raramente seja defendida na versão extrema de Whitaker. A novidade política do FSM está, de fato, na sua configuração como um campo de tensões e de dilemas onde o novo e o velho se confrontam mutuamente. A novidade política do FSM reside no modo como estas tensões têm sido geridas, evitadas e negociadas (SANTOS, 2005).

A polêmica entre as concepções de Fórum espaço e Fórum movimento demonstra, a princípio, fortes indícios de que de fato está ocorrendo uma globalização da participação política. Ambas tendências convergem sobre este ponto. No entanto, a definição por uma das duas posturas no futuro poderá distanciar ou aproximar o Fórum e a sociedade civil que se reúne no seu interior de uma perspectiva contra-hegemônica. Pois, a construção da contra-hegemonia, tal como defendida pelos teóricos da hegemonia, como Gramsci, apontam para a necessidade de construções de alianças com objetivos claros a serem perseguidos.

Partidos políticos não estão convidados

Já na polêmica anterior foi possível identificar o preconceito dos horizontalistas quanto à participação dos partidos políticos - com especial atenção aos partidos revolucionários herdeiros da tradição leninista - de forma oficial nos encontros e instâncias do FSM. Segundo Whitaker, são os partidos que não compreendem o Fórum, pois a ação horizontal em rede nem sempre é compreendida por aqueles que se sentem temerosos de perder o monopólio da representação e da atuação política. É sugerida, então, uma atitude completamente passiva aos partidos, alegando que fariam melhor se ouvissem, atentos, o que a sociedade civil diz e faz, e procurassem incorporar em seus programas e ações os anseios e experiências da multiplicidade de iniciativas que vão se tornando visíveis com o Fórum. Mas, eles só podem

observar, porque uma vez admitidos como participantes tentariam “partidarizar” o movimento e conquistar o poder da condução política do processo. Somente com o afastamento das ambições partidárias, portanto, o Fórum poderá exercer sua vocação de construção de um novo mundo, para os horizontalistas (WHITAKER, 2005).

Entre os movimentistas, quanto à participação dos partidos políticos no FSM, é interessante notar que não encontramos uma posição radicalmente defensora da importância de sua inclusão e participação efetiva. Encontramos uma posição muito mais flexível e menos contundente na hora de fazer esse debate. Identificamos, no seio desse campo, duas linhas de pensamento que apostam na importância dos partidos no processo FSM, sem, porém, comprar o debate frontal para a garantia de sua participação. Uma delas aponta que, sem o apoio decisivo do PT, por exemplo, como partido do governo do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre não teria sido possível realizar o FSM com a ambição que o caracterizou desde o início. Seguindo essa linha de pensamento, Santos, no livro *FSM – manual de uso* (2005), considera que o problema da relação entre partidos e movimentos não pode ser resolvido em abstrato, pois as condições históricas e políticas variam de país para país e podem ditar respostas distintas em contextos diferentes. A relação entre partidos políticos (especialmente de esquerda) e o FSM deverá continuar, por sugestão do autor, a ser debatida nos diferentes países onde os fóruns tiverem lugar, não cabendo uma decisão generalizável (SANTOS, 2005).

Uma outra linha de pensamento, presente dentro do campo dos “movimentistas”, não defende a incorporação direta dos partidos como participantes ou organizadores do Fórum, mas indireta, através da sua influência nas lutas em curso no movimento global, e por intermédio da ação de seus militantes em diversas associações e organizações civis. Segundo os

defensores dessa participação “indireta” dos partidos, existe hoje uma crise de representação política da esquerda que se manifesta, tanto no fracasso de iniciativas internacionais como o Fórum de São Paulo²⁵, como na distância entre partidos e o novo movimento antiglobalização, mas, ao contrário do que pensam os “horizontalistas”, os movimentistas crêem que o próprio Fórum pode contribuir para acelerar a recomposição política da esquerda em diferentes terrenos e superar a crise de representação. Essa tese é defendida no livro *Fórum Social Mundial – a história de uma invenção política* de José Corrêa Leite (2003).

Uma terceira tendência, que não pode ser chamada de linha ou campo propriamente atuante no debate, por ter pouca produção concreta e pouco acesso aos fóruns decisórios do FSM, estaria principalmente sob a condução de organizações, movimentos e intelectuais influenciados por partidos comunistas como da Índia, Cuba e Brasil. Mas que, além de terem pouca influência organizada nas estruturas do Fórum, com exceção de Índia e Brasil por terem sido sede de edições do Fórum, não contam com a afinidade analítica, no que diz respeito ao FSM, de partidos comunistas importantes como da Grécia e de Portugal para levar a frente esse debate.

A polêmica sobre a participação dos partidos no Fórum nos remete à duas questões. Uma é sobre a própria ação da globalização hegemônica, que, através de seu discurso neoliberal, mais preponderante desde o início dos anos 90, com a derrota da URSS, introduziu no imaginário popular e nas discussões políticas uma forte rejeição ao papel de Estados, governos e partidos. Sob este ponto de vista, a época dos partidos teria findado, uma vez que estes surgiram para responder a situações históricas já ultrapassadas e já tendo cumprido sua

²⁵ O Fórum de São Paulo é um encontro de partidos políticos de esquerda da América Latina criado em 1990 por iniciativa do Partido Comunista Cubano e do Partido dos Trabalhadores do Brasil. O primeiro encontro ocorreu em São Paulo com a presença de 48 partidos e organizações. Desde então, o encontro acontece em média de dois em dois anos em algum país latino-americano.

função não poderiam responder às exigências de uma realidade social profundamente transformada. Este discurso foi amparado não só na queda do leste europeu como na guinada de partidos revolucionários europeus, como o PCI e o PCF, para uma social democracia liberalizante.

A segunda questão, a que nos referimos, é que a lógica nos levaria a crer que uma vez a globalização hegemônica estando empenhada em demonstrar o fim da era dos partidos como atores fundamentais na promoção da transformação social, o papel da globalização contra-hegemônica seria trabalhar na revalorização dos partidos como meios de representação política e instrumento de ação social. No entanto, a emergência de um movimento social global no repúdio à globalização neoliberal e a insignificância da contribuição dos partidos para o êxito das gigantescas marchas como a de Seattle (1999), por exemplo, levou à generalização de uma conclusão, mesmo dentro do campo contra-hegemônico, de que estamos na era da decadência dos partidos políticos, fazendo coincidir os dois discursos.

Esta contradição tem sido expressa em cada edição do FSM, com matizes diferentes, como veremos no capítulo 3 ao comparar o FSM de Mumbai (2004), com o de Porto Alegre (2005). Vejamos como Saramago expressou, em carta lida no encerramento do FSM 2002 (Porto Alegre), o forte sentimento de descontentamento com os partidos, manifestado no seio da globalização contra-hegemônica:

E também tenho dito que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tal qual se encontra redigida, e sem necessidade de lhe alterar sequer uma vírgula, poderia substituir com vantagem, no que respeita a retidão de princípios e clareza de objetivos, os programas de todos os partidos políticos do orbe, nomeadamente os da denominada esquerda, anquilosados em fórmulas caducas, alheios ou impotentes para enfrentar as realidades brutais do mundo atual, fechando os olhos às já evidentes e temíveis ameaças que o futuro está a preparar contra aquela dignidade racional e sensível que imaginávamos ser a suprema aspiração dos seres humanos (SARAMAGO, 2002).

A polêmica existente sobre a participação dos partidos revela um dos principais limites do campo da globalização contra-hegemônica como um todo. Pois, o decreto da incapacidade dos partidos de atuarem como atores centrais nas atividades do movimento antiglobalização e dos fóruns sociais mundiais cria sérios obstáculos à construção dos pilares da contra-hegemonia. A conquista de uma outra hegemonia prevê conquista do poder político e se esta conquista está descartada em escala mundial, por não existir tal coisa como um Estado-mundial, ela não está descartada no cenário nacional e local. Aliás, o que tem se demonstrado nos últimos anos é que a mudança de perspectiva, com a ascendência de partidos progressistas e de esquerda em governos nacionais, principalmente na América Latina, tem produzido impactos na globalização hegemônica. Basta observarmos as últimas reuniões da OMC, em Cancun e Hong Kong. Portanto, vencer o impasse sobre a participação dos partidos pode representar um passo importante para que o Fórum Social Mundial assuma de fato sua vocação contra-hegemônica.

Mundialização ou colonização?

Os “horizontalistas” são bastante otimistas quanto à terceira polêmica, a da real mundialização do FSM. Segundo essa tendência, como principal promotora do processo FSM estaria uma já consolidada sociedade civil planetária. Pois, ao se afirmar como “espaço” e afastar as ambições partidárias, o Fórum deu o passo que já vinha sendo experimentado pelos movimentos populares e cívicos, insurgindo-se contra a dominação da cultura política da ação comandada de cima para baixo. Isto faz surgir um novo ator político: a sociedade civil planetária, com a dimensão e a articulação mundial que tem o sistema liberal atualmente hegemônico. Tal sociedade civil planetária está fundada, segundo Whitaker, sob novas formas de atuação política, livre da tendência autoritária das “velhas práticas” e absolutamente

diversificada e plural. Não cabendo a ela unificar uma proposta ou um projeto de “outro mundo”, mas estimular a proliferação de micro e macro projetos que por si só já caracterizam a invenção do novo mundo (WHITAKER, 2005).

Neste ponto, gostaríamos de nos deter e problematizar algo que consideramos uma tentativa de “colonização” dos movimentos sociais ao redor do mundo. Whitaker defende que o FSM, no seu processo de expansão pelo mundo, precisa criar espaços, articulações e novas ações. O Fórum deve ser vivido em nível regional e local, multiplicando a criação de “espaços” tipo Fórum. A idéia é reforçada pela proposta de outro “idealizador”, Oded Grajew, que pensa na realização de fóruns locais que se relacionem em rede. O raciocínio deles pode ser bem resumido na seguinte passagem:

O que precisamos é assegurar a entrada do método Fórum na cabeça e na prática das pessoas lá onde elas estão atuando, ou seja, convidá-las a refletir sobre o novo modo de fazer política que o Fórum está propondo, e a “vivê-lo” concretamente²⁶.

Deste modo, a ida ao encontro mundial se resumiria a uma espécie de estágio para “aprendizagem” de como criar novos espaços e articulações, como debater, como fazer política. Os idealizadores chegam a sugerir a formulação de uma cartilha ou jornal, de fato distribuída no FSM 2005 (Porto Alegre), que explique como promover o “enraizamento” do Fórum, demonstrando um roteiro de trabalho com a carta de princípios do Fórum em destaque.

Presenciamos uma reunião do Comitê Organizador do FSM 2005, realizada em outubro de 2004, e discorremos a seguir sobre alguns pontos do debate. Para a representante da ABONG, é preciso ter cuidado com a idéia de construir “mini-fóruns”, uma vez que já existem

²⁶ WHITAKER, F. *Mensagem de Chico Whitaker sobre mobilização*. Circulação interna em reunião do Comitê Organizador Brasileiro do V FSM (2004).

articulações locais através das quais se poderia potencializar o Fórum. Não seria interessante adotar um padrão, ao que a representante da Marcha Mundial de Mulheres chamou de “dar aula de Fórum”. O objetivo, segundo a dirigente feminista, deveria ser articular as diversas campanhas em forma de “rede” e não apenas trazê-las para estarem expostas na vitrine do Fórum Social Mundial. Esta articulação de campanhas deveria dar perspectiva a uma imensa gama de pessoas que são atraídas para o Fórum, mas que não estão inseridas em nenhum movimento.

O representante da ATTAC considerou que as duas concepções são complementares, ou seja, é preciso potencializar as articulações já existentes e incentivar a organização de “mini-fóruns” onde não existe movimento. Idéia complementada pelo representante da CUT, que considera as novas práticas desenvolvidas nos movimentos como indícios do novo mundo, que, embora ainda não exista, é palpável dentro das redes. Durante o debate, Whitaker concordou com a idéia, ressaltando que estas redes são um “tecido de gentes” que estão se reunindo de uma forma diferente, pessoas e movimentos, até então divididos, passam a atuar em conjunto. Deste modo, a “nova” prática está expressa na criação de rádios comunitárias, na organização da economia de forma solidária, na adoção do software livre, que também tem suas organizações impulsionadoras e defensoras, formando uma rede de redes, uma rede de campanhas. Para reforçar seu argumento, Whitaker destaca que nunca todos poderão estar em Porto Alegre, e essas pessoas precisam ter a oportunidade de vivenciar esta experiência nova.

Até aqui tudo bem, o que salta aos olhos, no entanto, ao se analisar as idéias dos organizadores do Fórum Social Mundial, é a concepção de padrão, homogeneidade, modelagem dos movimentos sociais de todo o mundo. Como se, para ser promovido à rede dos “novíssimos” movimentos sociais fosse preciso ter, não somente identidade de idéias, mas

igualdade de formas e concepções. É preciso seguir uma cartilha, seguir fielmente a carta de princípios, trilhar os passos detalhados que explicam como se faz o novo, o diferente, o “contra-hegemônico”.

Espanta que os defensores da diversidade sejam tão preocupados com padrões e normas a seguir. Para fazer parte do movimento global contra-hegemônico, é preciso se vestir, comer, se comunicar, se relacionar de acordo com o que pode ser aprendido durante os breves dias de encontro mundial, tais como os de Porto Alegre e o de Mumbai. Depois, ao retornar para suas cidades, as organizações e movimentos deverão reproduzir o encontro em versão mini, local, regional, com a mesma estrutura, o mesmo padrão, os mesmos debates e as mesmas “práticas” da nova geração política. Se tal padronização é necessária para abolir o velho e se instaurar o “novo”, este novo ao nosso ver está fadado ao fracasso.

Se o objetivo é a formação de uma rede composta de um “tecido de gentes”, fazendo de forma absolutamente igual o “diferente”, então o Fórum Social Mundial não tem nada a ver com o proposto. O que pudemos perceber no penúltimo encontro, em Mumbai, foi exatamente a explosão da falta de padrão, das características peculiares de cada grupo humano, que se iguala somente na luta por um mundo menos opressor e mais igualitário. O interessante é que tais idéias “hegemonistas” surgem justamente daqueles que mais criticam o “verticalismo” das “velhas práticas” políticas.

Este tipo de mundialização da participação política, através do Fórum e da construção da contra-hegemonia, se aproxima, a nosso ver, mais de uma colonização dos movimentos sociais. Nada tem a ver com a busca de estabelecimento de alianças e construção de propostas

que caracteriza a formação de blocos contra hegemônicos no interior de uma sociedade civil, como analisada por Gramsci, por exemplo.

Por sua vez, os “movimentistas” são bem mais pessimistas ao avaliar a real mundialização do Fórum Social Mundial. Em especial pela escassa participação da África e da Ásia. Mesmo no Fórum em Mumbai a participação africana foi bastante baixa. O que se agrava ainda mais se levarmos em conta que a ausência de movimentos e de organizações desses continentes reflete-se, em parte, na lacuna de temas e de debates especificamente adequados a suas realidades e relevantes para elas (SANTOS, 2005). Neste sentido, o FSM de Mumbai (Índia 2004) foi um passo decisivo para a globalização do processo do FSM, tendo em mente a internacionalização como construção de alianças e não como adesão condicionada a padrões pré-estabelecidos pelos “idealizadores” do Fórum.

Segundo Leite, um grave problema que se apontou desde o princípio para o Fórum foi o da sua precária mundialização. Apesar de boa parte da luta contra a globalização neoliberal estar se dando no mundo anglo-saxão e na Ásia, o Fórum esteve centrado nas delegações e nos movimentos da América Latina e Europa (com participação quase insignificante do leste europeu). Em segundo lugar, considera o autor, o FSM não podia ter seu formato definido apenas por um comitê organizador brasileiro²⁷, pois nenhuma composição unicamente nacional daria ao comitê condições de lidar com os complexos problemas postos por um evento que ambicionava ser planetário, ainda mais considerando que nenhuma entidade brasileira tinha sido, até então, agente central do processo mundializado de lutas. Para o autor, esta questão começaria a ser equacionada em junho de 2001 com a constituição de um

²⁷ Após o primeiro Fórum Social Mundial foi criado um comitê organizador de oito entidades brasileiras, incluindo a representação brasileira da ATTAC. Este comitê já mudou de nome, passando a ser chamado secretaria internacional ou grupo de facilitação, mas continuou tendo muito poder na condução do FSM. Ver composição do comitê em anexo.

conselho internacional²⁸ do FSM, que teria um certo envolvimento na preparação da edição de 2002, e uma participação real na organização do evento de 2003 e nos seguintes. Deste modo, o FSM ajuda a dar consistência ao novo internacionalismo que, abertamente, desde Seattle, vem se espalhando pelo mundo, confrontando a globalização neoliberal e contribuindo para alterar o clima ideológico do mundo atual, ajudando a romper com a hegemonia do pensamento e dos valores mercantis, neoliberais e crescentemente militaristas (LEITE, 2003).

Dentro da estrutura organizativa do FSM, o comitê indiano, que organizou o Fórum de Mumbai, também tem contribuído na tentativa de equacionar o dilema da mundialização do FSM. Segundo Amit Sen Gupta, representante do comitê:

Em muitas partes do globo, o processo FSM ainda é superficial e iniciante, isso inclui regiões relativamente bem representadas nos eventos. Isso não significa que não haja movimentos nessas regiões contra a globalização neoliberal – mas sim, que em muitas regiões o processo FSM não envolve, de forma central, esses movimentos. Como resultado, os eventos do FSM podem não captar a diversidade de movimentos de uma região específica ou de um país. (...) Uma coisa é dizer que o FSM representa um grande número de países, mas é diferente dizer que ele representa a diversidade de movimentos e processo contra a globalização neoliberal desses países.²⁹

O comitê indiano aponta, portanto, que o problema não está em “ensinar” a fazer mini-fóruns ao redor do mundo, como estratégia de mundialização, mas sim envolver as movimentações anti-neoliberais já existentes e convergentes com os propósitos contra-hegemônicos do FSM. A equação deste dilema se demonstra fundamental para a verificação da real mundialização do processo Fórum e conseqüentemente de uma embrionária sociedade civil global.

²⁸ Ver no Anexo I.

²⁹ “Expansão do Fórum Social Mundial – Algumas questões e sugestões”, documento apresentado pelo comitê organizador indiano na reunião do Conselho Internacional do FSM, Porto Alegre, janeiro de 2005.

Algumas conclusões

Ao longo deste capítulo apresentamos a emergência de um movimento social global que surge em meados da década de 90 e atinge seu ápice com a batalha de Seattle, em 1999. Como síntese dos movimentos sociais globais nasce, no início dos anos 2000, o Fórum Social Mundial, iniciando um processo que denominamos de globalização da participação política. A atividade dos movimentos sociais apontados se dá com base em alianças firmadas no seio de uma nova arena, que identificamos como embrionária de uma sociedade civil global e com forte influência na formação de um campo contra-hegemônico dentro da globalização.

Revelamos que a ação destes movimentos não se dá em relação a um Estado mundial, mas a uma governança global que tem como protagonistas Estados centrais do capitalismo, grandes corporações empresariais e agências multilaterais. A consolidação desta governança global é percebida através de uma crescente internacionalização dos fóruns decisórios internacionais e multilaterais, como apontado nos estudos de Pianta, e pelo aumento da influência das decisões tomadas nestes fóruns nos rumos de comunidades nacionais e locais.

Através da problematização das tensões presentes no interior do Fórum Social Mundial, entre horizontalistas e movimentistas, materializadas nas polêmicas: Fórum-espço x Fórum movimento; participação de partidos e mundialização; traçamos um mapa da construção da contra-hegemonia através dos movimentos sociais globais e seus principais dilemas. O entendimento destas contradições se demonstrou inevitável para a identificação da capacidade contra-hegemônica dos novos mecanismos de participação política, em nível mundial, desencadeados através dos movimentos antiglobalização e do Fórum Social Mundial.

Nosso próximo passo será analisar através de dados empíricos, em especial dos dois últimos FSM, Mumbai – 2004 e Porto Alegre – 2005, como se materializa a globalização da participação política, a formação de uma sociedade civil global e a construção da contra-hegemonia dentro da globalização.

* CAPÍTULO 3 *

Fórum Social Mundial, de Porto Alegre a Mumbai

*“A diversidade do mundo aparece no Fórum de Porto Alegre.
Porque o Fórum é uma reunião da realidade do planeta”*

Eduardo Galeano

O quê o FSM nos ensina?

Nos capítulos anteriores, buscamos delinear os contornos da atual realidade mundial pautada pela ascendência de uma globalização hegemônica e a tensão constante com sua contrapartida contra-hegemônica. Como forte expressão da contra-hegemonia, identificamos a escalada de iniciativas de participação política de modo globalizado, tentando dar respostas à ofensiva global neoliberal hegemônica. O Fórum Social Mundial foi apontado por nós como síntese dos emergentes movimentos sociais globais e inaugurador de uma fase mais sistêmica desse processo.

Ao longo deste capítulo, buscaremos verificar, através de dados concretos³⁰ do IV FSM (Índia, 2004) e do V FSM (Brasil, 2005), como vem se dando na prática a dinâmica de construção dos movimentos sociais globais e a globalização da participação política. Como a liderança do processo Fórum Social Mundial, dividida entre horizontalistas e movimentistas, tem direcionado a construção da contra-hegemonia e tentado equacionar suas polêmicas internas sobre o formato do Fórum, participação de partidos e mundialização.

³⁰ **Metodologia de pesquisa:** trabalhamos com alguns tipos de dados dos dois últimos Fóruns: anotações pessoais colhidas durante os eventos, relatos de participantes e organizadores, dados de inscrição de atividades por parte de organizações, associações e entidades. Embora correndo o risco de oferecer um panorama bastante descritivo, resolvemos expor as características de cada Fórum e ressaltar os pontos de tensão presentes no seu processo preparatório e de realização.

As primeiras edições do Fórum Social Mundial

Já conhecemos, conforme o capítulo anterior, como se deu a origem do Fórum Social Mundial e a controvérsia a respeito de quem partiu a idéia original. O fato é que, por três anos seguidos, 2001, 2002 e 2003, o Fórum Social Mundial foi realizado na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Brasil. Também por isso, muitos passaram a denominá-lo de Fórum de Porto Alegre. Os quadros abaixo apontam alguns números dos três primeiros eventos:

<p style="text-align: center;">I FSM</p> <p style="text-align: center;">(Porto Alegre, 25 a 30 de janeiro de 2001)</p> <p style="text-align: center;">18 mil participantes 4.702 delegados organizações (sem dado) 117 países 2.000 no Acampamento de Juventude 420 atividades auto-organizadas, 16 conferências e 22 testemunhos.</p>

<p style="text-align: center;">II FSM</p> <p style="text-align: center;">(Porto Alegre, 31 de janeiro a 05 de fevereiro de 2002)</p> <p style="text-align: center;">51 mil participantes 12.274 delegados 4.909 organizações 131 países 15.000 no Acampamento de Juventude 622 atividades auto-organizadas, 96 seminários, 27 conferências.</p>
--

<p style="text-align: center;">III FSM</p> <p style="text-align: center;">(Porto Alegre, 23 a 28 de janeiro de 2003)</p> <p style="text-align: center;">100 mil participantes 20.763 delegados 5.717 organizações 156 países 25.000 no Acampamento de Juventude 1300 atividades auto-organizadas, 10 conferências, 22 testemunhos, 4 mesas de diálogo e controvérsias e 36 painéis.</p>
--

Fonte: Conselho Internacional do Fórum Social Mundial.

Cada edição do FSM foi marcada pelas especificidades do momento e pelo crescimento numérico e organizativo do movimento. O I FSM, Porto Alegre 2001, contou com 18 mil participantes e teve a cara da novidade e da esperança de vitórias concretas sobre a globalização neoliberal. O II FSM, Porto Alegre 2002, contou com 51 mil participantes e teve como marca central a resposta dos movimentos sociais à ofensiva conservadora estadunidense

pós 11 de setembro. O III FSM, Porto Alegre 2003, contou com 100 mil participantes e teve como principal expressão a organização da luta mundial contra a instalação da Guerra no Iraque, culminando com o êxito das manifestações simultâneas de 15 de fevereiro em várias partes do mundo.

No decorrer das três primeiras edições do FSM, sua estrutura organizativa se consolidou, sendo criado um comitê organizador brasileiro - que em seguida se transformou em uma secretaria internacional (ver Anexo V) - e um conselho internacional (ver Anexo I). A carta de princípios (ver Anexo II) foi difundida como documento guia das edições mundiais, regionais e temáticas do Fórum. A tensão entre “horizontalistas” e “movimentistas” foi uma constante na condução das três edições e se aprofundaria em Mumbai, 2004 e Porto Alegre, 2005, como veremos mais adiante.

I FSM

O formato do primeiro Fórum delineou um certo padrão para o encontro, que se repetiu nas duas edições seguintes. Tendo o primeiro e último dia reservados, respectivamente, para a abertura e o encerramento, com gigantescas marchas pelo centro da cidade, o seu intervalo foi preenchido por quatro dias de intensas atividades. A cada manhã, ocorriam as conferências promovidas pelo comitê organizador. As tardes eram reservadas às atividades “autogestionadas”, organizadas por entidades e associações inscritas no Fórum. Em 2001, foram mais de 420 oficinas e grupos de trabalho, que promoveram o encontro e o intercâmbio de diversas experiências locais, regionais e nacionais de resistência às políticas neoliberais e de coordenação de esforços e de atividades para o futuro. O dia terminava com os “testemunhos” de personalidades, entre eles dirigentes políticos, militantes sociais, escritores e jornalistas.

Paralelamente a toda essa programação ocorria, o Acampamento Intercontinental da Juventude com espaço e programação próprios; o Acampamento Indígena e Campesino; o Fórum de Parlamentares e Autoridades Locais; Fórum de Juízes; Planeta Fêmea; Tribunal da Dívida; Plenárias sobre a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e mais uma infinidade de encontros e atividades espalhadas pela cidade.

II FSM

O segundo FSM foi extremamente impactado pelos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, que derrubaram as torres do World Trade Center em Nova York e parte do Pentágono em Washington, nos Estados Unidos. Emir Sader³¹ nos diz, em um artigo, logo após os atentados:

Recuperando a iniciativa, passando de algoz a vítima, os EUA buscam reimpor a polarização que mais lhes interessa: entre o capitalismo neoliberal e os Estados fundamentalistas da sua periferia, caracterizada como choque de civilizações – versão internacional e geopolítica das teorias do multiculturalismo, com a primeira substituindo a oposição capitalismo/socialismo e a segunda no lugar da luta de classes.

Com isso:

a luta por um outro mundo possível – o movimento que explodiu à superfície de Seattle, que se desenvolveu até Gênova e Durban, sempre crescendo – enfrenta seu primeiro dilema estratégico

O 11 de setembro, aconteceu quatro meses antes do II FSM e às vésperas da Assembléia Anual do FMI e BM, que seria palco de intensas mobilizações. Aconteceu também a dois meses da reunião da OMC, que, após a “ressaca de Seattle”, retornava às negociações da Rodada do Milênio, e teve que ser programada para acontecer em Doha, capital do Qatar - de acesso praticamente impossível para os ativistas e militantes antiglobalização - para evitar um

³¹ SADER, E. *Washington ou Cabul? Porto Alegre*. In: Revista Caros Amigos, Nº 55. São Paulo: Casa amarela, 2001.

“novo Seattle”. Como disse uma das expoentes do movimento antiglobalização, Naomi Klein: “nossas liberdades civis, nossas modestas vitórias e nossas estratégias habituais foram, agora, todas elas lançadas em dúvida. Mas a crise também abre novas possibilidades”. Saber identificar essas novas possibilidades era justamente o “dilema estratégico” do qual falava Sader.

Além do 11 de setembro, outro acontecimento, efeito da agudização da crise do neoliberalismo no mundo que influenciou o II FSM, foi o colapso político-econômico sofrido pela Argentina. Nosso vizinho ao sul se transformou no que muitos chamaram de “laboratório de Ciências Sociais e Políticas”, por apresentar, em contraposição à crise inaugurada, uma erupção de movimentos e práticas de ação direta que vinham sendo pregadas pelos ativistas antiglobalização neoliberal. Foi no curso destes acontecimentos, que se iniciou, em janeiro de 2002, o II Fórum Social Mundial. Seguindo a mesma estrutura da primeira edição, superou as expectativas negativas de fracasso de participação recebendo mais de 50 mil pessoas. Destas, cerca de 12.200 delegados de 4.909 organizações, vindos de 131 países. A segunda edição do Fórum, além das conferências por eixos, as oficinas e os testemunhos, foi palco, simultaneamente, do Fórum de Autoridades Locais, do Fórum Mundial de Parlamentares, do Fórum Mundial de Juízes, do Encontro Preparatório Rio + 10, do Acampamento Intercontinental da Juventude (15 mil participantes) e do Forumzinho Social Mundial (para crianças).

III FSM

A terceira edição do Fórum Social Mundial aconteceu em um momento de grandes transformações na América Latina e na iminência de uma guerra estadunidense contra o

Iraque. Fato novo foi que vários organizadores do Fórum se transformaram em membros do governo, recém eleito de Luis Inácio Lula da Silva, no Brasil, colocando em cheque uma das tensões do movimento antiglobalização, a de que os partidos e a institucionalidade só podem “observar” os encontros, de preferência do lado de fora. Uma marcha gigantesca, com mais de 100 mil pessoas, abriu esta edição do FSM, em que as lutas contra a ALCA/OMC e pela Paz, contra a guerra no Iraque, deram o tom da unidade. Mais uma vez, o encontro se superou, reunindo cerca de 100 mil pessoas entre delegados (20.763), profissionais da imprensa (4.094), observadores, voluntários (650) e ativistas de todo o mundo. Mais de 5.700 organizações de 156 países, estiveram presentes e contribuíram na organização de cerca de 1.280 oficinas. O acampamento da juventude recebeu 25 mil jovens de cerca de 700 movimentos, coletivos e organizações. Um dos maiores resultados do encontro, que se transformou em mais um dos marcos históricos do movimento social contemporâneo, foi a organização de marchas simultâneas para o dia 15 de fevereiro de 2003, que colocou nas ruas de mais de 600 cidades em quase 100 países, no mesmo dia, milhões de pessoas protestando contra a guerra que se aproximava.

IV FSM - O Fórum Social Mundial de Mumbai 2004

Com a participação de mais de 100 mil pessoas, sendo 74.126 oficialmente inscritas, 60.224 indianos e 13.902 estrangeiros, representando 1653 organizações (838 indianas e 797 estrangeiras) de 117 países, ocorreu, entre 16 e 21 de janeiro de 2004, o IV Fórum Social Mundial, na cidade de Mumbai, antiga Bombaim, na Índia. Foram ainda emitidos 40 mil crachás diários para pessoas que participavam das atividades por um só dia ou não podiam pagar a inscrição. Mais de 4 mil participaram do Acampamento da Juventude. Somando-se aos voluntários e moradores que compareceram às atividades abertas, estima-se que entre 135

mil e 150 mil tenham participado das 1200 atividades do evento (LEITE). Segundo uma pesquisadora indiana, Shivani Chaudhry, o primeiro impacto do IV FSM foi causado pela abismal diferença entre a cidade de Mumbai e Porto Alegre:

Porto Alegre era limpa, desenvolvida, refrigerada com ar condicionado. Mumbai era caótica, poeirenta, quente. Porto Alegre era rica. Mumbai era pobre. Porto Alegre era gentil. Mumbai era brutal. Porto Alegre era mais polida. Mumbai era mais rude. Ambas propiciaram intensos e excelentes eventos. Ambas são memoráveis, de maneiras diferentes.³²

Segundo Santos, a cidade de Mumbai, com quase 20 milhões de habitantes, é o símbolo vivo das contradições do capitalismo do nosso tempo. A cidade concentra, ao mesmo tempo, um importante centro financeiro - o maior de toda a Índia - e uma pobreza chocante. Mais da metade da população vive em bairros de lata e cerca de dois milhões vivem literalmente na rua. Por isso mesmo, conforme relata a pesquisadora Shivani Chaudhry, os participantes do FSM eram confrontados com o cenário de pobreza a cada dia do evento, fazendo com que um sentimento de horror pairasse no ar e impossibilitasse que as oficinas e seminários tratassem o tema da pobreza de forma abstrata. A dura realidade de Mumbai fez com que o Fórum parecesse mais real, mais urgente e mais crítico (CHAUDHRY, ALBERT).

A mudança da sede do FSM de Porto Alegre para Mumbai foi, por isso mesmo, um verdadeiro teste de sobrevivência. O representante do movimento indiano pelo desarmamento nuclear, Achin Vanaik, considera que houve uma verdadeira ironia no processo de mudança da Porto Alegre do Orçamento Participativo, plenamente envolvida na preparação do Fórum, para uma Mumbai indiferente, a cidade que mais simboliza o impacto do neoliberalismo na Índia (PRASHAD). Vanaik relata que havia uma certa preocupação de que fosse um erro

³² No original: Porto Alegre was clean, developed, air-conditioned. Mumbai was chaotic, dusty, hot. Porto Alegre was rich. Mumbai was poor. Porto Alegre was gentler on the senses. Mumbai was more brutal. Porto Alegre was more polished. Mumbai was more raw. Both were outstanding, overwhelming events. Both were memorable, in different ways.

retirar o Fórum da América do Sul, considerado o continente que hoje mais bravamente resiste ao neoliberalismo, e colocá-lo na Índia, onde os governos mantêm uma trajetória neoliberal, ainda que levemente ameaçada. Mas ao final, como veremos a seguir, mesmo os mais críticos reconheceram que a mudança foi importante.

Não foi somente a desigualdade entre ricos e pobres que permeou a realização do quarto Fórum. Na Índia, a desigualdade adquire características diferentes, pois às desigualdades econômicas, sexuais e étnicas somam-se as desigualdades das castas que, mesmo já abolidas constitucionalmente, continuam sendo fator decisivo de discriminação (SANTOS, CALLINICOS). Uma das castas mais inferiores, os dalits (antigamente denominados “intocáveis”) tiveram importante participação no Fórum, somando quase 20 mil dos 100 mil participantes. Até então, a luta contra a discriminação por castas, que marginaliza cerca de 200 milhões de indianos, era um tema ignorado ou muito marginal na agenda do Fórum (LEITE, MARIN). Isto demonstra como a realidade nacional do país-sede de um encontro global tem poder de influenciar sua agenda.

Segundo Kamal Mitra Chenoy, professor de estudos internacionais da Jawaharlal Nehru Universidade de Nova Delhi e membro do comitê organizador indiano do FSM, a pluralidade do Fórum de Mumbai foi a sua maior força:

Pobres tribais, dalits (intocáveis), vendedores ambulantes, trabalhadores informais, camponeses e desabrigados de grandes desastres também estiveram presentes com força. Eles integraram mais de 1200 seminários e oficinas, enquanto marchas, demonstrações, encenações de rua, músicas e outros eventos adentravam a noite. A pluralidade deste Fórum é a sua força. Representa uma coalizão que vem ganhando força dentro de um amplo espectro global que abarca um estrato de afetados negativamente pela globalização. A visão de tal miríade reflete tanto sua natureza inclusiva como a abrangência de seu apelo para setores da população anteriormente não atraídos por ideologias radicais e anti-sistêmicas.³³

³³ Poor tribals, dalits [former untouchables], street vendors, daily wage workers, rural labourers and people displaced by large projects such as mega dams were also present in force. They came together in more than 1,200 seminars and workshops, while marches, rallies, street theatre, songs and other events continued well into the nights. The plurality of this Forum is its strength. It represents an ever-growing coalition of a very wide

Tal pluralidade, refletida no Fórum, foi fruto de um longo processo preparatório, que passou pela realização de um Fórum Social Asiático e foi impulsionado por uma esquerda significativamente mais plural e heterogênea do que a latino-americana e europeia, principais envolvidas na organização dos encontros anteriores. O processo preparatório colocou lado a lado organizações de tradições políticas muito distantes, como as originárias do ghandismo, os partidos comunistas, organizações maoístas e ONGs. Talvez isso nos ajude a explicar porque o Fórum de Mumbai foi mais tolerante com relação à participação de partidos políticos (LEITE).

No entanto, não é a única resposta que encontramos, tal tolerância aos partidos não foi gratuita. Pois, segundo Wainwright:

As organizações mais desafiadas pela teoria e a prática dos fóruns sociais são os partidos políticos tradicionais de esquerda – ambos, tanto os social-democratas como os da tradição leninista.³⁴

A Índia, além de ser um país marcado pelo regionalismo, comunalismo e profundas diferenças lingüísticas, religiosas e culturais, que impuseram forte componente de diversidade ao Fórum, tem uma esquerda bastante enraizada. Segundo Vijay Prashad, jornalista e membro do movimento indiano pelo desarmamento nuclear, tanto os comunistas como os novos grupos sociais³⁵ têm jogado um papel muito ativo na oposição às políticas neoliberais e fundamentalistas dos partidos no poder. Portanto, o fato de partidos comunistas e os novos grupos sociais terem trabalhado em conjunto na preparação e realização do Fórum é, ao mesmo tempo, um caminho natural e algo a ser celebrado. Tal situação possibilitou que os

global spectrum of social strata negatively affected by globalization. Its myriad views reflect both its inclusive nature and the spread of its appeal to sectors of the population not attracted to earlier radical or anti-establishment ideologies.

³⁴ No original: The organisations most challenged by the theory and practice of social forums are the traditional political parties of the left - both from the social democratic and Leninist traditions.

³⁵ O autor se refere aos “novos movimentos sociais”, que se diferenciam das organizações sociais clássicas, como os sindicatos dos trabalhadores.

partidos comunistas indianos pudessem expressar suas críticas a alguns pontos da carta de princípios do Fórum, como o que exclui os grupos armados e os partidos políticos de participar do FSM. Membros do CPIM, por exemplo, foram incisivos ao propor a tolerância da participação daqueles que um dia foram obrigados a pegar em armas para defender a existência de sua comunidade da aniquilação de Estados violentos, ou no questionamento sobre se a exclusão dos partidos era dirigida especificamente aos comunistas europeus, indesejados pela social democracia europeia e pelos “novos grupos sociais”.

Para Wallerstein, quando o Fórum foi transferido do Brasil para a Índia, de um país no qual a maioria dos movimentos de uma forma ou de outra tem uma referência no Partido dos Trabalhadores (PT) que, por isso mesmo, não precisava participar oficialmente, para um país em que os movimentos de massa estão divididos sob a influência de uma infinidade de partidos, o comitê organizador indiano abandonou as condicionantes que dificultam a participação dos partidos. Curiosamente, segundo Callinicos, no Fórum da Índia o foco de estranhamento e preocupação se deslocou dos partidos para as ONGs. Pois, diferentemente do que ocorre hoje no Brasil, a maioria da esquerda indiana dirige fortes críticas às ONGs por considerar que estas absorvem os ativistas em “well-paid bureaucratic jobs”³⁶ e confinam os movimentos a temas limitados.

Para Leite, a relação entre movimentos sociais e partidos políticos teve um importante salto com o IV Fórum. A esquerda indiana, bastante heterogênea do ponto de vista partidário, encontrou na fórmula do Fórum uma forma de lidar positivamente com as diferenças e a concepção de “espaço aberto”. Por outro lado, tradições partidárias de todo o mundo vêm buscando uma forma de participar e se relacionar com o Fórum. Segundo Leite:

³⁶ Empregos burocráticos bem-pagos.

Pela primeira vez, correntes de origem tão distintas – do trotskismo ao maoísmo, do comunista oficial ao marxismo crítico –, reuniram-se, debateram a nova situação da esquerda mundial e constituíram uma rede para dar continuidade a este diálogo.

Mudanças importantes também se deram na metodologia do FSM. O evento pareceu menos disperso, uma vez que o comitê organizador indiano e o conselho internacional foram capazes de agrupar melhor, politicamente, as atividades. O local onde se deu o evento também foi fundamental por concentrar todas as atividades, evitando a dispersão e aumentando a sensação de vitalidade do FSM. O Fórum aconteceu em um grande complexo têxtil desativado, Nesco Ground, totalmente distinto do ambiente acadêmico e refrigerado da PUC-RS que abrigou grande parte das atividades dos Fóruns precedentes.

Os organizadores indianos conseguiram manter o caráter de Fórum-espço e ao mesmo tempo organizar atividades focando temas centrais como: globalização imperialista; patriarcado, gênero e sexualidade; militarismo e paz; racismo e sistema de castas; trabalho e discriminação baseada na descendência; fanatismo religioso e violência sectária. Permeando os temas centrais, apareceram questões em torno do desenvolvimento ecologicamente sustentável; soberania alimentar, sobre a terra e a água; conhecimento, cultura e mídia; emprego e mundo do trabalho; saúde, educação e segurança social (VANAIAK).

Para Wallerstein, é preciso estar atento à evolução das temáticas que ganham mais ênfase em cada encontro. Este é também um termômetro do avanço da contra-hegemonia. Se em Seattle, o alvo central era a OMC, após o encontro de Cancun (2003) ficou demonstrado que a OMC já não era o principal perigo. Tudo indica, segundo o autor, que o FSM realmente tem feito diferença, através, por exemplo, do redirecionamento das políticas do governo brasileiro e indiano frente a OMC. No Fórum de Mumbai se falou pouco sobre Davos, mas a política belicista de Bush permeou todos os debates. Isto demonstra a coerência do movimento contra-

hegemônico com relação às investidas hegemônicas do momento (WALLERSTEIN, CHAUDHRY).

O aspecto cultural do programa do Fórum também foi um diferencial perante os anteriores. Em Mumbai, a dimensão cultural não foi concebida como “entretenimento” ou “espetáculo” e sim como forma de expressão eminentemente política. As atividades eram parte orgânica do Fórum e os participantes puderam entrar em contato direto com as diversas formas de expressão de inúmeros grupos sociais asiáticos, majoritariamente indianos, que preenchiam as “ruas” da cidade social mundial, em que se transformou o complexo têxtil sede do evento.

Segundo um dos coordenadores do grupo de metodologia e temática do comitê organizador do Fórum, Amit Sen Gupta, algumas premissas balizaram o trabalho de formatação do evento. Primeiro, o formato não poderia romper com a estrutura do Fórum de Porto Alegre, garantindo a continuidade e respeitando as experiências coletivas adquiridas, ao mesmo tempo em que não poderia ser uma cópia do mesmo. Outra premissa foi tornar explícitas as várias dimensões da globalização imperialista e seu impacto sobre os povos, estimulando a realização de debates sobre como a globalização aprofunda o patriarcado, as guerras e militarizações, a exploração baseada em castas e raças, os conflitos religiosos e étnicos. Os responsáveis consideraram importante focar estas relações por entenderem que a tendência generalizada é enxergar e discutir a globalização majoritariamente em termos econômicos.

Os organizadores se preocuparam também em diminuir a prioridade das conferências e seminários organizados pelo comitê organizador - palco de estrelas antiglobalização - e focar nas oficinas e atividades auto-organizadas pelos participantes do Fórum, para que pudesse ser considerado de fato um espaço-aberto e não um espaço em que as principais atividades são

definidas pelos organizadores. Com a preocupação, no entanto, de não permitir que somente organizações com condições materiais de organizar as atividades, ONGs internacionais principalmente, ocupassem tal espaço, foi criado um sistema que buscou agregar organizações menores e com menos possibilidades materiais. Deste modo, das 48 maiores atividades do Fórum, 13 foram organizadas pelo comitê organizador e 35 foram auto-organizadas, tendo como preocupação dos promotores do processo a construção de uma certa coerência entre os eventos. O número inicial de inscrições de atividades recebidas pelos organizadores foi em torno de 2000, este número foi reduzido para 1100 e, mesmo assim, muitos temas tiveram atividades duplicadas por uma série de impedimentos para se agregarem, dentre eles, um dos centrais foi o problema da tradução.

A tradução se revelou como uma questão central na construção da contra-hegemonia através dos fóruns e especialmente do IV Fórum. É impossível chegar a consensos sem uma comunicação que promova reconhecimento e entendimento. No FSM de Mumbai, ela foi feita por uma rede de voluntários, indiana para os idiomas locais, internacional para as demais línguas: espanhol, francês, coreano, japonês, tailandês, malaio e indonésio (bahasa). Esta rede de voluntários é denominada Babels e foi formada no I Fórum Social Europeu. Seu trabalho tem se demonstrado fundamental ao possibilitar o estabelecimento da comunicação sem que os organizadores dos eventos globais se tornem reféns das grandes empresas de serviços de intérpretes.

No entanto, as dificuldades a serem vencidas ainda são enormes. Principalmente porque o equipamento técnico utilizado a partir de Mumbai nos Fóruns é também um experimento, por enquanto. Foi testado e vem sendo aprimorado, desde o IV FSM, um programa de computador baseado em software livre, o Nômade, que permite a digitalização imediata de

todas as falas, do palestrante e das traduções simultâneas e realizar ao mesmo tempo a transmissão de voz, o arquivamento e classificação dos debates, a coordenação da tradução e a transmissão pela internet de arquivos de som e vídeo.

O ideal dos criadores é possibilitar que no futuro as atividades do Fórum sejam acompanhadas por pessoas de qualquer parte do mundo em sua língua (desde que adotadas na tradução simultânea), diminuindo as barreiras impostas à participação política globalizada (LEITE). Mas a questão da tradução, ainda assim, constituiu uma barreira importante para o maior êxito do FSM de Mumbai. Segundo o jornalista e membro do movimento indiano pelo desarmamento nuclear, Praful Bidwai, não houve interação suficiente entre os mais de 15 mil Dalits presentes no Fórum e os delegados estrangeiros. Os membros da comissão de metodologia também reconheceram que a tradução foi um complicador e que o sistema alternativo utilizado, bem mais barato que o convencional, não funcionou adequadamente, principalmente no primeiro dia, seja pela precária infra-estrutura do evento, ou por falta de informações dos participantes de como utilizar os equipamentos. Isso fez com que muitos participantes não pudessem integrar as atividades nas quais tinham interesse.

Outro diferencial do Fórum de Mumbai, que vale a pena destacar, é o fato de ter sido confrontado com alguns eventos paralelos intencionalmente concorrentes. O comitê organizador indiano foi hábil em tratá-los como iniciativas complementares, mas não deixaram de ser um contra-ponto. O mais significativo foi o Mumbai Resistance 2004, convocado principalmente por partidos maoístas e frentes de massas por eles influenciados. Os principais questionamentos, frente ao “Fórum oficial”, eram o fato deste ser um espaço por demais “aberto”, não tirar resoluções, não defender explicitamente o socialismo e não valorizar a luta armada como instrumento de transformação social. Na linha oposta, ocorreu o

II People's Encounter que não aceitava o fato do "Fórum oficial" estar trabalhando com organizações de massas identificadas com partidos políticos. Ambos encontros também eram críticos aos vínculos financeiros internacionais do FSM, por considerar que agências financiadoras condicionam a agenda política (LEITE, WALLERSTEIN, VANAIK). Apesar de acontecer literalmente em frente ao "Fórum oficial", do outro lado da avenida, o Mumbai Resistance teve uma repercussão limitada e acabou sendo identificado como o espaço da extrema esquerda (CHAUDHRY).

V FSM – O Fórum Social Mundial de Porto Alegre 2005

Nas palavras do indiano Amit Sen Gupta, um dos organizadores do FSM de Mumbai:

Porto Alegre 2005 poderia muito bem ser Mumbai 2004. Com a mesma multidão – mais de 100 mil, a mesma cacofonia de vozes contrastantes, o mesmo bater de tambores, a mesma confusão, e a mesma determinação nos rostos das pessoas que vieram celebrar o protesto e a resistência. E a mesma determinação com a qual as pessoas debateram em mais de 2000 eventos, espalhados por quatro dias, e organizados de forma aleatória em um território de tendas sobre cerca de 4 km de gramado margeando o rio.³⁷

O V FSM ocorreu uma vez mais em Porto Alegre, entre os dias 26 e 31 janeiro de 2005. A marcha de abertura contou com cerca de 200 mil participantes e se cadastraram oficialmente para o evento, 155 mil pessoas, 6872 organizações, de 151 países. Ocorreram cerca de 2500 atividades, divididas em 11 eixos temáticos, como veremos adiante. Estimativas da Brigada Militar apontam que cerca de 500 mil pessoas circularam pelo Território Social Mundial, como ficou conhecido o local do evento. Pela primeira vez, o acampamento da juventude foi incorporado ao território do Fórum e recebeu cerca de 35 mil jovens de todo o mundo.

³⁷ Porto Alegre 2005 could well have been Mumbai 2004. The same surging crowds – over 100,000 in number, the same cacophony of myriad voices, the same beating of drums, the same confusion, and the same determination on the faces of people who had come to celebrate protest and resistance. And the same determination with which people debated in over 2000 events, spread over four days, and organised in the sprawling venue of makeshift tents over about 4 kms of a green verge skirting the river.

Ao contrário de Mumbai, em que se teve a impressão do Fórum estar muito mais do lado de fora das salas e auditórios, em marchas, apresentações, mobilizações que preenchiam o espaço do Território Social Mundial, em Porto Alegre proliferaram os encontros, exposições teóricas, reflexões, articulações dentro das centenas de tendas montadas às margens do Guaíba (SPRING).

O espaço montado para receber 150 mil pessoas (50 mil a mais do que o Fórum de 2003 em Porto Alegre) resultou em um território extremamente extenso na orla do Guaíba, completamente distinto do Centro de Convenções da PUC-RS. As construções foram feitas com biotecnologia e sob os marcos da sustentabilidade ambiental, constituindo um laboratório de práticas ecológicas de redes de ONGs participantes do Fórum que se encarregaram de montá-lo. A mudança de local se demonstrou fundamental para possibilitar a participação dos 35 mil jovens do acampamento da juventude e da população de Porto Alegre.

Segundo Sergio Ferrari, a transferência da PUC para a orla deu maior autenticidade e popularidade ao Fórum, embora não tenha surtido o efeito esperado de atingir uma parcela da população mais excluída e marginalizada:

Com a exceção dos trabalhadores sem terra, mulheres camponesas (e Via Campesina), e alguns outros setores minoritários, nem os mais marginalizados do país, nem os grupos indígenas autônomos foram predominantes no Fórum. Os “dalits” (intocáveis) e os “adivasi” (povos autônomos) hindus, que se apropriaram do evento há um ano, não encontraram homólogos neste colossal país latino-americano. Os setores médios voltaram a protagonizar a edição 2005. Ainda que a redobrada participação juvenil – mais presente do que em qualquer dos eventos anteriores – permita assegurar que o salto qualitativo de Porto Alegre 2005 foi, sobretudo, geracional.³⁸

³⁸ A excepción de los trabajadores sin tierra, de las mujeres campesinas (y Vía Campesina), y algunos otros sectores minoritarios, ni los más marginados del país ni los grupos autóctonos-indígenas fueron predominantes en el Foro. Los "dalits" (sin castas) y los "adivasi" (pueblos autóctonos) hindúes, que se apropiaron del evento hace un año, no encontraron homólogos en este coloso país latinoamericano. Los sectores medios volvieron a protagonizar la edición 2005. Aunque la redoblada participación juvenil -más presente que en cualquiera de los eventos anteriores- permite asegurar que el salto cualitativo de Porto Alegre 2005 fue, sobre todo, generacional.

A utilização do novo espaço, também obedeceu a uma nova metodologia. Aliás, todo o processo preparatório do Fórum se deu com a discussão da “nova metodologia” como o carro-chefe. O Fórum foi totalmente “autogestionado”, seguindo uma tendência que começou em Mumbai, com a retirada de responsabilidade do comitê organizador sobre o conteúdo e a composição das atividades. Primeiramente, foi realizada uma consulta prévia ao conjunto do movimento para conhecer as questões que os participantes consideravam mais importante discutir. Tais questões foram posteriormente organizadas sob 11 eixos temáticos. As únicas atividades que ocorreram fora do Território Social Mundial foram os seminários que contaram com a presença dos presidentes: Lula (primeiro dia) e Hugo Chavez (último dia), realizados no Ginásio Gigantinho de Porto Alegre.

Com a nova metodologia, o Fórum foi mais do que nunca espaço de construção de alianças, convergências e parcerias. Segundo Gilberto Maringoni:

(...) pode-se também, por mais estranho que possa parecer, dizer que esta foi a menos fragmentada de todas as suas cinco edições. É preciso atentar sobre a maneira como se dá esta partição entre as várias atividades. Horizontalmente há de fato divisões e subdivisões de temas, organizações e propostas localizadas, que se traduzem num total de mais de quatro mil atividades paralelas. Mas verticalmente, este foi o grande momento das articulações entre entidades, redes, associações, ONGs e agremiações políticas de todo o mundo. Cada um veio procurar sua turma. Foi aqui que os partidos de esquerda reuniram centenas de militantes, em que facções do PT lançaram manifestos, em que redes de mulheres, jovens, camponeses, gays, lésbicas etc. etc. buscaram agendas comuns para o curto e o médio prazo. Foi o encontro dos encontros. A decisão de se acabar com os grandes eixos de conferências e testemunhos, espinha dorsal das edições anteriores do FSM, em favor de atividades auto-geridas, acabou se mostrando positiva. A presença dos partidos políticos, também limitada pelos princípios originais do Fórum, foi inevitável e acabou incrementando os debates por alternativas. Se cada um se responsabilizava por suas atividades, não há como impedir a participação de quem quer que seja.

De fato, foi impossível para os organizadores impedir a participação de partidos políticos. Muitos se inscreveram através de revistas e fundações que dirigem e tiveram participação bastante ativa no Fórum. Além dos partidos, dois chefes de Estado, presentes no Fórum, demonstraram a importância de não se desprezar a institucionalidade ao buscar construir a

contra-hegemonia. Praticamente, Lula abriu o Fórum e Chavez o encerrou. A aclamação a Lula foi bastante mais tímida do que aquela que, recém-eleito, ele havia recebido em 2003. Em parte, pelo fato de estar indo para Davos, o que contraria grande parte dos participantes do Fórum e naturalmente pelo fato de a maioria dos participantes serem brasileiros e o governo já ter sofrido um desgaste natural no seio dos movimentos. Por outro lado, Chavez foi ovacionado e aclamado ao descrever suas batalhas contra as oligarquias locais e a Casa Branca, ao defender o poder aos pobres, a democracia, o combate ao privilégio e o ataque ao império. Chavez deixou o Fórum como um dos grandes líderes globais da atualidade.

Outro aspecto que ficou como dívida com os movimentos, desde o Fórum de Mumbai, é a questão da tradução. O fato do FSM de Porto Alegre ter sido bastante latino-americanizado e europeu, uma vez mais, não o confrontou com os limites aterradores enfrentados na Índia no que tange à tradução. Mesmo assim, muitos eventos foram obrigados a improvisar a tradução para que participantes do Iraque ou Palestina, por exemplo, pudessem se expressar em árabe, ou as vítimas do tsunami pudessem fazer seus testemunhos em indonésio ou hindi. Participaram do Fórum 533 intérpretes de 30 países. Dezesesseis idiomas foram traduzidos durante o V FSM: português, inglês, francês, espanhol, árabe, japonês, hebraico, alemão, italiano, coreano, guarani, hindi, quechua, uolof (África), bahasa (Indonésia), russo e libras (linguagem brasileira de sinais).

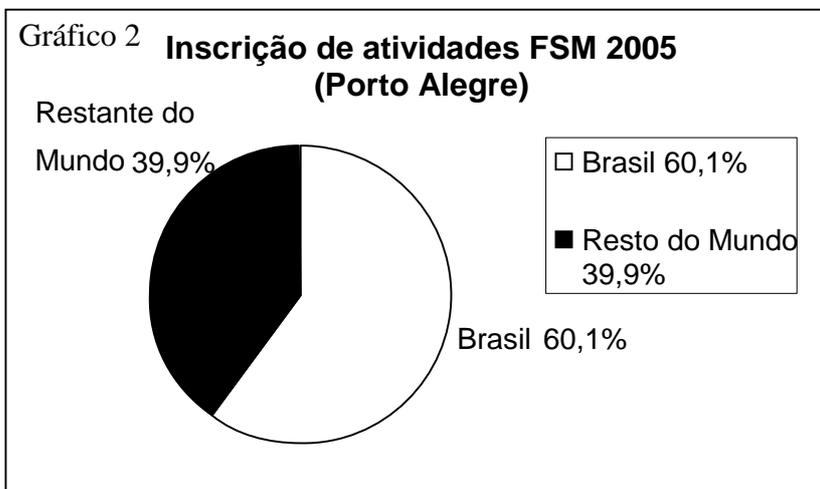
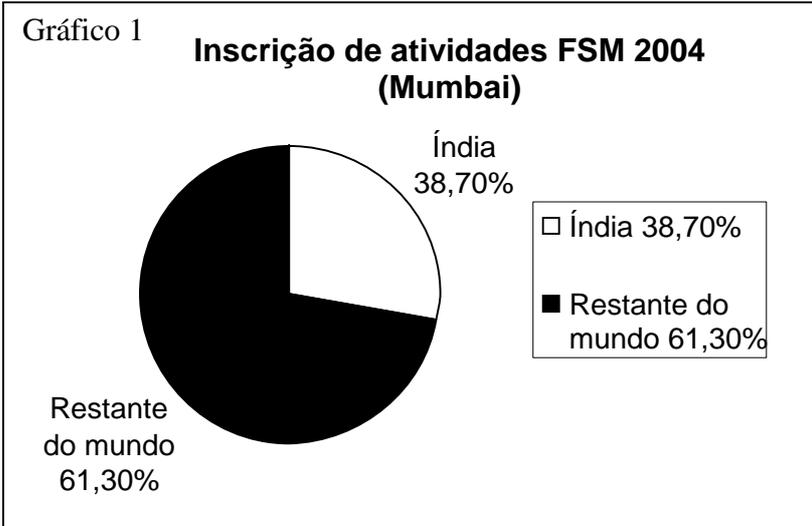
Se por um lado, a nova metodologia foi um êxito e gerou uma infinidade de propostas de convergências que se materializaram principalmente através de um mural de propostas, divulgado ao final do Fórum, por outro algumas limitações foram reforçadas. A principal debilidade, levantada por alguns participantes e retratada no texto de Josu Egireun, Manolo

Gari e Miguel Romero³⁹, é o fato de a nova metodologia ter desaparecido com as atividades comuns, o que na prática foram substituídas pelos encontros que tiveram a presença de Lula e Chavez. O Fórum acabou se convertendo em um espaço compartilhado por atividades que não se encontram e, muitas vezes, não buscam pontos de convergência. As convergências acabam ficando entre redes e campanhas já agrupadas por afinidade. O máximo de convergência alcançada, entre grupos não afins, foi o fato de subscreverem a declaração final da Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais. Emir Sader, crítico deste perfil do Fórum, aponta bem a debilidade do FSM 2005 em agregar em torno da luta contra a guerra ou pautar os problemas do mundo do trabalho. Existiu uma infinidade de seminários e encontros sobre os temas, mas parecem ter saído do Fórum tão dispersos como quando chegaram. Estas questões remetem à discussão Fórum-espaço versus Fórum-movimento que trataremos mais adiante.

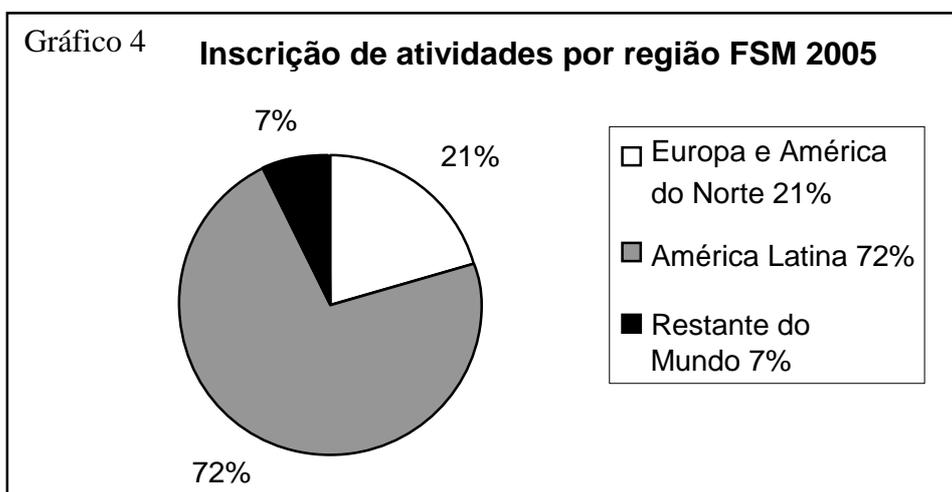
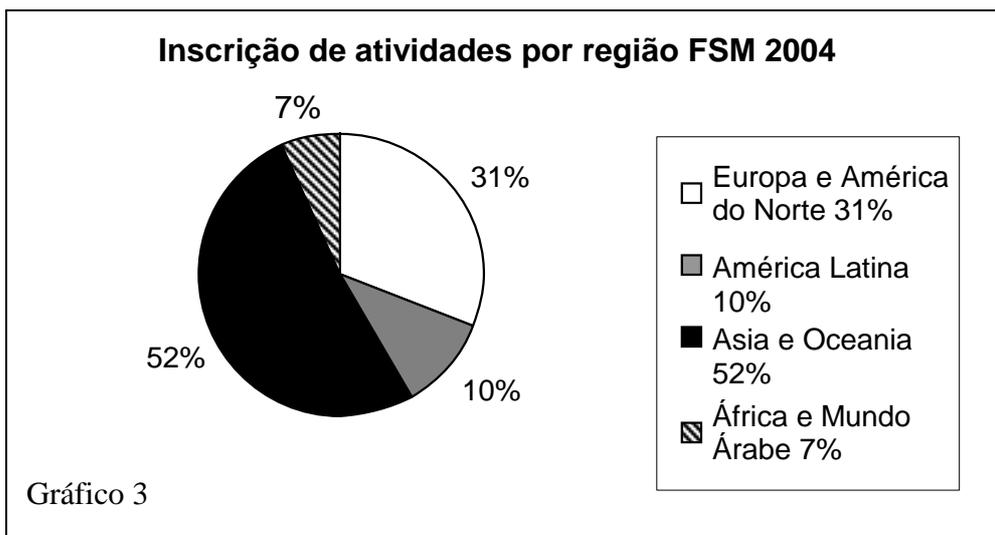
Um olhar comparativo sobre o IV e o V FSM

No Fórum de Mumbai, foram inscritas aproximadamente 2000 atividades, mas tivemos acesso aos dados das 1191 atividades aprovadas pelo comitê organizador. As inscrições foram feitas por entidades, associações e organizações de 85 países. Já no Fórum de Porto Alegre foram inscritas ao total 2557 atividades por entidades, associações e organizações de 80 países.

³⁹ EGIREUN, Josu; GARI, Manolo & ROMERO, Miguel. *FSM-2005 - Un futuro difícil*. (20.05.2005)<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_josu_2005_esp>



Quando analisamos os dados dos gráficos 1 e 2, percebemos que no Fórum de Mumbai, a inscrição de atividades foi bem mais equilibrada na relação país-sede e restante do mundo. Enquanto que em Porto Alegre, mais de 60% de atividades inscritas eram de organizações brasileiras, em Mumbai esta porcentagem se manteve em torno de 40% para as organizações indianas. Podemos concluir que Mumbai sediou um Fórum mais internacionalizado.



Já os gráficos 3 e 4 nos mostram o envolvimento das regiões, na iniciativa de utilizar o Fórum como um espaço de diálogo e construção de convergências. No Fórum de Mumbai, mais de 50% das atividades foram inscritas por organizações asiáticas e da Oceania, em segundo lugar surge Europa e América do Norte com 31%, América Latina vem com 10% e África e Mundo Árabe ficaram com 7%. Já no Fórum de Porto Alegre, 72% das atividades foram inscritas por organizações da América Latina, 21% pela Europa e América do Norte e apenas 7% para Ásia, África, Oceania e Mundo Árabe. Os dados mostram, mais uma vez, que o Fórum de Mumbai foi mais internacionalizado. É inquietante que, mesmo após um Fórum na Ásia, o Fórum do ano seguinte tenha tão baixa participação de organizações asiáticas. A participação

da África, embora um pouco melhor na Ásia, é alarmante e compromete o entendimento do Fórum como um evento realmente mundial. Destaca-se o alto nível de participação da Europa e da América do Norte, tanto no Fórum do Brasil, como no da Índia. Tabela 1

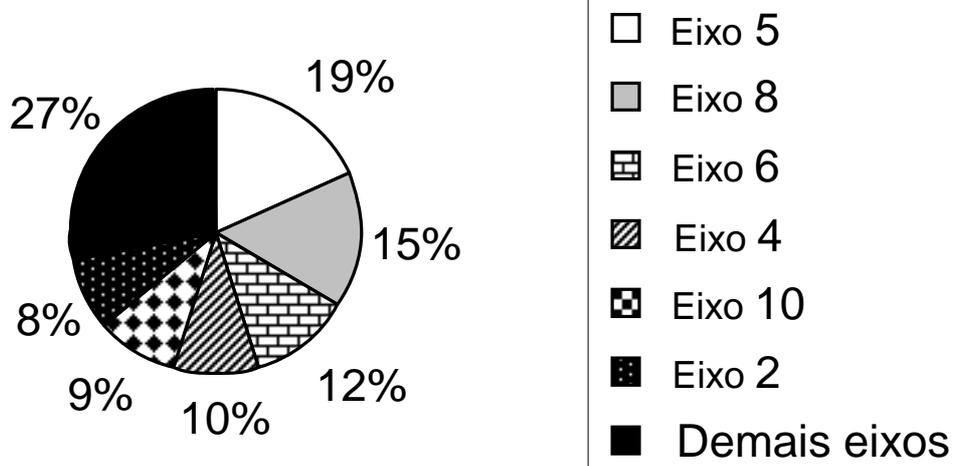
DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES POR EIXOS⁴⁰			
Eixo	Temática	Quant. 2004	Quant. 2005
1	Afirmando e defendendo os bens comuns da Terra e dos povos: Como alternativa à mercantilização e ao controle das transnacionais	152	164
2	Arte e criação: construindo as culturas de resistência dos povos	33	202
3	Comunicação: práticas contra-hegemônicas, direitos e alternativas	40	121
4	Defendendo as diversidades, pluralidades e identidades	102	251
5	Direitos humanos e dignidade para um mundo justo e igualitário	79	477
6	Economias soberanas pelos e para os povos: Contra o capitalismo neoliberal	120	295
7	Ética, cosmovisões e espiritualidades – Resistências e desafios para um novo mundo	* ⁴¹	114
8	Lutas sociais e alternativas democráticas – Contra a dominação neoliberal	75	379
9	Paz e desmilitarização – Luta contra a guerra, o livre comércio e a dívida	106	181
10	Pensamento autônomo, reapropriação e socialização do conhecimento (dos saberes) e das tecnologias	44	227
11	Rumo à construção de uma ordem democrática internacional e integração dos povos	170	146

⁴⁰ Quanto aos dados de inscrição de atividades é necessário ressaltar que por não serem originários de dois eventos idênticos dificulta o exercício de uma análise mais precisa. No fórum de Mumbai o comitê organizador recebeu cerca de 2000 propostas de atividades. Destas, 1207 foram aprovadas, sendo que 13 foram de iniciativa do próprio comitê. Para realizar uma separação temática das mesmas, tivemos que buscar agrupá-las por palavras chaves, sendo que do universo de 1207, tivemos acesso às palavras-chaves disponíveis de 921. Uma vez feito o agrupamento por palavras chaves, buscamos organizá-las nos eixos temáticos que ordenaram o programa do fórum de porto alegre, de modo a obter maiores possibilidades de comparação, mesmo conhecendo os riscos de erro oferecidos. Já o Fórum de Porto Alegre, recebeu a inscrição de 2557 e os proponentes já escolhiam o eixo temático em que gostariam que elas aparecessem. Trabalhamos com este dado bruto, obedecendo à ordem com que as organizações às apresentaram.

⁴¹ As atividades relacionadas a este tema encontram se agrupadas no Eixo 4.

Gráfico 5

Inscrição por eixos temáticos – FSM 2005



Inscrição por eixos temáticos (hipotético) - FSM 2004

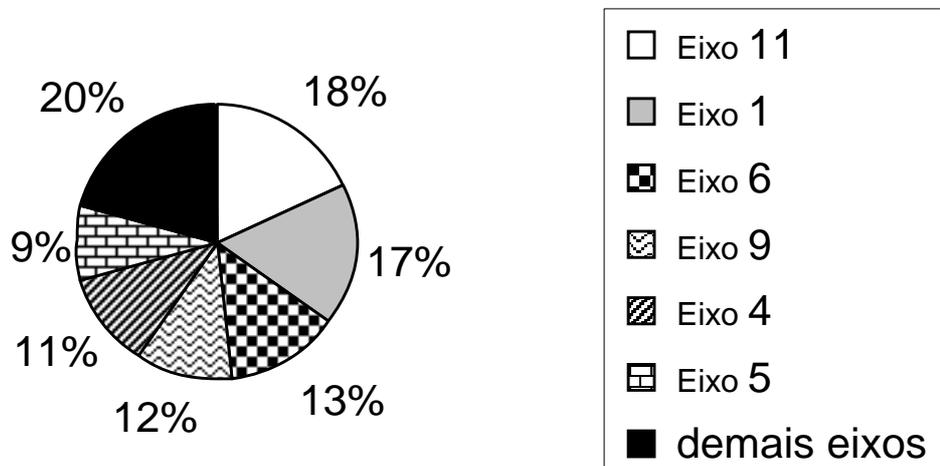


Gráfico 6

Os gráficos 5 e 6 nos mostram como se deu a distribuição das atividades por eixos temáticos⁴². Isso aponta para o reconhecimento dos temas de maior relevância no debate

⁴² Para trabalhar esses dados de modo mais sistemático tivemos que estabelecer uma situação hipotética, dada a diferença no processo de inscrição nos dois fóruns. No fórum de Mumbai, as atividades não foram 100% auto-gestionadas como em Porto Alegre, portanto trabalhamos com dados de atividades que passaram por algum tipo

interno das sociedades civis nacionais e do movimento social global. Os dados aqui trabalhados podem nos trair um pouco, pelas questões já expostas. Mas vale observar o que eles nos dizem. No Fórum de Mumbai há um maior equilíbrio na distribuição dos temas, provavelmente porque as atividades foram manuseadas pelo comitê organizador, que sugeriu articulações e diminuiu o número de atividades inscritas além de buscar introduzir temas ausentes. Já os dados do Fórum de Porto Alegre são mais fiéis ao desejo inicial de seus proponentes e as articulações ficaram a cargo das próprias organizações, o comitê não interferiu. No Fórum de Mumbai as temáticas que mais receberam inscrições foram: Ordem democrática internacional (11)⁴³; Bens comuns da terra e humanidade (1); Economia soberana (6); Paz (9); Diversidade (4); Direitos Humanos (5). Já no Fórum de Porto Alegre a ordem de interesse foi: Direitos humanos (5); Lutas sociais (8); Economias soberanas (6); Diversidade (4); Pensamento autônomo (10); Arte, cultura e resistência (2).

Algumas questões chamam a atenção, o grande número de atividades relacionadas com a questão dos direitos humanos no Fórum de Porto Alegre se deve, provavelmente, pelo fato de quase 90% das organizações proponentes serem da América Latina, Europa e América do Norte, onde a questão dos direitos humanos tem ganhado mais destaque. O fato da temática de uma ordem democrática internacional ter surgido com força no Fórum de Mumbai se deve, provavelmente, também a uma alta participação da Europa e América do Norte e a forte presença de ONGs relacionadas ao tema na região asiática.

de manuseio do comitê organizador, que tentou estabelecer certo equilíbrio temático e de representatividade. Já no fórum de Porto Alegre, a única coisa feita pelo Comitê Organizador foi distribuir as atividades inscritas por eixo, sem se preocupar com qualquer tipo de equilíbrio. Apresentaremos primeiro os dados do FSM 2005 e em seguida os dados do FSM 2004, encaixando, de forma hipotética, as atividades de Mumbai nos mesmos eixos do fórum de Porto Alegre, mesmo sabendo que esta não foi a realidade. O exercício nos ajuda a fazer uma comparação mais precisa, mesmo trabalhando com dados de natureza significativamente distinta.

⁴³ Número do eixo, ver tabela 1.

A temática da Paz e militarização, muito forte no Fórum de 2003, pela iminência da guerra no Iraque, vai perdendo força do IV para o V Fórum. A questão da diversidade étnica, racial e de gênero aparece com força nos dois fóruns. A temática das lutas sociais no Fórum de Porto Alegre e dos bens comuns da terra no Fórum de Mumbai aponta para os temas mais candentes em cada uma das duas regiões. Resumindo, entendemos que a participação da Europa e da América do Norte tem sido fundamental para pautar os temas da sociedade civil global e que a realidade de cada região também é imperativa na definição das temáticas que tomarão centro dos encontros globais.

Horizontalistas x movimentistas nos Fóruns de 2004 e 2005

Tanto a realização do Fórum de Mumbai, como o de Porto Alegre, foi marcada pelo acirramento da tensão entre “horizontalistas” e “movimentistas” na condução do movimento mundial antiglobalização neoliberal. Já no discurso de abertura do IV FSM, realizado pela novelista e ativista indiana Arundaty Roy, se podia notar a crítica que daria a tônica do Fórum de Mumbai:

No Fórum Social Mundial algumas das melhores mentes do mundo se encontram para trocar idéias sobre o que está ocorrendo ao nosso redor. Estas conversações refinam nossa visão sobre o tipo de mundo pelo qual estamos lutando. Este é um processo vital que não deve ser destruído. No entanto, se toda nossa energia for investida neste processo em detrimento da ação política real, então o FSM, que tem jogado tão importante papel no movimento por justiça global, corre o risco de se tornar vantajoso para nossos inimigos. O que precisamos discutir muito urgentemente são estratégias de resistência. Precisamos buscar alvos reais, lutar batalhas reais e infligir danos reais.⁴⁴

⁴⁴At the World Social Forum some of the best minds in the world come together to exchange ideas about what is happening around us. These conversations refine our vision of the kind of world we're fighting for. It is a vital process that must not be undermined. However, if all our energies are diverted into this process at the cost of real political action, then the WSF, which has played such a crucial role in the movement for global justice, runs the risk of becoming an asset to our enemies. What we need to discuss urgently is strategies of resistance. We need to aim at real targets, wage real battles and inflict real damage.

Segundo Wallerstein, pelo menos três problemas foram testados durante o encontro de Mumbai: (1) a tensão entre os que insistiam em manter a fórmula de um Fórum aberto (Fórum-espço) e os que desejavam ver o FSM se transformar em um “movimento dos movimentos”; (2) o da sua real mundialização, com o baixo nível de participação da Ásia, África e Europa Central e do Leste nas edições anteriores; (3) debates sobre o quão democrática e independente era a estrutura interna e de financiamento do FSM.

Os pontos de tensão identificados por Wallerstein são praticamente os mesmos que abordamos no capítulo anterior ao identificar os campos que disputam a hegemonia na condução do Fórum. Vejamos agora como essa disputa se deu no Fórum de Mumbai.

No Fórum de Mumbai, a idéia de Fórum-espço foi bastante discutida e aumentou a tensão entre os horizontalistas, que defendem que o Fórum seja apenas um espaço e os movimentistas que defendem dar mais sentido político ao evento. Segundo Prashad, na Índia, principalmente pela força dos partidos de esquerda na condução do Fórum, a idéia que ficou é a de que o Fórum é, sim, um espaço aberto, mas aberto para os que estão em oposição às políticas econômicas neoliberais, à globalização imperialista, ao patriarcado, à guerra, ao casteísmo, ao racismo e ao comunalismo. Um espaço estratégico que impulsiona uma agenda contra-hegemônica.

No mesmo sentido, Santos argumenta que, não se trata de aumentar a eficácia do FSM, mesmo porque, para ele, esta se mede, não só pelas ações globais, mas também pelas locais e nacionais e de preparar respostas às tentativas do Banco Mundial, FMI, Davos, de se apropriar das agendas do FSM e as descaracterizar por não ameaçar a atual estrutura econômica hegemônica. Tal concepção é reforçada por Wallerstein que entende que se as manifestações

de 15 de fevereiro de 2003 são até hoje comemoradas por tantos movimentos e ativistas, e consideradas como fruto dos encontros do Fórum, então parece haver concordância quanto ao fato do “espaço-aberto” Fórum Social Mundial estimular ações comuns. Neste sentido, no Fórum de Mumbai a Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais aprovou o dia 20 de março de 2004 (um ano de instalação da guerra no Iraque) como dia mundial de luta contra a guerra.

A aprovação do 20 de março como dia mundial de luta e, mais ainda, a leitura da sua proposição na cerimônia de encerramento do Fórum de Mumbai causaram acentuada tensão no interior da condução do processo FSM. Segundo Whitaker, o mais ardoroso dos horizontalistas:

Nós podemos todos concordar com tal proposição, mas não necessariamente com o fato de que apareça como a única conclusão do Fórum ou, talvez, que seja tratada como a prioridade das prioridades. Obviamente, tal fato deu à Agência France Press o direito de dizer, em sua veiculação sobre o encerramento do Fórum, que a “assembléia” é “o corpo de tomada de decisões dos Fóruns Sociais Mundiais” e, portanto, “o órgão designado para tomar decisões pelo FSM, que não produz declarações finais”... (...) Tal fato impõe que os organizadores do Fórum de agora em diante dêem ainda mais explicações sobre o caráter do Fórum para os possíveis novos integrantes.

E não foi só esse o fato que trouxe desconforto para os horizontalistas, a tentativa de alguns intelectuais, como Bernard Cassen, de produzir um “Consenso de Porto Alegre” como uma contra-partida ao Consenso de Washington também trouxe bastante debate. O documento reunia cerca de uma dúzia de objetivos estratégicos a serem alcançados através da ação dos envolvidos no Fórum. De fato, tal documento foi aprovado no ano seguinte, no Fórum de Porto Alegre, como veremos mais adiante. Ao que Whitaker reagiu dizendo que:

(...) a realização desta idéia, nos levaria perigosamente para perto do “documento final” que todos dizem não desejar. O respeito à diversidade não é apenas uma condição para entrar e participar dos fóruns, mas também para sair deles, sem que nenhuma homogeneização “empobrecedora” tenha que ocorrer. O que ninguém tem o direito de fazer é promover imposições aos outros ou querer falar em nome de todos. De fato, em Mumbai, muitos insistiram na necessidade de formular propostas concretas de ação (...) nos fóruns sempre surgem novas iniciativas e centenas de “documentos finais”. O que ainda não tivemos a competência de fazer, e isto cria

ansiedades nos observadores preocupados com os resultados do processo, é torná-las mais visíveis.

As preocupações de Whitaker representam um campo muito forte na condução do processo e isso se demonstrou no Fórum de 2005. No entanto, é constante a crítica de que o Fórum é muito mais uma sucessão de eventos do que um processo permanente, e o comprometimento que isso traz para a construção da contra-hegemonia. Neste sentido, segundo Leite, Mumbai deu passos importantes na definição de um novo formato para o evento, mas avançar qualitativamente “pressupõe também o adensamento da teia de relações de milhares de entidades e movimentos de todo o mundo – tornando o evento um momento de encontro de processos permanentes articulados na forma de vastas redes”. O Fórum de Mumbai confirmou a vitalidade da “forma-FSM” e seu método “espaço-aberto” construído nos três primeiros fóruns mundiais, nos dois europeus e no Fórum asiático. Mas há uma tensão não resolvida, que o impele a mudanças, principalmente no que concerne à articulação de ações capazes de “pesar na balança de poder mundial”. Conforme Leite:

Mumbai enriqueceu a agenda do FSM e integrou novas e importantes forças no processo. Mas também fortaleceu a vontade de que o Fórum seja uma ferramenta mais útil para multiplicar a ação política e mover a atual correlação de forças. Afinal, o Fórum não é um fim em si mesmo, mas um meio para que milhares de movimentos pelo mundo articulem e fortaleçam suas lutas. E em Mumbai, com a consolidação do Fórum na zona mais conflituosa e povoada do planeta, esta vontade ganhou um sentido de urgência. Isso se expressou em muitas discussões críticas e autocríticas entre protagonistas do processo, que apontam a necessidade de mudanças de rumo com vistas a Porto Alegre 2005.

Em conjunto com a polêmica sobre o formato do Fórum, está a questão da mundialização do processo FSM, que para além de ser polêmica entre seus organizadores, é um termômetro do desenvolvimento da contra-hegemonia. Segundo Santos, as três primeiras edições que se realizaram em Porto Alegre tiveram escassa participação de africanos e asiáticos, o que teria levado muitos a pensar que o FSM, apesar de ser pretensamente mundial, era de fato latino-americano e europeu (SANTOS, VANAIK, CALLINICOS). Na opinião de Gustavo Marin, a

tentativa de mundializar o Fórum e fazê-lo crescer para além de suas raízes brasileiras parece ter dado resultado com o Fórum de Mumbai. O desejo de expandir geograficamente a abrangência do Fórum estava por traz da decisão de levá-lo para a Índia e realmente foi um sucesso. Segundo organizadores do Fórum de Mumbai, em 2002 menos de 200 pessoas na Índia tinham ouvido falar do FSM, em 2004 centenas de organizações e mais de 100 mil indianos tiveram algum contato com o Fórum, dentre eles, pelo menos 30 mil dalits (intocáveis), adivasi (povos tribais) e muitas mulheres. Mas não foi somente a riqueza da participação da Índia que possibilitou o êxito do Fórum, foi bastante forte a presença de vários povos asiáticos: tibetanos, coreanos, nepaleses, paquistaneses e outros (WALLERSTEIN, CALLINICOS).

O diferencial do Fórum de Mumbai, no entanto, não foi somente sua expansão geográfica, mas a expansão social e temática. E este parece ser um dos grandes desafios do Fórum, como chegar entre os mais explorados e excluídos e envolvê-los no projeto contra-hegemônico e emancipatório. Já é significativo que os mais marginalizados do sistema estejam de alguma forma representados pelos delegados de mais de 100 países presentes no Fórum, muito mais do que por seus governos e representantes presentes em Davos, no Fórum Econômico Mundial (CHENOY). E um dos sinais desta representatividade é o fato, por exemplo, de Joseph Stiglitz, prêmio Nobel, ex-economista-chefe do Banco Mundial e presidente do Clintons Council of Economic Advisers, tenha ido a Mumbai para discutir um capitalismo mais humano e regulado e tenha debatido de igual pra igual com o economista indiano Prathap Patnaik, que argumentou a impossibilidade de reformar o capitalismo, complementado por Samir Amin e Dita Sari (ativista da Indonésia).

Finalmente, um último ponto que mereceu amplo debate no Fórum de Mumbai, foi o da sua estrutura organizativa interna e as formas de financiamento que busca para efetivar seus eventos. Wallerstein sugere o questionamento sobre a real democracia do conselho internacional do Fórum que decide questões importantes, como o local do Fórum, quem fala nas sessões plenárias, quem deve ser excluído e etc. Nos seminários que ocorreram em Mumbai, com a finalidade de analisar a estrutura do FSM, a pressão resultante foi por maior abertura do processo decisório, com ampliação da participação, sem tornar o FSM uma plataforma hierárquica. Na opinião de Leite, a arquitetura do FSM deve evoluir com o processo. Com a internacionalização do Fórum, demonstrou-se que a estrutura inicial de Comitê Organizador e Conselho Internacional são insuficientes. Surgem como dificultadores o envolvimento de entidades e organizações altamente comprometidas com o Fórum de Mumbai, mas que não dispõe das condições de redes internacionais de ONGs ou grandes centrais sindicais que tem acesso a recursos para viagens internacionais. A concepção de rede também esbarra em mentalidades e posturas próprias de organizações internacionais de tipo hierárquico (LEITE). Grande complicador, também, é o fato da estrutura internacional não encontrar referências regionais e locais mais sólidas, que permitam o funcionamento efetivo de rede mundial. A estrutura organizativa interna do processo FSM revela-se, portanto como um dos grandes nós a serem desatados para a consecução de um projeto contra-hegemônico.

Quanto à polêmica sobre o financiamento, outra questão que gerou muito debate no Fórum de Mumbai, é importante notar, conforme elucida Cockcroft ou Prashad, que a esquerda indiana tradicionalmente foi autofinanciada, embasando-se no conceito de independência. Por isso mesmo, foi tão crítica à crescente presença das ONGs, por considerarem que são uma combinação de cooptação e reformismo. As ONGs internacionais, deste modo, são vistas como parceiras da globalização hegemônica ao se juntar com o Banco Mundial e outras

agências, na crítica ao Estado, por exemplo. Por isso, na esquerda indiana existe um grande preconceito quanto ao financiamento estrangeiro, tão combatido na montagem do Fórum. A Fundação Ford, por exemplo, uma das maiores financiadoras das primeiras edições do Fórum no Brasil e mantenedora, inclusive, do escritório do comitê organizador em São Paulo, é vista na Índia como a agência que desde os anos de 1950 tenta desestabilizar a influência dos comunistas em estados dirigidos pelos partidos comunistas. Segundo decisão do comitê indiano, não entraria dinheiro do Banco Mundial, DFID (British government funding agency), USAID, Fundação Ford, Fundação Rockefeller. E isso de fato aconteceu, além do Fórum ter custado bem menos do que as edições de Porto Alegre (ver Anexo VI).

Já no Fórum de Porto Alegre, a aplicação da nova metodologia e, conseqüentemente, os resultados que surtiu ocorreu no calor das disputas internas do Fórum. A velha polêmica, se o Fórum deve ser espaço ou movimento emergiu com força. Nas palavras de Whitaker:

Não há que se esperar – como muitos o desejariam - que o Fórum cumpra o papel que é próprio às organizações sociais, que mobilizam seus integrantes, definem objetivos de luta e a conduzem para que esses objetivos sejam alcançados. **O Fórum em si mesmo não é um ator político que interfere diretamente na realidade.**⁴⁵ Ele é somente um instrumento a serviço das organizações que a mudam por sua ação, para ajudá-las a cumprir o seu papel.

Por outro lado, estão aqueles que defendem um Fórum mais propositivo, que trace estratégias concretas de resistência e transformação:

(...) não se pode imaginar uma resistência em largo prazo puramente ativista, sob o guarda-chuva de um lema alternativo geral: “Outro mundo é possível” (...) Mas, mais do que nunca é necessário falar de “estratégias” no plural, não somente por que se trata de um movimento pluralista por origem e definição, mas sobre tudo porque há, e haverá ainda mais, debates entre estratégias alternativas no seu interior (Josu Egireun, Manolo Garí y Miguel Romero).⁴⁶

⁴⁵ Grifo meu.

⁴⁶ (...) no puede imaginarse una resistencia a largo plazo, puramente activista, bajo el paraguas de un lema-alternativa general: “Otro mundo es posible” (...) Pero más que nunca hay que hablar de “estrategias” en plural, no sólo porque se trata de un movimiento pluralista por origen y definición, sino sobre todo porque hay, y habrá más aún, debates entre estrategias alternativas en su interior.

Foi justamente no calor desta polêmica que surgiu no Fórum de 2005, um documento chamado “Manifesto de Porto Alegre: Doze propostas para Outro Mundo Possível”, assinado por 19 renomados intelectuais como José Saramago, Immanuel Wallerstein, Eduardo Galeano, Boaventura de Sousa Santos e outros (ver Anexo III). Apesar das palavras de um dos formuladores do manifesto, Ignácio Ramonet, de que o documento não indicava a existência de dissidências ou diferenças, que não era um documento que falava em nome do Fórum, mas sim da opinião pessoal dos signatários, o documento causou mal estar entre os organizadores e foi difícil qualificá-lo como mais uma das quase 400 propostas do mural de propostas, simplesmente pelo peso que acabou ganhando no meio da imprensa. Resumindo as 12 propostas expostas no documento, encontramos: (1) a anulação da dívida externa dos países do sul; (2) a aplicação de taxas internacionais para transações financeiras; (3) o desmantelamento dos paraísos fiscais; (4) direito ao emprego e proteção social; (5) rechaço às regras livre-cambistas da OMC; (6) defesa da soberania alimentar; (7) fim das patentes de conhecimento e sobre seres vivos; (8) fim das discriminações e fundamentalismos; (9) fim da destruição do meio ambiente; (10) fim das bases militares estrangeiras; (11) direito à informação contra os monopólios dos meios de comunicação; (12) reforma da ONU, Banco Mundial, FMI e OMC. Foram identificados como pontos débeis do documento o fato de que somente uma mulher o assina, e não há menção mais explícita à campanha contra a guerra, promotora de amplas mobilizações nos anos anteriores ao Fórum de 2005.

O indiano Amit Sen Gupta define bem o cerne da polêmica entre os que querem o Fórum apenas como espaço-aberto e os que almejam que ele se torne mais propositivo. Para ele, o maior desafio do FSM é como propiciar um espaço para os movimentos traçarem ações e estratégias em comum, ao mesmo tempo em que mantém o espaço aberto para todos que se opõe ao neoliberalismo. Neste sentido, qualquer tentativa de hegemonizar o Fórum no nível

das idéias pode provocar seu colapso. O desafio, portanto, não é deixar que certas idéias dominem, mas assegurar que o Fórum realmente represente o conjunto da opinião global contra a globalização hegemônica. Para que isso ocorra, é preciso, antes, reconhecer que largas parcelas da população e várias organizações de massa ou movimentos políticos são impossibilitados de participar do Fórum por falta de recursos. Como conseqüência, o Fórum tende a estar dominado por ONGs com alto poder financeiro, a maioria do Norte. Há, portanto, uma grande assimetria de participação no Fórum. Segundo Gupta, em Mumbai foi realizado um esforço consciente para assegurar a representação de movimentos de massa e políticos, buscando atender esta demanda. Gupta conclui dizendo que:

(...) se o processo FSM deve ser “dirigido” de alguma forma, que seja então para garantir que os movimentos estejam aptos para participar do processo com grande número de participantes e também que representem adequadamente todas as regiões geográficas do globo. Se o Fórum torna-se realmente representativo, então chegará o momento dos movimentos usarem o espaço provido pelo Fórum para trabalhar suas visões e ações compartilhadas. Claramente, o FSM não será o elemento que levará a cabo tais ações, isto é algo que os movimentos mesmo terão que decidir.⁴⁷

Alguns críticos, apesar de se posicionarem de forma ainda mais pessimista quanto à vocação do Fórum de imprimir derrotas à globalização hegemônica, reforçam a idéia de urgência no processo de consolidação do Fórum como um espaço capaz de traçar estratégias contra-hegemônicas. Para os ativistas Josu Egireun, Manolo Garí y Miguel Romero, por exemplo, o fato das manifestações de 15 de fevereiro não ter conseguido impedir a instalação da guerra no Iraque é apenas símbolo de um fenômeno mais geral: o de que as lutas sociais do nosso tempo, que constituem em seu conjunto a base do processo do FSM, se propõem reivindicações e objetivos que não se conseguem alcançar. Por outro lado, algumas vitórias eleitorais alcançadas na América Latina, por exemplo, têm aberto possibilidades, expectativas

⁴⁷ (...) if the WSF process is to be “directed” in any manner it should be to ensure that such movements are able to come into the process in large numbers and also that they represent adequately all geographical regions of the globe. If the Forum becomes really representative, then it would really be up to the movements to use the space provided by the Forum to work out shared visions and actions. Clearly, the WSF is not going to be the forum to take forward such actions, that is something that the movements themselves would have to decide.

e vitórias concretas, como a não aprovação da ALCA. Este processo, de um certo descrédito com as vitórias globais e o acirramento das lutas nacionais e regionais, se dá ao mesmo tempo em que a vitória de Bush e uma certa recomposição de alianças entre Estados Unidos e União Européia desenha um cenário de relativa estabilização do campo imperialista. Para os autores, o fato de que a capacidade de resistência regional ou local ganhe mais valorização e que a ação global perca relevância, por apresentar debilidades mais notórias, reforça a necessidade de que os fóruns sejam capazes de traçar estratégias concretas.

Futuro do FSM

A discussão sobre a capacidade do Fórum de traçar estratégias e cumprir sua vocação contra-hegemônica nos leva a um outro debate que também foi recorrente no V FSM: qual o futuro do Fórum? Segundo Gilberto Maringoni:

Foi também um Fórum no divã, o primeiro em que a iniciativa pôs-se a pensar sobre si mesma, a “discutir a relação” com o período inter-fóruns e com a realidade objetiva. Quem somos, de onde viemos, para onde vamos? Não se trata de centenas de assembléias que se diluem numa vaga concepção de que “tudo é tudo”, de o que vale é o “espaço plural”, mas de uma fragmentação tensa, para voltar à palavra mais ouvida nesses dias por aqui. Fragmentação tensa por não se conformar com este estado da arte em pedaços, mas por ser uma situação em permanente movimento e em constante vir a ser.

Essa sensação de “estado da arte em pedaços” se deu mesmo com a tentativa do comitê organizador de incentivar a articulação de eventos que tratassem os mesmos temas e evitasse assim a dispersão. Este é um processo que exige ser acelerado, considera Gupta, e a metodologia do Fórum de 2005 deve ser avaliada para que possa avançar rumo ao futuro. Todos os eventos do FSM de Porto Alegre foram organizados por entidades participantes, e a reação foi que muitos sentiram falta de alguns eventos unificadores, com mensagens políticas mais amplas que difundissem a profundidade política do Fórum. A ausência destas atividades acabou sendo substituída pelos seminários que contaram com a presença de Lula e Chavez.

Como conservar a metodologia da autogestão – com todo seu conteúdo de horizontalidade e respeito à diversidade – e ao mesmo tempo organizar alguns pontos de encontro sobre temas considerados prioritários? Parece ser uma das perguntas dirigidas ao futuro do Fórum, argumentam Josu Egireun, Manolo Garí y Miguel Romero. Parece inevitável que esses pontos e temas sejam decididos por consenso em alguma instância representativa. E isso leva a uma questão já levantada nos fóruns anteriores, sobre a representatividade do Conselho Internacional do FSM e a democracia do seu funcionamento. A busca pela constituição de um conselho mais representativo e de funcionamento mais democrático parece imprescindível para assegurar a legitimidade de decisões importantes sobre as atividades comuns e para que o Fórum possa continuar como um encontro unitário contra a globalização neoliberal.

Outra questão que aprofundou o debate sobre o futuro do Fórum durante o encontro foi o fato do FSM se realizar “sob o signo da derrota do PT em Porto Alegre”. A derrota impôs uma questão recorrente: o encontro da sociedade civil global necessita do Estado o apoiando? A população de Porto Alegre, por exemplo, interpretou a decisão de saída do Fórum de Porto Alegre em 2006 (descentralizado) e 2007 (África) como consequência da derrota do PT. Mas, como tenta esclarecer Whitaker:

Na verdade a decisão de realizá-lo descentralizado em 2006 – inicialmente em Marrocos e na Venezuela, nas datas de Davos - e na África em 2007, estava sendo amadurecida já desde o Fórum de Mumbai em 2004. O objetivo é o de expandir e enraizar o processo em todo o mundo. E nada impede que em 2008 ele se realize novamente na cidade em que nasceu.

A idéia de levar o Fórum para a África realmente foi um consenso e quase um clamor de todos que se preocupam com a real mundialização do FSM. A decisão de fazê-lo descentralizado em 2006, no entanto, gerou mais controvérsias. A grande questão que ficou, e só poderá ser respondida por esses dias em que escrevemos este texto, é a seguinte: poderão

esses eventos descentralizados (um por continente) convocar a atenção midiática que brinda o Fórum único e centralizado ao longo dos últimos anos? Não se estará correndo o risco de dividir energias e passar uma imagem de debilidade do processo antiglobalização?

Estas perguntas ainda estão para ser respondidas. Os membros do comitê organizador do Fórum em Mumbai deixaram o Fórum de 2005 dizendo que dois anos antes, a menção de se realizar o Fórum na Índia provocava “olhares questionadores”. Hoje, Porto Alegre e Mumbai figuram naturalmente no mapa do FSM. Assim será na África, segundo eles, como será em uma infinidade de outros lugares do mundo desde que o Fórum decida alçar novos vãos. Quanto à relação do Fórum com Porto Alegre a conclusão de Amit Sen Gupta é um pouco nostálgica:

Conforme nos preparávamos para deixar Porto Alegre, a questão que vinha à boca de todos que vivem na cidade era: será o último Fórum em Porto Alegre? Nós não temos a resposta hoje. Mas todos que estiveram em Porto Alegre para o Fórum, neste ano ou nos anos anteriores, irão esperar que talvez o Fórum retorne um dia para a cidade que abraçou a todos nós com tanto amor e afeição. Adeus Porto Alegre pra sempre? Talvez o FSM não esteja preparado para isso ainda!⁴⁸

Conclusões iniciais

Podemos concluir, com os dados analisados sobre o Fórum Social Mundial, que está em curso a globalização da participação política atendendo a uma demanda por democratização das decisões internacionais que afetam o conjunto da humanidade e a uma necessidade histórica de organização de um campo contra-hegemônico, gerado no cerne das contradições da globalização hegemônica.

⁴⁸ As we prepared to leave Porto Alegre, the question on the lips of everybody who lives in the city was: is this the last Forum in Porto Alegre? We do not know the answer today. But everyone who has been in Porto Alegre for the Forum, this year or in earlier years, will hope that maybe the Forum will come back again one day to this city which embraced us all with such love and affection. Good bye to Porto Alegre for ever? Perhaps the WSF is not ready for that yet!

Analisando as características de cada encontro podemos perceber que realmente foi criado um movimento, no sentido de algo que ocorre com mobilidade e sentido de perspectiva, um encontro já discutia a preparação do outro e rapidamente, movimentos tradicionalmente locais, como o Sem Terra no Brasil, passaram a tratar com familiaridade e a incorporar atividades anti-cúpula, por ocasião de reuniões da OMC ou do G8, por exemplo, como uma agenda imprescindível na construção da resistência local e mundial. A relação entre o local e o global se expressa de forma muito forte nos fóruns, outro exemplo singular é o da importância da participação dos dalits no Fórum de Mumbai para globalizar a noção de desigualdade social aprofundada com o sistema de castas e incorporar esta temática nas campanhas pelo reconhecimento dos direitos humanos e nas lutas em curso pela promoção de justiça social. A simbiose gerada entre os movimentos de resistência locais e globais é estruturante das alianças geradas entre as sociedades civis nacionais que vão compoendo blocos de contra-hegemonia.

O Fórum Social Mundial tem se demonstrado como uma espécie de reunião necessária para organizar e apontar perspectivas para um novo ator que se forma. Concluimos que este novo ator é o embrião de uma sociedade civil global. Sua formação não se dá com relação a um Estado mundial, que não existe, mas há um processo de governança global formado pelas agências multilaterais e os Estados centrais do capitalismo que lideram a globalização hegemônica. Esta sociedade civil está em constante disputa e a contra-hegemonia, que se forma no seu interior, exerce o papel de buscar reinventar os termos de uma nova sociedade, assim como dizia Gramsci as classes subalternas faziam, ao disputar com a burguesia, a influência sobre a sociedade civil. Isso aparece muito claro nos fóruns sociais que é cenário da difusão e do exercício dos valores de uma sociedade avessa às leis do mercado. Mais uma

vez, afirmamos que a perspectiva gramsciana de aposta na subjetividade, na inventividade cultural e na capacidade de disputa pela hegemonia da sociedade civil, através da luta de idéias, aliada a condições materiais objetivas, dadas no interior do capitalismo, pelas “massas” ou “subalternos” parece estar se confirmando na dinâmica da globalização social.

Identificamos que esta nascente sociedade civil global está em disputa, não somente entre o bloco hegemônico e o contra-hegemônico do sistema. Mas dentro do bloco contra-hegemônico, existem sérias diferenças de como se construir a contra-hegemonia e até mesmo quanto ao entendimento de que se está construindo uma contra-hegemonia. Afirmamos isso porque parece claro que o discurso anti-partido e o discurso anti “movimentização” do Fórum, empreendido pelos horizontalistas, leva à conclusão de que se está optando por não construir uma contra-hegemonia. Quanto às três diferenças centrais entre horizontalistas e movimentistas podemos concluir o que se segue.

A primeira e principal diferença está no entendimento de que os encontros globais, tais como o Fórum, devem apenas estimular convergências de entidades afins e incentivar o desenvolvimento de suas ações, sendo um espaço aberto, em que cada organização potencializa da maneira que melhor lhe parecer, ou se estes espaços devem ser também aproveitados para traçar objetivos comuns a serem buscados e construídos por todos, como foi o 15 de fevereiro de 2003 (mobilizações contra a guerra no Iraque). Esta contradição foi bastante explorada neste texto e não parece estar próxima do fim. Arriscamos concluir que a sua perpetuação pode comprometer o potencial contra-hegemônico do movimento social global, pois a tendência é de dispersão quando não se apontam agendas comuns. Ficou bastante evidente, na comparação entre o Fórum de 2004 e o de 2005 que a não existência de uma “mão invisível”, que seria um comitê organizador, para ordenar as atividades, as

temáticas e a representação geográfica acaba deixando espaço para um desequilíbrio que enfraquece o movimento.

Este desequilíbrio pode ser percebido na questão da evolução da temática do movimento que ficou muito mais ao sabor dos ventos da globalização hegemônica e da influência da temática candente na região-sede dos eventos. Deste modo, no final da década de 90 todo o foco estava sobre as reuniões da OMC e sua pauta, o que ocasionou a Batalha de Seattle, que se transformou em marco do movimento. Logo, com os ocorridos de 11 de setembro e a emergência da guerra no Iraque, a luta pela paz e contra a militarização tomou grandes dimensões e foi gerada a maior manifestação simultânea da história em 15 de fevereiro. Em seguida, se consolidaram os fóruns sociais e a política do espaço-aberto, que não toma decisões, isso acabou gerando uma dispersão da temática como percebido nos dados dos fóruns de Mumbai e Porto Alegre analisados.

A segunda é a questão dos partidos, que afinal tem participado dos encontros do FSM através de revistas, fundações, redes próprias que criaram dentro dos fóruns e tem se demonstrado inevitável que países com forte tradição partidária de esquerda, como o Brasil e principalmente a Índia, revelem a impossibilidade de construir um Fórum Social Mundial sem a presença de quem está cotidianamente na luta social e tem forte influência sobre entidades de massa e governos, sejam nacionais ou locais. Isto também se manifesta, em cada Fórum, quando as disputas nacionais pela direção do governo e pela hegemonização da sociedade civil nacional refletem diretamente nos encontros. E ainda quando os Estados se sentem pressionados a assumir as agendas do movimento antiglobalização tornando-se partícipes do movimento contra-hegemonico, por exemplo, com a liderança que Chavez e Lula tem cumprido na América Latina e seu papel na última cúpula das Américas em Mar del Plata.

A terceira questão é a da mundialização e parece também evidente pelos números que o movimento ainda não é de fato mundial. Fortes condicionantes materiais, culturais e de capacidade estratégica têm limitado a mundialização do Fórum e da globalização da participação política de uma forma geral. Está evidente, pelos dados do Fórum, que organizações da Europa e da América do Norte têm mais facilidade para participar dos encontros globais, mais disponibilidade de recursos e acesso a informações. O isolamento da África no movimento é brutal e tem forte impacto na construção de uma contra-hegemonia realmente global.

* CONCLUSÃO *

Qual democracia? Para qual mundo novo?

“Qualquer trabalho seria terrivelmente aborrecido se não jogássemos o jogo apaixonadamente”

Simone de Beauvoir

Para efetuar este trabalho, partimos da discussão sobre o fenômeno da globalização, em que nos deparamos com três principais interpretações. Das três, nos identificamos com a que percebe o mundo atual como fruto da continuidade de expansão do capitalismo, através do imperialismo, mas em uma fase nova, neoliberal, e com características que a diferenciam das etapas anteriores. Por isso mesmo, não pode ser considerada mera continuidade. Alguns dos diferenciais, em nossa opinião, são, justamente, os avanços científicos e tecnológicos que criaram uma situação de proximidade; a difusão cultural e societária dos valores capitalistas; a eminência de um sistema de governança global; e a emergência de um processo de globalização da participação política.

Esta globalização, por seu caráter profundamente contraditório, tem uma dinâmica interna marcada pela tensão entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica. O reconhecimento desta tensão se demonstrou imperativo, para nós, no entendimento da democracia, da sociedade civil e do Estado-nação como conceitos-chave que elegemos para decifrar a globalização da participação política. É deste modo que, identificamos a tensão existente entre um crescente hegemonismo de um ideal de democracia representativa, que

tenta se impor como fórmula mágica de organização social, enquanto se transferem decisões fundamentais do Estado para a esfera supranacional. Na contramão, crescem as iniciativas participativas locais, assim como a busca pela participação política de cidadãos nacionais em decisões globais que vêm afetando cada vez mais a vida de suas comunidades, nações e o mundo de uma forma geral. O mesmo se dá na tensão entre um ideal de sociedade civil diluída entre o Estado e mercado, e a emergência de uma sociedade civil global emancipadora, geradora da contra-hegemonia e difusora de novos valores de convivência humana. E ainda na disputa entre a manutenção e aprofundamento de um sistema hierárquico entre Estados fortes, que dirigem o sistema internacional, mantendo sob controle a maioria dos Estados do planeta e uma movimentação que busca um equilíbrio do sistema internacional e uma democratização dos mecanismos de decisão interestatais e globais.

Tendo em mente, portanto, esta dinâmica estabelecida entre globalização hegemônica e contra-hegemônica, buscamos penetrar no universo dos movimentos antiglobalização surgidos em meados da década de 90 e perseguir as questões que nos moveram a produzir este trabalho. Traçamos uma espécie de cronologia do surgimento dos “novos movimentos sociais” até atingirem uma síntese, através da criação do Fórum Social Mundial. O Fórum foi assim nosso locus privilegiado de pesquisa e investigação para tentar decifrar a globalização da participação política, as características de uma emergente sociedade civil global e as contradições que balizam sua constituição.

A consolidação do Fórum Social Mundial e sua internacionalização, provada com o sucesso do Fórum de Mumbai, e a existência das contradições internas, que movem os campos que tentam hegemônizá-lo, comprovam a hipótese da existência de um embrião de sociedade civil global. Esta nova arena participativa surge com sérias restrições e limitações, pois o acesso da

grande maioria dos setores organizados de parcelas extremamente marginalizadas da Ásia e da África é ainda absolutamente comprometido, causando evidente desequilíbrio de participação. Pela pauta das discussões e os consensos que se busca formar dentro desta sociedade civil global, como visto através dos dados do Fórum, fica também comprovada a hipótese de que ela se forma em relação a um sistema emergente de governança global que gerou um profundo déficit democrático em relação aos cidadãos nacionais na última década.

A busca do estabelecimento de alianças e a difusão de valores dentro desta sociedade civil a aproximam muito das assertivas gramscianas quanto ao papel da sociedade civil nacional que engendra a disputa contra-hegemônica. A formação de um sistema de governança global, a forte influência das pautas nacionais do país-sede em cada edição do FSM e o papel de Estados que têm liderado uma movimentação contra-hegemônica, como o G 20, demonstram que a globalização não trouxe a extinção do Estado nacional, mas uma transformação que gerou perda de soberania, por um lado, e ganho de novas funções internacionais por outro.

Sobre as hipóteses secundárias, que nos propusemos a responder, obtivemos as seguintes respostas. A de que a busca por atender a uma demanda participativa, de cidadãos cada vez mais excluídos da possibilidade de participação em decisões fundamentais para seu país, gerou os movimentos antiglobalização e os Fóruns Sociais Mundiais. Isto fica muito claro com o grande envolvimento dos dalits, por exemplo, no Fórum da Índia, ou na intensificação da campanha contra a ALCA nas Américas durante os Fóruns no Brasil. Existem também fortes evidências de que os movimentos sociais no nível global vêm se dando de forma casada com uma onda de inovações democráticas e participativas locais. A própria escolha de Porto Alegre, capital do Orçamento Participativo, como sede dos FSM's, demonstra esta tendência.

Assim como o fato de que no FSM de 2004 quase 20% das atividades inscritas se centravam no tema da democracia.

Quanto à hipótese de que a dinâmica global de participação política alimenta as agendas nacionais e locais de organização da sociedade civil e dos movimentos sociais, ficou evidente a relação. O encontro de Seattle reorganizou e deu vida aos movimentos sociais nos Estados Unidos; os Fóruns de Porto Alegre e Mumbai colocaram para os movimentos nacionais do Brasil e da Índia uma pauta internacional que segue como agenda incorporada no cronograma de atividades dos movimentos. Cerca de 15% das atividades inscritas no Fórum de Porto Alegre tratavam de lutas sociais contra o neoliberalismo, e a grande maioria foram inscritas por organizações brasileiras; cerca de 17% das atividades inscritas no Fórum de Mumbai se propunham a debater a temática agrária e do direito aos bens comuns da Terra, revelando que também as dinâmicas nacionais alimentam a agenda dos Fóruns da globalização contra-hegemônica.

Certamente, muito ainda pode e deve ser explorado do arcabouço de dados gerados pelos encontros globais e os Fóruns Sociais Mundiais. Agora mesmo, enquanto terminamos este trabalho, está ocorrendo o Fórum Social Mundial Policêntrico 2006, com capítulos em Caracas, na Venezuela, em Bamako, em Mali e, daqui a dois meses, em Karachi no Paquistão. Portanto, parece urgente o estabelecimento de parâmetros objetivos de comparação e extração máxima do que os dados produzidos por esses encontros podem nos dizer a respeito da dinâmica da globalização.

As compreensões sobre democracia e participação política estão sendo profundamente transformadas com o avanço da globalização e suas tensões internas. Caberá à Ciência

Política incorporar novos cenários aos seus estudos e apontamentos. Consideramos, com este trabalho, ter contribuído para a elucidação do fenômeno da globalização da participação política, que se dá no seio da tensão entre globalização hegemônica e contra-hegemônica e fornece elementos iniciais para se refinar o conceito de sociedade civil global. Esta busca por participação política se dá em um momento em que não somente as sociedades nacionais enfrentam dificuldades para o estabelecimento de sistemas democráticos, mas existe também uma pressão por uma democratização das decisões supranacionais e globais. Este trabalho demonstrou ainda, que a busca por um ideal-mundo e, principalmente, uma disputa pelo significado desta utopia retornou à cena quinze anos depois da queda do Leste Europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, Michael. *Mumbai, WSF, and Our Futures*. (11.02.2004)
<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_malbert_2004_ing>
- AMIN, Samir. *Capitalism in the Age of Globalization*. Londres: Zed Books, 1997.
- _____ & HOUTART, François. *Mundialización de las resistências: Estado de las luchas 2004*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2004.
- AVRITZER, Leonardo. *Globalização e espaços públicos: a não regulação como estratégia de hegemonia global*. Revista Crítica de Ciências Sociais N° 63. Coimbra: CES, 2002.
- _____. & SANTOS, Boaventura Sousa. Introdução: Para ampliar o cânone democrático. In SANTOS, B. S. (ORG.) *Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Em Busca de um Padrão de Cidadania Mundial*. Revista Lua Nova N° 55-56. São Paulo: CEDEC, 2002, pp. 29-55.
- BELLO, Walden. *The Future in the Balance: Essays on Globalization and Resistance*. Oakland: Food First Books, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de Sociedade Civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. ; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Gianfranco.; *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- BORON, Atílio. *Imperio & imperialismo: una lectura critica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- _____(Org.). *Nueva Hegemonia Mundial – Alternativa de cambio y movimientos sociales*. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Cristine. *Gramsci e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *La Globalización imaginada*. Buenos Aires: Paidós, 1999.
- CALLINICOS, Alex. *A festival of the oppressed*. (16.02.2004)
<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_callinico_2004_i>

_____ & Nineham, Chris. *Critical Reflection on the Fifth World Social Forum*(20.03.2005)<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bl_Callinicos_vfsm_i>

CHAUDHRY, Shivani. *WSF 2004 - What someone felt*. (18.02.2004)
<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_chaudhry_2004_in>

CHENOY, Kamal Mitra. *World Social Forum presents real alternative to globalization*. (06.02.2004)<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_kamal_2004_in
>

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COCKCROFT, James D. *El Foro Social Mundial 2004: nuevos avances, viejos problemas*. (05.04.2004)<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_cockcroft_2004_e>

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos (1819). In MORAES, João Quartim (Org.) *Revista Filosofia Política*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

COX, Robert. Democracy in hard times: economic globalization and the limits to liberal democracy. A. Mc Grew (eds.). *The Transformatio on Democracy?* Cambridge: Polity Press, 1997.

EGIREUN, Josu; GARI, Manolo & ROMERO, Miguel. *FSM-2005 - Un futuro difícil*. (20.05.2005)<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_josu_2005_esp
>

ENGLER, Mark. *The Last Porto Alegre*. (20.02.2005)
<<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=engler>>

FALK, Richard. *Predatory Globalization – A critique*. Cambridge: Polity Press, 1999.

FERRARI, Sergio. *Porto Alegre 2005: El foro de lo posible*. (20.05.2005)
<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_ferrari_2005_esp>

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GÓMEZ, José María. Globalização da política: Mitos, realidades e dilemas. In GENTILI, Pablo. *Globalização Excludente – Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Política e democracia em tempos de globalização*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

- _____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- GUIMARÃES, Juarez. *Democracia e marxismo: crítica à razão liberal*. São Paulo: Xamã, 1999.
- GUPTA, Amit Sen. *The WSF 2004 Programme and Methodology a Brief Discussion Note*. (29.03.2004) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_amit_2004_in g>
- _____. *The World Social Forum Sprouts Wings*. (20.02.2005) <<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=amit>>
- HABERMAS, Jurgen. *La Constelación Posnacional*. Barcelona: Paidós, 2000.
- _____. *Why Europe Needs a Constitution*. New Left Review, 2001.
- HARDT, Michael. & NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HELD, David. *A democracia, o Estado-nação e o sistema global*. Lua Nova. São Paulo: CEDEC, 1991.
- _____. *Democracy and the global order: from the modern state to cosmopolitan governance*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- _____.; MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. *Taming Globalization*. Cambridge: Polity Press, 2003.
- HIRST, Paul. & THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOLLOWAY, John. *Cambiar el mundo sin tomar el poder*. Buenos Aires: Herramienta, 2002.
- KALDOR, Mary. *Global civil society*. Cambridge: Polity Press, 2003.
- LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial – A história de uma invenção política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LEITE, José Correa. *Novos Caminhos para o Fórum Social Mundial*. (04.03.2004) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_zecorra_por>
- LENIN, Vladimir Ilytch. *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

_____. O Estado e a Revolução (1917). In: Lenin, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

MARIN, Gustavo. Pontos positivos y tensiones de la dinámica altermundialista. (20.02.2004) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_marin_2004_e_sp>

MARINGONI, Gilberto. *O melhor e o mais político dos Fóruns*. (20.02.2005) <<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=maringa>>

NAUGHTON, J. *Contested Space: The internet and the global civil society*. In: Year Book Global Civil Society, 2001, Cap. 6. Londres: LSE, 2001, pp. 147-168.

NICHOLSON, Paul & EGIREUN, Josu. *FSM, cambios necesarios*. (26.03.2004) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_nicholson_2004_e>

_____. *El Foro no es un fin en si mismo*. (20.05.2005) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_Nicholson_2005_e>

PATOMAKI, Heikki & TEIVAINEN, Teivo. *The Post-Porto Alegre World Social Forum: An Open Space or a Movement of Movements?* (20.03.2005) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_teivo_fsm2005_in>

PIANTA, M. *Parallel Summits of Global Civil Society*. In: Year Book Global Civil Society, 2001.

PRASHAD, Vijay. *Politics at the venue: the wsf in Mumbai*. (12.04.2004) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_prashad_2004_ing>

PRESTES RABELO, Ana Maria. *A participação política na Era Global: O Fórum Social Mundial*. Belo Horizonte: Monografia de graduação em Ciências Sociais – UFMG, 2003.

PUREZA, José Manuel. Para um internacionalismo pós-vestefaliano. In: SANTOS, B. S. (ORG.) *Globalização – fatalidade ou utopia?* Porto: Ed. Afrontamento, 2001, pp. 233-254.

REIS, Fábio Wanderley. Cidadania, Mercado e Sociedade Civil. In: MITRE, Antonio Fernando. *Ensaio de Teoria e Filosofia Política em homenagem ao prof. Carlos Eduardo Baesse de Souza*. Belo Horizonte: DCP/FAFICH/UFMG, 1994.

ROBERTSON, Roland. *Globalização: teoria social e cultura global*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROY, Arundhati. *Do Turkey's Enjoy Thanksgiving?* (20.01.2004) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=arundhati_2004_ing>

SADER, E. Hegemonia e contra-hegemonia para um outro mundo possível. In: TADDEI, E. & SEOANE, J. (ORGS.) *Resistências Mundiais de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Globalização e Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (ORG.) *Globalização – fatalidade ou utopia?* Porto: Ed. Afrontamento, 2001, pp. 31-105.

_____. (ORG.) *Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Mumbai e o Futuro*. (20.02.2004)

<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bl_boaventura_2004_p>

SARAMAGO, José. *Carta lida no encerramento do II Fórum Social Mundial 2002*.

<<http://www.espacoacademico.com.br/010/10saramago.htm>>

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a Sociedade Civil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SPRING, Ursula Oswald. *Porto Alegre: La esperanza de los pobres*. (20.05.2005)

<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_ursula_2005_esp>

TADDEI, Emilio. & SEOANE, José. (ORGS.) *Resistências Mundiais – de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Geo-politics and Geo-culture*. Cambridge: University Press, 1991.

_____. A reestruturação capitalista e o sistema mundo. In GENTILI, Pablo. *Globalização Excludente – Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *The rising strength of the World Social Forum*. (20.02.2004)

<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_wallerste_2004_i>

WAINWRIGHT, Hilary. *From Mumbai with hope*. (27.02.2004)

<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_hilary_2004_ing>

_____. *WSF on Trial* (20.02.2005)

<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=wsf_trial>

WHITAKER, Francisco. *O desafio do Fórum Social Mundial – um modo de ver*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. *Everything continued in Mumbai*. (15.04.2004)

<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_whitaker_eng>

_____. *Fórum Social Mundial de 2005 – avanços e perspectivas.* (20.03.2005) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=avalia_whitaker_2005>

VANAİK, Achin. *Ironies and Contrasts.* (29.03.2004)

<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_achin_2004_ing>

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O descompasso entre as nações. In: SADER, Emir. *Os porquês da desordem mundial – mestres explicam a globalização.* Rio de Janeiro: Record, 2004.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABONG – Associação Brasileira de ONG’s
- ALCA – Associação de Livre Comércio das Américas
- AMI – Acordo Multilateral de Investimentos
- ATTAC – Associação por uma Taxa Tobin de Apoio aos Cidadãos
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- CBJP – Central Brasileira de Justiça e Paz
- CIOLS – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres
- CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
- CPIM – Communist Party of Índia Marxist (Partido Comunista da Índia – Marxista)
- CMT – Confederação Mundial do Trabalho
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FSM – Fórum Social Mundial
- GATT – General Agreement on Trade and Tariff (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio)
- G7/G8 – Grupo dos 7 países mais ricos do mundo mais a Rússia
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- NAFTA – North América Free Trade Area (Área de Livre Comércio da América do Norte)
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
- OEA – Organização dos Estados Americanos
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- ONG – Organização Não Governamental
- OTAN – Organização do Tratado Atlântico Norte
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PUC – Pontifícia Universidade Católica

UE – União Européia

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

ANEXO I

CONSELHO INTERNACIONAL DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

<p>50 Years is Enough! 50years@50years.org www.50years.org</p> <p>ABONG - Associação Brasileira de ONGs abong@uol.com.br www.abong.org.br</p> <p>ACTU - Australian Council of Trade Unions mailbox@actu.asn.au www.actu.asn.au</p> <p>AFL-CIO - American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations feedback@aflcio.org www.aflcio.org/home.htm</p> <p>Africa Trade Network aidc@iafrica.com http://africatradenetwork.com</p> <p>AIDC - Alternative Information on Development Center aidc@iafrica.com http://aidc.org.za</p> <p>ALAI - Agencia Latinoamericana de Informacion info@alainet.org www.alainet.org</p> <p>ALAMPYME – Assoc. Latino Americana de Pequenos e Médios Empresários apyme@rcc.com.ar www.apyme.com.ar</p> <p>Aliança Por Um Mundo Responsável e Solidário lille@alliance21.org</p>	<p>Global Exchange admin@globalexchange.org www.globalexchange.org</p> <p>Global Policy Network gpn-listowner@epinet.org www.globalpolicynetwork.org</p> <p>Greenpeace greenpeace.brazil@dialb.greenpeace.org http://www.greenpeace.org/</p> <p>Grito dos Excluídos gritoexcluidos@uol.com.br www.movimientos.org</p> <p>Grupo de Trabalho Amazônico www.gta.org.br</p> <p>IATP – Institute for Agriculture and Trade Policy khoff@iatp.org www.iatp.org</p> <p>IBASE ibase@ibase.br www.ibase.br</p> <p>ICAE – Conselho Internacional de Educação de Adultos icae@icae.ca http://www.icae.org.uy/spa/sindex.html</p> <p>IFAT - International Federation of Alternative Trade info@ifat.org.uk www.ifat.org</p> <p>IFG – International Forum on Globalization ifg@ifg.org</p>
---	---

www.alliance21.org

All Arab Peasants & Agricultural Co-operatives Union

F76arab@maktoob.com

ALOP - Assoc. Latino Americana de Organismos de Promoção

info@alop.or.cr

www.alop.or.cr

Alternative Information Center

sergio@alt-info.org

www.alternativenews.org

Alternatives

alternatives@alternatives.ca

www.alternatives.ca

Alternatives Rússia

dhrr@online.ru

Amigos da Terra

foe@foe.org

www.foei.org

APRODEV

aprodev@aprodev.net

www.aprodev.net

Arab NGO Network for Development

annd@cyberia.net.lb

www.annd.org

ARENA - Asian Regional Exchange for New Alternatives

arena@asianexchange.org

www.asianexchange.org

Articulación Feminista Marco Sur

mujeresdelsur@mujersur.org.uy

www.mujeresdelsur.org.uy

ASC - Aliança Social Continental

sri_cut@uol.com.br

www.ascahsa.org

Asemblea de los Pueblos del Caribe (APC)

habitatcarib@hotmail.com,

pedroarg@tricom.net

<http://movimientos.org/caribe/>

www.ifg.org

International Gender and Trade Network

secretariat@coc.org www.genderandtrade.net

International Network of Street Papers (INSP)

l.maclean@bigissuescotland.com

irn@irn.org

www.irn.org

Instituto Paulo Freire

ipf@paulofreire.org

www.paulofreire.org

IPS – Inter Press Service

kosi@ips.org

www.ips.org

Jubilee South – Asia

vinod.raina@vsnl.com

www.jubileesouth.org

Jubileo South – África

aidc@iafrica.com

www.jubileesouth.org

Jubileu 2000

kitazawa@jca.apc.org

Jubileu Sul América Latina

keeneba@wamani.apc.org

www.jubileusul.hpg.com.br

KCTU - Korean Confederation of Trade Unions

inter@kctu.org

www.kctu.org

KOPA

kopa@jinbo.net

<http://antiwto.jinbo.net/erom/index.html>

Land Research Action Network

wellington@nlc.co.za

wellington@nlc.co.za

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

srinst@uol.com.br

<p>Assemblée Européenne dès Citoyens cedetim@globenet.org www.cedetim.org/AEC</p> <p>Assembléia das Nações Unidas dos Povos flavio@perlapace.it</p> <p>Associação para o Progresso das Comunicações anriette@apc.org www.apc.org</p> <p>ATTAC- Brasil attacsapaulo@attac.org www.attac.org/brasil</p> <p>ATTAC France attac@attac.org http://attac.org</p> <p>Babels wsfsm@babels.org</p> <p>Bankwatch Network jozseff@bankwatch.org www.bankwatch.org</p> <p>CADTM- Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde cadtm@skynet.be http://users.skynet.be/cadtm</p> <p>Canadian Council Jdunn@canadians.org</p> <p>Caritas Internationalis caritas.internationalis@caritas.va www.caritas.org</p> <p>CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz intercom@cidadanet.org.br www.cbjp.org.br</p> <p>CEAAL – Cons. Educação de Adultos da Am. Latina ceaal@laneta.apc.org www.ceaal.org</p>	<p>www.mst.org.br</p> <p>Narmada subbu@narmada.org www.narmada.org</p> <p>National Network of Autonomous Women's Groups shahnandita@redifmail.com</p> <p>NIGD - Network Institute for Global Democratization katarina@nigd.u-net.com www.nigd.org</p> <p>North-South Centre Fifi.BENABOUD@coe.int www.coe.int/T/E/North-South_Centre</p> <p>OCLAE - Continental Organization of Latin America and Caribbean Students oclae@jcce.org.cu www.oclae.org</p> <p>Oneworld jason.nardi@unimondo.org www.unimondo.org</p> <p>Organization of African Trade Unions Unity oatuu@ighmail.com</p> <p>ORIT – Org. Regional Interamericana de Trabajadores info@cioslorit.org www.orit-ciosl.org</p> <p>OXFAM Internacional information@oxfaminternational.org www.oxfam.org</p> <p>Palestinian grassroots Anti-Apartheid Wall Campaign mobilize@stopthewall.org www.stopthewall.org</p> <p>Peace Boat y-nami@peaceboat.gr.jp www.peaceboat.org</p> <p>Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo</p>
--	--

<p>CEDAR Internacional cedar@asser.nl www.cedarinternational.net</p> <p>CEDETIM- Centre d'Etudes et d'Initiatives de Solidarité Internationale cedetim@globenet.org www.cedetim.org</p> <p>Central de Trabajadores Argentinos cta@rcc.com.ar www.cta.org.ar</p> <p>CES – European Trade Union Confederation etuc@etuc.org www.etuc.org</p> <p>CETRI cetri@cetri.be www.cetri.be</p> <p>CIDSE postmaster@cidse.org www.cidse.org</p> <p>CIOSL - Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres internetpo@icftu.org www.cioslorit.org</p> <p>CIVES cives@cives.org.br www.cives.org.br</p> <p>CLACSO clacsofm@clacso.edu.ar www.clacso.org</p> <p>CLC - Canadian Labour Congress sbenedict@clc-ctc.ca www.clc-ctc.ca</p> <p>CMT – Confederação Mundial do Trabalho info@cmt-wcl.org www.cmt-wcl.org</p> <p>Coalición Internacional para el Hábitat hic-al@hic-al.org</p>	<p>regional@pidhdd.org www.pidhdd.org</p> <p>Projeto K Salvatore.cannavo@flashnet.it ilpanelerose@hotmail.com</p> <p>Public Citizen tgeron@citizen.org www.citizen.org</p> <p>Red Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia mleon@interactive.net.ec remte@fedaeps.org http://movimientos.org/remte</p> <p>Rede APM – Agricultures paysannes, sociétés et mondialisation pvuarin@fph.fr www.zooide.com/apm</p> <p>Rede CONSEU (Conferencia de Naciones sin Estado de Europa) activitats@ciemen.org</p> <p>Rede Dawn de Mulheres dawn@is.com.fj www.dawn.org.fj</p> <p>Rede de Solidariedade Ásia Pacífico intl@dsp.org.au</p> <p>Rede Latino-Americana e Caribenha de Mulheres Negras criola@alternex.com.br www.criola.org.org</p> <p>Rede Mulher e Habitat gem@agora.com.ar http://www.redmujer.org.ar</p> <p>Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos office@wgnrr.nl/ www.wgnrr.org</p> <p>Rede Palestina de ONGs bisanrd@palnet.com www.pngo.net</p>
--	--

<http://www.hic-net.org/>

Coligação para a Justiça Econômica
viriatot@zebra.uem.mz

COMPACT – Convergência de los Movimientos de los Pueblos de las Américas
colectivoredom_@hotmail.com
rgf@alum.vassar.edu
<http://www.sitiocompa.org/compa/index.php>

CONAIE
info@conaie.org
<http://conaie.org>

Congreso Nacional Indígena do México
ceatl@laneta.apc.org

Conselho Mundial de Igrejas
info@wcc-coe.org
www.wcc-coe.org

Coordinación del Foro “El Otro Davos”
Page2@fastnet.ch

Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul
eduardof@aebu.org.uy
<http://www.sindicatomercosul.com.br/>

Corpwatch
corpwatch@corpwatch.org
www.corpwatch.org

COSATU - Congress of South African Trade Unions
cosatu@wn.apc.org
www.cosatu.org.za

CRID – Centre de Recherche et d’Information pour le Développement
info@crid.asso.fr
www.crid.asso.fr

CUT – Central Única dos Trabalhadores
sri-cut@uol.com.br
www.cut.org.br

Encuentros Hemisféricos contra el ALCA

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

redesocial@social.org.br
www.social.org.br
Rede Transforme!
elgauthi@internatif.org

Redes Socioeconomia Solidaria
creintjes@ideas.coop
www.reasnet.com

REPEM – Rede de Educação Popular entre Mulheres
repem@repem.org.uy
www.repem.org.uy

Réseaux Sous -régional sur la Dette et les DSRP
jubilecad-mali@cefib.com,
barryaminatou@yahoo.fr

SIGTUR - Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights
rlambert@ecl.uwa.edu.au

Social Watch
socwatch@chasque.net
www.socialwatch.org

Solidar
solidar@skynet.be
www.solidar.org

Solidarity Africa Network in Action
njoki@igc.org

The International Federation Terre des Hommes (IFTDH)
info@terredeshommes.org
www.terredeshommes.org

TNI – Transnational Institute
tni@tni.org
www.tni.org

TWN – Third World Network
twon@igc.apc.org
www.twonside.org.sg

<p>joel@mlking.sld.cu</p> <p>ENDA taoufik@enda.sn www.enda.sn</p> <p>Euralat Criera@aepdc.org</p> <p>Euromarches euromarches@ras.eu.org www.euromarches.org</p> <p>FAMES rabia@enda.sn</p> <p>FECOC - Frente Continental de Organizações Comunitárias mlongoria@laneta.apc.org</p> <p>Federación Mundial de Juventudes Democráticas wfdy@wfdy.org www.wfdy.org</p> <p>Fédération démocratique internationale des femmes (FDIF) fdif@fdif.eu.org www.fdif.eu.org</p> <p>Fundación per la Pau/International Peace Bureau (IPB) mailbox@ipb.org www.ipb.org</p> <p>FIAN – Food First International Action Network fian@fian.org www.fian.org</p> <p>FIDH – Fed. Internacional Direitos Humanos rsanchez@fidh.org www.fidh.org</p> <p>Focus on the Global South admin@focusweb.org http://focusweb.org</p> <p>Fórum Dakar Residel.kaolack@sentoo.sn</p>	<p>UBUNTU - Foro Mundial de Redes de la Sociedad Civil ubuntu@ubuntu.upc.es www.ubuntu.upc.es</p> <p>Union Internacional de Estudiantes ius@cfs-fcee.ca www.ius-uie.org</p> <p>Via Campesina viacam@gbm.hn http://ns.rds.org.hn/via/</p> <p>World Association of Community Radio Broadcasters (Amarc) amarc@amarc.org http://www.amarc.org</p> <p>World March of Women www.ffq.qc.ca/marche2000/en/index.html dmatte@ffq.qc.ca</p> <p>Znet sysop@zmag.org www.zmag.org</p> <p>OBSERVADORES</p> <p>Comitê Organizador do Fórum Social Africano taoufik@enda.sn</p> <p>Comitê Organizador do Fórum Social Américas fsmcontinental@fsmecuador.org www.forosocialamericas.org</p> <p>Comitê Organizador do Fórum Social Europeu wsf@fse-esf.org www.fse-esf.org</p> <p>Comitê Organizador do Fórum Social Mediterrâneo activitats@ciemen.org fsmedi@terra.es</p> <p>Comitê Organizador do Fórum Social Pan-Amazônico cri-pmb@belem.pa.gov.br</p>
---	--

<p>Forum Mondial des Alternatives ftm@syfed.refer.sn www.alternatives-action.org/fma</p> <p>Forum of the Poor fopthai@asiaaccess.net.th</p> <p>Fórum Social Italiano vagnoleto@lila.it</p> <p>GLBT South-South Dialogue dialogo@fedaeps.org</p>	<p>www.fspanamazonico.com.br</p> <p>Comitê Organizador do Fórum Social Tematico: Democracia, Direitos Humanos, Guerras e Narcotráfico forosocialtematico@cable.net.co www.fsmt.org.co</p> <p>FNTG - Funders Network on Trade & Globalization mark@fntg.org www.fntg.org</p>
---	---

ANEXO II

CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por tod@s que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que "um outro mundo é possível", ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóie.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui, portanto em instancia de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.

12. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam,

valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.

13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

14. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

Aprovada e adotada em São Paulo, em 9 de abril de 2001, pelas entidades que constituem o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial, aprovada com modificações pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial no dia 10 de junho de 2001.

ANEXO III

MANIFESTO DE PORTO ALEGRE

Desde o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS), em janeiro de 2001, o fenômeno dos fóruns sociais se estendeu a todos os continentes, inclusive nos níveis nacional e local. O Fórum favoreceu a emergência de um espaço público planetário da cidadania e de suas lutas, assim como a elaboração de propostas de políticas alternativas à tirania da globalização neoliberal impulsionada pelos mercados financeiros e as transnacionais, cujo braço armado é o poder imperial dos Estados Unidos.

Por sua diversidade, assim como pela solidariedade entre os atores e os movimentos sociais que o compõem, o *movimento altermundista* se transformou em uma força que já é levada muito em conta em todo o planeta. Entre as inumeráveis propostas que têm saído dos fóruns, um grande número delas conta sem dúvida com um amplo apoio junto aos movimentos sociais. Nós, signatários do *Manifesto de Porto Alegre*, que nos exprimimos a título estritamente pessoal, sem pretender, de modo algum, falar em nome do Fórum, identificamos doze destas propostas que, em conjunto, dão sentido à construção de outro mundo possível. Se fossem aplicadas, permitiriam que a cidadania começasse por fim a reapropriar-se de seu futuro.

Submetemos estes pontos fundamentais à apreciação dos atores e movimentos sociais de todos os países. São eles que, em todos os níveis - mundial, continental, nacional e local - poderão levar adiante os combates necessários para que se transformem em realidade. Nós não temos nenhuma ilusão sobre a real vontade dos governos e das instituições internacionais em aplicar espontaneamente estas propostas.

A) Outro Mundo Possível deve respeitar o direito à vida de todos os seres humanos, mediante novas regras econômicas. Para tanto, é necessário:

- 1) Anular a dívida pública dos países do Sul, que já foi paga várias vezes e que constitui, para os Estados credores, os estabelecimentos financeiros e as instituições financeiras internacionais a melhor maneira de submeter a maior parte da humanidade à sua tutela e mantê-la na miséria;
- 2) Aplicar taxas internacionais às transações financeiras (especialmente a *Taxa Tobin* às transações especulativas de divisas), aos investimentos diretos no estrangeiro, aos lucros consolidados das transnacionais, à venda de armas e às atividades que emitem de forma substantiva gases que produzem o efeito estufa;
- 3) Desmantelar progressivamente todas as formas de paraísos fiscais, jurídicos e bancários, que nada mais são do que refúgios do crime organizado, da corrupção e de todos os tipos de tráfico, fraudes e evasões fiscais, operações delituosas de grandes empresas e, inclusive, de governos;
- 4) Cada habitante do planeta deve ter direito a um emprego, à proteção social e à aposentadoria, respeitando a igualdade entre homens e mulheres, sendo este um imperativo de políticas públicas nacionais e internacionais;
- 5) Promover todas as formas de comércio justo, rechaçando as regras de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC) e colocando em execução mecanismos que permitam, nos processos de produção de bens e serviços, dirigir-se progressivamente a um nivelamento por alto das normas sociais (tal como estão consignadas nas convenções da Organização Internacional do Trabalho-OIT) e ambientais. Excluir totalmente a educação, a saúde, os serviços sociais e a cultura do terreno de aplicação do Acordo Geral Sobre o Comércio e os Serviços (AGCS) da OMC. A convenção sobre a diversidade cultural, que atualmente está sendo negociada na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), deve fazer prevalecer explicitamente o direito à cultura sobre o direito ao comércio;

6) Garantir o direito à soberania e segurança alimentar de cada país, mediante a promoção da agricultura campesina. Isso pressupõe a eliminação total dos subsídios à exportação dos produtos agrícolas, em primeiro lugar por parte dos Estados Unidos e da União Européia. Da mesma maneira, cada país ou conjunto de países deve poder decidir soberanamente sobre a proibição da produção e importação de organismos geneticamente modificados (OGM) destinados à alimentação;

7) Proibir todo tipo de patenteamento do conhecimento e dos seres vivos (tanto humanos como animais e vegetais), do mesmo modo que toda a privatização de bens comuns da humanidade, em particular a água;

B) Outro Mundo Possível deve encorajar a vida em comum em paz e com justiça, para toda a humanidade. Para tanto, é necessário:

8) Lutar, em primeiro lugar, por diferentes políticas públicas contra todas as formas de discriminação (sexismo, xenofobia, anti-semitismo e racismo). Reconhecer plenamente os direitos políticos, culturais e ambientais (incluindo o domínio de recursos naturais) dos povos indígenas;

9) Tomar medidas urgentes para colocar um fim à destruição do meio ambiente e à ameaça de mudanças climáticas graves devido ao efeito estufa resultante, em primeiro lugar, da proliferação do transporte individual e do uso excessivo de energias não-renováveis. Começar a implementar outro modelo de desenvolvimento fundado na sobriedade energética e no controle democrático dos recursos naturais, em particular a água potável, em uma escala planetária;

10) Exigir o desmantelamento das bases militares estrangeiras e de suas tropas em todos os países, salvo quando estejam sob mandato expresso da Organização das Nações Unidas (ONU);

C) Outro Mundo Possível deve promover a democracia desde o plano local até o global. Para tanto, é necessário:

11) Garantir o direito à informação e o direito de informar dos cidadãos mediante legislações que: a) ponham fim à concentração de veículos em grupos de comunicação gigantes; b) garantam a autonomia dos jornalistas diante dos acionistas e c) favoreçam a imprensa sem fins lucrativos, em particular a dos meios alternativos e comunitários. O respeito destes direitos implica contra-poderes cidadãos, em particular na forma de observatórios nacionais e internacionais de meios de comunicação;

12) Reformar e democratizar em profundidade as organizações internacionais, entre elas a ONU, fazendo prevalecer nelas os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, em **concordância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Isso implica a incorporação do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da OMC ao sistema das Nações Unidas. Caso persistam as violações do direito internacional por parte dos Estados Unidos, transferir a sede da ONU de Nova York para outro país, preferencialmente do Sul.

Porto Alegre (RS), 29 de janeiro de 2005.

Adolfo Pérez Esquivel, Aminata Traoré, Armand Matellar, Atilio Boron, Bernard Cassen, Boaventura de Sousa Santos, Eduardo Galeano, Emir Sader, François Houtart, Frei Betto, Ignacio Ramonet, Immanuel Wallerstein, José Saramago, Ricardo Petrella, Roberto Sávio, Samir Amin, Samuel Luis Garcia, Tariq Ali e Walden Bello

ANEXO IV

NÚMEROS DAS EDIÇÕES DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL PERÍODO 2001 – 2005

I FSM

(Porto Alegre, 25 a 30 de janeiro de 2001)

18 mil participantes
4.702 delegados
Organizações (sem dado)
117 países
2.000 no Acampamento de Juventude

II FSM

(Porto Alegre, 31 de janeiro a 05 de fevereiro de 2002)

51 mil participantes
12.274 delegados
4.909 organizações
131 países
15.000 no Acampamento de Juventude

III FSM

(Porto Alegre, 23 a 28 de janeiro de 2003)

100 mil participantes
20.763 delegados
5.717 organizações
156 países
25.000 no Acampamento de Juventude

IV FSM

(Mumbai, 16 a 21 de janeiro de 2004)

74.126 mil participantes
Delegados (não houve essa categoria)
1653 organizações
117 países
2.723 no Acampamento de Juventude

V FSM

(Porto Alegre, 26 a 31 de janeiro de 2005)

155 mil participantes
Delegados (não houve essa categoria)
6.872 organizações
151 países
35.000 no Acampamento de Juventude

Fonte: Conselho Internacional do Fórum Social Mundial.

ANEXO V

COMITÊ ORGANIZADOR BRASILEIRO (SECRETARIA INTERNACIONAL)

ABONG - Associação Brasileira de ONGs

abong@uol.com.br

www.abong.org.br

ATTAC- Brasil

attacsapaulo@attac.org

www.attac.org/brasil

CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz

intercom@cidadanet.org.br

www.cbjp.org.br

CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania

cives@cives.org.br

www.cives.org.br

CUT – Central Única dos Trabalhadores

sri-cut@uol.com.br

www.cut.org.br

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ibase@ibase.br

www.ibase.br

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

srimst@uol.com.br

www.mst.org.br

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

rede@social.org.br

www.social.org.br

ANEXO VI

CUSTOS DO FSM 2003 - 2005

2003 (Porto Alegre)	US\$ 3,485 milhões
2004 (Mumbai)	US\$ 2 milhões
2005 (Porto Alegre)	US\$ 5 milhões (valor aproximado de R\$ 16 milhões)

Fonte: Conselho Internacional do Fórum Social Mundial